

II PATRIMÔNIO FESTIVO DE UBERLÂNDIA



Ana Paula Carvalho

PATRIMÔNIO
FESTIVO DE
UBERLÂNDIA

Araraquara
Letraria
2024

CONSELHO EDITORIAL

Luana Nunes Martins de Lima (UEG)

Maria Augusta Mundin Vargas (UFS)

Yussef Daibert Salomão Campos (UFG)

A GRADECIMENTOS

Agradeço a Deus a oportunidade de viver e desfrutar das minhas escolhas e caminhos.

Ao meu esposo, Marcos Vinícius, por colocar seus passos junto aos meus e me reacender, sempre que meu corpo ou minha mente tendem a desfalecer.

Ao meu filho, João Marcos, por me fazer sorrir e levantar todos os dias. Seu olhar é o brilho que revela o fogo da vida em mim.

À minha família, pois cada um me deu uma parte de si, para que eu me levantasse e construísse cada pedaço de mim.

À minha orientadora do Mestrado, Luana Nunes Martins de Lima, que com sua grandeza iluminou minha caminhada.

Aos autores Antônio Pereira da Silva, Jeremias Brasileiro, Larissa Oliveira Gabarra, Glayson Arcanjo; à Professora Ivete Almeida, coordenadora do Centro de Memória da Cultura Negra Graça do Aché (UFU) e à secretaria municipal de cultura de Uberlândia, Mônica Debs. Sua generosidade de compartilhar, enviar e ceder imagens, dados, livros e nomes tornaram este trabalho melhor.

Na festa não cabem visões restritas e formatadas, no sentido do esmagamento de identidades e culturas, nem cabe a vida “contida”, feita de segregações, proibições, restrições, medos e opressões. Na festa, construímos juntos um espaço onde as diferenças se estabelecem livremente. **(João Ferreira)**

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carvalho, Ana Paula

Patrimônio festivo de Uberlândia [livro eletrônico] /
Ana Paula Carvalho. - Araraquara, SP: Letraria, 2024.
PDF.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5434-062-5

1. Festas - Brasil 2. Memória social 3. Patrimônio cultural
4. Uberlândia (MG) - História
I. Título.

24-190803

CDD-394.26981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Festas tradicionais : Costumes 394.26981
Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

ZUMÁRIO

PREFÁCIO	8
INTRODUÇÃO	10
1. PATRIMÔNIO, FESTA, FESTA-PATRIMÔNIO	15
1.1 PATRIMÔNIO E FESTA COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE	16
2. “PESQUISADORES VÃO À FESTA”	30
2.1 CAMINHO METODOLÓGICO	31
2.2 CRUZANDO OS DADOS	33
2.3 UBERLÂNDIA, TERRA GENTIL	39
2.4 A EFERVESCÊNCIA FESTIVA E A EMERGÊNCIA DO REGISTRO	45
3. FESTAS POPULARES DE UBERLÂNDIA	61
3.1 FESTAS RURAIS	62
3.1.1 Festas “Juninas”: santos, padroeiros e devoções	62
3.1.2 Folias de Reis	78
3.2 FESTAS URBANAS	86
3.2.1 Carnaval	86
3.2.2 Congado, Congo, Congadas	98
4. CARTOGRAFIA FESTIVA DE UBERLÂNDIA-MG	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	120
SOBRE A AUTORA	136

PREFÁCIO

Na intenção de justificar a escolha do recorte festivo e espacial, ou em como representar a cidade, percorri imagens, exposições, artistas, relatos históricos. Nesse caminho, foram revividas muitas memórias, pois sou filha dessa terra. Sou mineira überlandense, que carrega a inquietude de quem conta sua própria história e é incapaz de se afastar completamente de sua identidade, de sua cultura e, sobretudo, de suas memórias, ao escrevê-la. Ao me perguntar sobre o que eu gostaria de falar, sobre qual patrimônio eu gostaria de me aprofundar, me deparei com a alegre possibilidade de percorrer o patrimônio sobre o qual eu pudesse experimentar a sensibilidade de minhas próprias memórias. Comecei a revisitar os patrimônios locais e percebi que me entusiasmaram aqueles que refletem meus próprios movimentos: uma escola, um teatro, uma cachoeira, uma praça e um patrimônio festivo. Por quais caminhos, afinal?

Na graduação em Geografia¹, dediquei-me a defender um natal típico do cerrado, a preservação das cachoeiras e córregos urbanos da cidade e denunciei a (in)gestão do território na Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) Cachoeira da Sucupira. No Rio de Janeiro, na Central Única das Favelas – CUFA²(2007-2014), desenvolvi projetos socioculturais que colocam crianças e jovens de favelas e periferias brasileiras como protagonistas de sua história. De volta à cidade natal (2015-2019), conduzi projetos de educação ambiental³. Aqui, criei o Museu da Água DMAE. Em 1º de julho de 2019, por concurso, entrei em exercício no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O cargo, antes inexistente⁴, trata do conceito ampliado de patrimônio cultural, envolvendo o desenvolvimento, os conflitos, a sociedade, por meio da governança e dos mecanismos de participação e gestão do patrimônio cultural. Com esse olhar, enxerguei melhor as manifestações populares em volta de mim.

Mas era preciso encontrar uma imagem para ilustrar a cidade central deste estudo. Precisei refletir: “*Que cidade quero mostrar? Existe uma cidade homogênea? Ou será ela única para cada um? Como retratar a cidade que vejo e sinto? Pelo meu olhar. Ao escolher uma imagem que reflete as minhas memórias sobre essa cidade, ao questionar ou refletir sobre minha escolha, o interlocutor elevará seus olhos às suas próprias memórias*”.

¹ Primeiro me graduei em Licenciatura (2001 a 2005) e após uma década, voltei e concluí o Bacharelado (2016-2017), ambos na Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

² Ver <https://www.cufa.org.br/>

³ Programa Escola Água Cidadã – PEAC e Programa Buriti, ambos no Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia – DMAE. Ver: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/orgaos-municipais/dmae/>

⁴ Ver Analista I, Área 4: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Edital%20-%20Normativo\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Edital%20-%20Normativo(1).pdf)

Ao me debruçar sobre o Acervo público municipal de Uberlândia, vi muitos edifícios, ângulos, personagens. Em regra, promovem uma exacerbação de cores e efeitos, como quem quisesse vendê-la a “gringos”. Intenção que eu não quis impor ao interlocutor. Foi aí que, dentre centenas de imagens, meu coração pulsou. E se é de memória e história que estamos tratando, vou me permitir mostrar Uberlândia pelo ângulo dos meus sentimentos e minhas referências: uma fotografia, datada de 1930, da Escola Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa⁵, onde estudei de 1990 a 1997. Ali aprendi os hinos, as regras, dancei todas as festas, parti a pé dali para toda a cidade, resolvi sozinha os impasses infantis, experimentei o palco, a humilhação, apanhei, bati, venci apelidos, me fortaleci e cresci.

Se há um lugar nesta cidade para onde eu deva correr ao precisar reexaminar minhas memórias e quem eu sou, esse é o lugar. Após tantos anos, meu coração vibra ao vê-la, minhas memórias se acendem diante dessa “minha cidade particular”, esse meu ponto de partida para o meu olhar geográfico e patrimonial sobre esse lugar chamado Uberlândia, *Terra Gentil*⁶ palco das festas que veremos a seguir.

Figura 1 – Escola Estadual Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa (193-).



Fonte: Arquivo Público de Uberlândia. Disponível em: *Cartilha Nossas Histórias*. 2017.

⁵ Construída entre 1926 e 1930. Sua planta desenvolve-se em “U”, com um pátio na área central. Em 1987, ela sofreu um incêndio desastroso, voltando a funcionar em 1989, pouco antes de eu ingressar na primeira série do Ensino Fundamental.

⁶ Trecho do refrão do Hino de Uberlândia: “Uberlândia, terra gentil que seduz / Uberlândia, joia da minha afeição / Uberlândia, tua beleza reluz / Os seus jardins formosos são / Toda a minha adoração”

INTRODUÇÃO

Esta obra foi motivada pela relação festa e patrimônio, área de estudo complexa e que, por isso, exige a conexão entre diferentes áreas de conhecimento para a sua construção. Refletimos aqui sobre as conexões entre o patrimônio cultural, a memória social, as identidades culturais e a territorialidade, sendo esta última de potencial impacto não apenas sobre o patrimônio, mas sobre as possibilidades de difusão e transmissão dos saberes no seio da própria comunidade.

O trabalho apresentado neste livro é decorrente de uma pesquisa de mestrado, realizada entre 2020 e 2022, na Universidade Estadual de Goiás. Após a sua conclusão, a edição e publicação deste *e-book*, disponível para download gratuito, tem a intenção de que este patrimônio e as suas relações com a cidade de Uberlândia estejam ao alcance de todos.

No objetivo de analisar as espacialidades das festas populares rurais e urbanas do município de Uberlândia, foi considerada a produção acadêmica e documental sobre elas na perspectiva de festa-patrimônio. Para isso, discute-se as abordagens de festa, patrimônio e festa patrimônio; apreendendo a dinâmica das festas entre o rural e o urbano. Ao identificar os lugares, os territórios e as territorialidades das festas, foi possível construir uma cartografia cultural das festas populares de Uberlândia.

Trabalhamos na área de confluência da Geografia e da História, em seus campos de análise de lugar e patrimônio, áreas por onde transitamos em nossas trajetórias. Assim, alia-se a um “olhar geográfico”⁷ que, utilizando-se de artefatos gráficos (a cartografia), reúne aspectos importantes à compreensão da vida social, nos espaços em que acontecem, ao passo que considera o mapeamento como uma narrativa, discursiva e visual, sobre a identidade de um lugar.

Nossa intenção foi narrar a identidade vinculada à territorialidade, ao lugar sagrado de suas raízes, como manifesto de direito de permanência; que como vivência e ressignificação também pode ser instrumentalizada politicamente, tecida sob a ótica dos conceitos difusos no campo do patrimônio cultural. Para Milton Santos, em *Metamorfose do espaço habitado* (1988, p. 21), todos os espaços são geográficos porque são determinados pelo movimento da sociedade, da produção.

Como bem patrimonial, elegemos as festas populares, por sua simbologia urbana, poética e patrimonial, na cidade de Uberlândia-MG. Essa cidade apresenta uma

⁷ Paulo César da Costa Gomes, em “O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade” (2013).

efervescência festiva ainda marcada pelas passagens dos Bandeirantes “Anhanguera I e II”. Se “ontem” os conflitos foram vividos entre brancos que atravessavam o Tratado de Tordesilhas, contra índios Caiapós e negros quilombolas que aqui já haviam se instalado, hoje permanecem enquanto conflitos urbanos e sociais, segundo Santos e Souza Junior (2016, p. 80), em função das tensões dos processos de reocupação do espaço e especulação imobiliária.

Considerando a efervescência da cultura popular local como manifesto da cultura tradicional, apresentamos o contexto de formação do município, suas transformações ao longo de seu desenvolvimento e a segregação social existente desde seus primórdios. Tal fato, segundo os pesquisadores do tema, em especial nessa área de abrangência, é o de maior impacto sobre a salvaguarda desses bens culturais, mas também seu maior símbolo de resistência e ressignificação.

Tomamos por missão atender demandas específicas locais, partindo da hipótese de que, em apoio ao desenvolvimento e à resistência dos detentores e mobilizadores dessas festividades, uma compilação de pesquisas, traduzidas à sua cartografia cultural, tende a valorizar a produção técnica e acadêmica sobre tais bens culturais já inventariados, ao passo que permitirá compreender como os mesmos refletem as transformações por que passa a cidade e o campo como espaço de fluxos. Ademais, poderá ser instrumento de visibilidade, tanto nas estratégias públicas de preservação desse patrimônio, como nas ações sociais, em busca do convívio entre as particularidades e as necessidades de cada grupo cultural e social no município.

A partir das pesquisas existentes, publicadas por diversas áreas do conhecimento – como poderão perceber no curso da leitura – cada qual sob uma ótica, objetiva-se aplicar a noção de lugar e territorialidade, que importa, por vezes, mais à Geografia que à História, porém é indissociável ao patrimônio. É por este viés que o trabalho em voga anseia dar aos seus leitores mais visualidade e cartografia do que narrativas. Estas, por sua vez, já foram ditas e escritas, trazendo em seus corpos a voz e a memória das personalidades pesquisadas, mas não serão desconsideradas; serão, por sua vez, visual e cartograficamente ressignificadas, assim como a característica mais voraz das festas populares, ainda pulsantes no cerne social.

Partimos da hipótese de que os grupos culturais – interagindo-se – são agentes de preservação, desenvolvimento inclusivo e sustentabilidade, além de fortalecimento social. Para Cordazzo *et al.* (2007, p. 132), a interação social é essencial não apenas para o desenvolvimento, mas para a sobrevivência humana. Essas interações fluem

em determinado lugar e representam a sua cultura. Esta, manifestada cotidianamente, transformadora de suas gerações, consolida-se no patrimônio dessa sociedade.

No entanto, o fato de um lugar possuir um patrimônio não é suficiente para promovê-lo, nem garantir a sua existência. Para que coexistam (lugar e patrimônio), é preciso haver condições necessárias para apresentar, acondicionar e interpretar de maneira adequada essa relação, além de garantir a sua acessibilidade, preservação e salvaguarda. Ou seja, uma condição fluida, baseada em movimentos que permitam o seu uso, a difusão e o intercâmbio de conhecimento, bem como a manutenção e a ampliação dos valores simbólicos nela contidos.

Considerando a bibliografia pesquisada, sobre a qual se pressupõe o “olhar geográfico”, apresentamos o mapeamento cultural como “prática social crítica e criativa” – termo utilizado por Seemann (2010, p. 7), para quem a redefinição do termo mapa nas ciências sociais resultou em uma crescente conscientização cartográfica na geografia cultural.

Para Seemann (2010, p. 2-6), mapas se tornam analogias e modelos que explicam e explicitam a realidade. Ao promover um mapeamento, segundo o autor, esses novos modelos ampliam a envergadura dessa ideia (cartografia), ao acrescentar processos cognitivos e mentais à expressão espacial, a partir do momento em que passa a considerar verdades, vozes e conhecimentos não acadêmicos, mas de diversos representantes da sociedade.

Conforme Erärranta *et al.* (2016 *apud* Cabeça, 2018, p. 2), “a identidade de um lugar é uma narrativa construída sobre os significados que as pessoas associam ao seu espaço, tendo em conta as dimensões física, social e histórica”. No que concerne à cartografia cultural, resta evidenciar que a cartografia moderna reconhece os mapas para além de meros aportes visuais para a informação geográfica. Os mapas “conservam a memória das gentes, tornando as dimensões emocional e afetiva elementos integrais” (Cabeça, 2018, p. 2).

As informações culturais mapeadas, portanto, prestam-se ao sentido do lugar, tornando visível o patrimônio intangível e, ainda, como um lugar é sentido. Para Gomes (2013, p. 10), “as representações do espaço são elas mesmas passíveis de serem analisadas como imagens de lugares”. Para além das imagens de lugares, a compreensão do impacto emocional sobre os territórios e sensibilidades, expectativas e valores invocam uma paisagem intangível que une os grupos ao seu patrimônio e ao seu espaço-lugar de vivência.

Como signo da trajetória da sociedade, a paisagem age ativando a memória, situando as pessoas e definindo identidades (Almeida *et al.*, 2011, p. 4). Para os autores,

Paisagens culturais em constantes apropriações e usos pelos homens são reveladoras de uma historicidade, das condições de materialidade e de geograficidade de todo fato humano e social. A subutilização, a má utilização ou a inutilização das paisagens culturais por parte dos mais diferentes agentes despertou a preocupação para com a proteção, a conservação e a interpretação do patrimônio, buscando explicações para sua dimensão territorial (Almeida *et al.*, 2011, p. 2).

Acreditamos, com isso, que, em movimento oposto à subutilização, ou a inutilização das paisagens culturais, já no sentido de proteção, conservação e interpretação do patrimônio, a cartografia cultural vem propiciar “condições de materialidade e geograficidade”, mencionados pelos autores, à medida que vai mapeando os sentidos e conexões humanas de um determinado bem patrimonial.

Em suas publicações no campo dos mapeamentos, Sônia Moreira Cabeça envolve-se com a contextualização do patrimônio mapeado, de forma que se apresente como metodologia de compartilhamento e pertencimento comunitário. Para a autora (2018, p. 8):

O mapeamento cultural, como um inventário que vai para além da definição de uma prática em si, cria uma narrativa global sobre um lugar, contextualiza o patrimônio no seu território e o relaciona com a sua comunidade. Ao fazê-lo, ao invés do mero exercício de identificação de bens culturais, o mapeamento cultural aborda o significado do patrimônio, conscientizando para a necessidade da sua preservação, transmissão e promoção.

Nossa proposta contempla, portanto, o mapeamento cultural enquanto uma metodologia de percepção das festas populares em Uberlândia. Por meio de conceitos envolvendo a cartografia cultural, propomos uma discussão interdisciplinar que contribui para a visibilidade e a territorialidade dessas manifestações, e em defesa dos lugares de manifestação cultural.

Por conseguinte, esta obra objetivou identificar como estão sendo pesquisadas as festividades populares na cidade de Uberlândia, quais são elas (as pesquisas e as festas), sob quais áreas de estudo foram analisadas, e por fim, se há mapeamentos, cartografias que se relacionem com o espaço de manifestação tratado. Ao fazer isso, não apenas resgatamos e recuperamos todo o esforço já empreendido de construção do conhecimento sobre o tema, valorizando-o, portanto, bem como identificamos elementos-chave para a construção da Cartografia Festiva de Uberlândia.

A Cartografia Festiva de Uberlândia está sendo também publicada em formato *e-book*, para *download* gratuito, sob o Selo didático-pedagógico *Africanidades*, da Editora uberlandense Culturatrix, somando-se a outros materiais didáticos-pedagógicos voltados ao ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e africana, sob o espírito da Lei nº 10.639/2003 e das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”.

Enquanto este livro carrega as narrativas, as histórias e os dados relativos ao patrimônio festivo de Uberlândia, a obra *Cartografia Festiva de Uberlândia -MG* evidencia a sua cartografia cultural e sensorial, que traduz em visualidades, imagens, mapas e retratos cotidianos os resultados deste trabalho. São as duas publicações complementares, mas independentes. Juntas, intentam fortalecer a gestão e a identidade festiva do nosso povo. .

1.

PATRIMÔNIO, FESTA, FESTA-PATRIMÔNIO

As festas são o “patrimônio em movimento”, em reatualização, em ciclo [...]

(Lima, 2017, p. 224)

1.1 PATRIMÔNIO E FESTA COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE

Antes de correlacionar patrimônio cultural e festa, é preciso reforçar alguns conceitos que envolvem patrimônio cultural, memória e identidade, e, sobretudo, a quem pertencem e em que contexto se é possível preservar, apesar de posicionar-se em um histórico de conflitos diversos, mas que também impulsionam a sua defesa.

O entendimento de conceitos acerca do PATRIMÔNIO, ampliado pelo artigo 216 da Constituição Federal/1988 – se comparado ao Decreto-Lei nº 25/1937 –, perpassa a cultura de herança, considerando amplamente a vontade de se transmitir conhecimento acerca da história dos povos e seus grandes feitos. Dessa forma, não há como se dissociar o patrimônio cultural dos conceitos de memória e identidade cultural.

E este é o primeiro campo de conflitos dessa reflexão: Pierre Nora (1993, p. 13) contrapõe os conceitos de memória e história. Em sua abordagem, o autor pontua que “os lugares de memória são, antes de tudo, restos, e que sem vigilância comemorativa a história depressa os varreria. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los”.

Sobre conflitos que envolvem identidade, e que estão diretamente relacionados ao tema dessa pesquisa, o escritor Oswald de Andrade (1928) opõe a cultura tradicional e primitiva do povo brasileiro à cultura ingerida no processo de modernização e industrialização pela qual o Brasil, e sobretudo São Paulo, vinham vivenciando à época. Em *Manifesto antropofágico*, o autor ressalta a importância da reafirmação identitária na manutenção da cultura brasileira. No período, o país vivia o fim da República Velha, enquanto São Paulo começava a se industrializar e se desenvolver, embora o Rio de Janeiro se mantinha como o principal polo político e econômico.

É notório que esse campo enfrenta muitos obstáculos e discussões, desde guerras civis a guerras mundiais, passando pelo entrave político, social e econômico, século após século. Globalmente, os principais atritos relacionam-se com a luta pela valorização dos direitos humanos, sua memória e sua identidade em contraposição ao desenvolvimento

econômico, intrinsecamente ligado aos processos de urbanização e industrialização e, mais tarde, do “meio técnico-científico-informacional”⁸ teorizado por Milton Santos.

Michel Agier (2001, p. 4) reflete sobre a cultura identitária em um contexto de globalização acelerada. O autor é claro ao dizer que “toda identidade é múltipla, inacabada, instável e será sempre experimentada mais como uma busca do que como um fato”. Tal reflexão vai ao encontro do recém publicado Decreto nº 3.551/2000, que institui a política pública de bens imateriais no Brasil, o que coloca o país na vanguarda desse campo.

Retomando a cronologia histórica, tais formulações foram mais enfatizadas na cultura ocidental, ganhando força à medida que os direitos individuais e coletivos também se fortalecem dentro da Revolução Francesa (1789). Sobre esse movimento revolucionário, Pelegrini (2009, p. 19) lembra os motins e as destruições ocorridos e que comprometeram a integridade de vários monumentos que representavam o passado monárquico. Segundo a autora, “tal fato suscitou a necessidade de preservação de testemunhos da história do país, levando o Estado a tomar imóveis e obras de arte como bens elevados à condição de propriedade pública”. Em outras comunidades europeias se seguiu o exemplo, ao longo do século XIX.

No Brasil, antecedendo a Semana de Arte Moderna de 1922, no ano de 1916, Alceu Amoroso Lima e Rodrigo Melo Franco de Andrade⁹ anunciam, em Minas Gerais, a descoberta do Barroco e proclamam a necessidade de sua preservação. No mesmo ano, Amoroso Lima publica na *Revista do Brasil* o artigo “Pelo Passado Nacional”.¹⁰ Já em 1920, Alberto Childe, então arqueólogo do Museu Nacional, escreve um anteprojeto de Lei de defesa do patrimônio artístico, em especial arqueológico, o que para Telles (2009, p. 4) vem a ser uma das pioneiras tentativas de se criar uma legislação protetora do patrimônio arqueológico brasileiro.

De fato, em 1922, a Semana de Arte Moderna destaca Manuel Bandeira e Mário de Andrade, que virão a ter importante papel na preservação do patrimônio cultural brasileiro. Neste mesmo ano é criado o Museu Histórico Nacional, dedicado à história do Brasil e dirigido por Gustavo Barroso até o seu falecimento. Porém, o levantamento de bandeiras sobre essa valorização contrapõe-se ao mais pungente cenário de conflitos no campo do patrimônio cultural à época.

8 Conceito elaborado pelo professor e geógrafo Milton Santos para explicar a atual dinâmica do espaço geográfico e fase da evolução das técnicas, esta responsável pelas profundas reestruturações e integrações da produção, do trabalho, do consumo, da economia e dos territórios no sistema capitalista. Ver mais em: *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico e informacional*. 5. ed., 2013.

9 Respectivamente, escritor e presidente do Iphan de 1937 a 1967.

10 Linha do Tempo IPHAN (2018). Ver ano 1916. Disponível em: <http://www.juniornsv.com.br/80anos/>

Para dar um lugar aos fatos, cabe mencionar que nesse mesmo ano ocorreu o último passo do desmonte do Morro do Castelo, como fruto de uma reestruturação urbanística no centro do Rio de Janeiro. No espaço antes ocupado pelo Morro, assim como a Prisão do Calabouço, destinada ao castigo de escravos –, instalaram-se os pavilhões e os palácios da Exposição Internacional do Centenário da Independência. O que, segundo Simas (2020), “representava a busca pelo ideal moderno em contraposição ao que era considerado o atraso”. A autora frisa que

Havia muitas controvérsias sobre o desmonte do Morro do Castelo, alguns se valiam dos argumentos da falta de higiene e do atraso que representava, e que devia acabar porque desfigurava a cidade carioca. Para outros, significava a destruição da própria memória da cidade. (Simas, 2020).

Esse fato é apenas um de incontáveis exemplos em que o patrimônio cultural foi submerso por políticas desenvolvimentistas, que ignoravam o fato de que ele é, ao mesmo tempo, herança, fruição e memória. É também, principalmente para os países em desenvolvimento, uma possibilidade de sustentabilidade” (Soares, 2009, p. 24-25).

Trazendo avanços consideráveis, a Constituição Federal do Brasil de 1934 traz a função social da propriedade, uma vez que o direito à propriedade não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo. Define ainda, em seu Art. 148, que “Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país”.

Após três anos, diante de amplos e diversificados movimentos, em janeiro de 1937, é criado o já referenciado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹¹, com a finalidade de promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

Em 10 de novembro do mesmo ano, a Constituição Federal outorgada, em seu artigo 134, retoma o conceito e a preservação do patrimônio. Apenas 20 dias depois, o Decreto-Lei nº 25, de 1937, regulamenta o tombamento no Brasil. Embora datem da

¹¹ O Iphan teve diferentes nomenclaturas ao longo de sua existência: inicialmente Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), tornou-se Diretoria (DPHAN), em 1946, e Secretaria (SPHAN) em 1979. Ainda em 1979, criou-se o sistema SPHAN/Pró-Memória, com a incorporação da Fundação Nacional Pró-Memória à estrutura da secretaria. Em 1981, manteve a sigla, mas tornou-se subsecretaria, voltando a ser Secretaria com a criação do Ministério da Cultura, em 1985. Em 1990, foi substituído pelo Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), passando à categoria de instituto e à sigla Iphan, que permanece hoje em 2022.

mesma década as primeiras legislações de proteção ambiental no Brasil, a questão da paisagem ambiental não fica explícita como bem patrimonial, mas de forma análoga¹².

Já em um momento pós 2º Guerra mundial, discussões sobre os direitos humanos ganharam grande prospecção. Nesse contexto, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU). Uma das grandes considerações suscitadas foram os bombardeios que destruíram importantes monumentos de representatividade cultural da humanidade, o que reergueu as discussões que alcançaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

Consta em seu texto, Artigo XXII, que todo ser humano, como membro da sociedade, possui direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade (Assembleia Geral da ONU, 1948). O alcance de tais discussões e reflexões levou à Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado (Convenção de Haia), em 1954, e ratificada pelo Brasil em 1958¹³.

O documento produzido define conceitos em torno de bens patrimoniais e acorda a tomada de atitudes não apenas durante conflitos armados, mas em tempos de paz. Considera ainda que atentados perpetrados contra os bens culturais, qualquer que seja o povo a quem eles pertençam, constituem atentados contra o patrimônio cultural de toda a humanidade, sendo certo que cada povo dá a sua contribuição para a cultura mundial.

Inferimos, portanto, que houve uma comoção internacional mediante as imensuráveis perdas patrimoniais provocadas pela guerra, atacando os povos em seus bens materiais, ambientais, sociais, econômicos e afetivos, mas também em sua dignidade, identidade, memória e história, o que lhes são tão caros. Contudo, mais uma vez, um conflito ideológico e político, com viés econômico, atinge diretamente a sociedade, mas impulsiona políticas de proteção aos bens, dando-lhe mais força e instrumentos.

No Brasil, antecipadamente, avançamos no tocante ao patrimônio natural com a Constituição Federal promulgada em 1946. Em seu Art. 175, fica explícito que “as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público”. Tal perspectiva leva à publicação, em 1961, do instrumento legal de

12 Delphim (2004) em *O patrimônio natural no Brasil* afirma que: “De forma análoga a esses bens, aos quais são equiparados, são considerados os monumentos naturais, os sítios e as paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que foram dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.”.

13 Decreto n° 44.851, de 11 de novembro de 1958: promulga a convenção e protocolo para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado, Haia, 1954.

proteção aos monumentos arqueológicos e pré-históricos (Lei nº 3.924/1961) envolvendo elementos como os sambaquis e jazidas. Porém, somente em 1964, na Carta de Veneza¹⁴, se define que “o monumento é inseparável do meio em que se situa”. Essa reflexão viria a ser um marco crucial para as políticas de patrimônio que se seguiram.

Ao considerar o meio, a Constituição Federal Brasileira, outorgada em 1967, em seu Art. 180, inclui no rol de bens que ficaria sob a égide do Estado as paisagens naturais notáveis e locais de valor histórico ou artístico – além das jazidas arqueológicas. É um momento crucial na construção de um entendimento de inter-relação e mutualismo entre os bens culturais e o meio natural. Para Delphim (2004, p. 3), “é na natureza que se encontram todas as fontes materiais e imateriais da produção cultural”.

Em busca de desenvolvimento e integração, as políticas econômicas brasileiras, na década de 60 – iniciadas com a Marcha para o Oeste na década de 30 –, investiram na modernização agropecuária no interior do país, na transferência da capital para Brasília e na integração do território. Essa política reflete diretamente na demografia e em processos de urbanização acelerada, além de uma corrida comercial e industrial em todo o país. Quanto maior a necessidade de produção, mais espaço se apropria, e isso atinge diretamente grupos comunitários ribeirinhos e populações tradicionais, modificando a sua condição de vida no meio em que se formaram.

Outros esforços visaram colocar o Brasil – em uma fase nacionalista – sob o interesse mundial. A década de 1970 pode ser simplesmente traduzida na reflexão de Chuva (2012, p. 163). Para a autora,

A noção de referência cultural, formulada nos anos 70, foi fundamental para a inclusão dos grupos sociais como sujeitos no processo de seleção do patrimônio cultural. Sem perdê-la de vista, outras noções, como a de paisagem cultural, têm se tornado importantes nesse processo. Originariamente lançada pela Unesco, a categoria de paisagem cultural talvez seja, hoje, um dos principais passos dados no sentido da superação da falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, pela ênfase na relação entre o homem e o meio, especialmente se associada à noção de lugar, não como uma categoria de patrimônio imaterial, mas como um dos elos pertinentes para constituir um patrimônio cultural integral (Chuva, 2012, p. 163).

É importante frisar que toda uma trajetória de conflitos entre progresso e herança, e entre desenvolvimento urbano e patrimônio cultural, suscitadas nos Encontros de

14 Carta internacional sobre conservação e restauro de monumentos e sítios. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Escritório. Maio de 1964.

Brasília (1970) e Compromisso de Salvador (1971), culmina hoje em movimentos sociais e políticas públicas que clamam por uma gestão colaborativa, mediante uma governança participativa. Para Barquero (2001, p. 10), “são as iniciativas e o controle exercido pelos atores locais e a sociedade civil, através de respostas estratégicas, que contribuem para os processos de transformação de cidades e regiões”.

Como resultado dessas construções, a promulgação da Constituição Federal de 1988 (artigos 215 e 216) explicita o patrimônio cultural como uma construção coletiva e multifacetada da sociedade em sua íntima relação com o meio. É nesse momento também que se fala em direito e dever – do Poder Público junto com a comunidade – no que tange à sua promoção e preservação.

Instituíram-se, então, instrumentos capazes de justificar a salvaguarda das referências culturais, identidades, celebrações, lugares de memória e saberes tradicionais. No momento em que passam a ser fomentadas e promovidas, as políticas culturais trazem consigo apropriação, mas também deformação cultural.

Segundo o texto constitucional de 1988, “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Art. 215. § 1º, Constituição Federal de 1988). Em sequência, descreve e enumera:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. - as formas de expressão;
- II. - os modos de criar, fazer e viver;
- III. - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais (Brasil, 1988).

Antecipadamente à Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO), realizada em Paris no ano de 2003, o Brasil publica o Decreto 3.551, datado de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Seu objetivo foi “ampliar o raio de proteção, preservação e valorização dos bens simbólicos de nosso povo¹⁵”.

Nesse momento (63 anos após a criação do IPHAN pelo Decreto-Lei de 1937), a dimensão intangível do patrimônio brasileiro é regulamentada, visando sua preservação e proteção por parte do Estado. O Decreto 3.551/2000 regulamentou o artigo 216, § 1º, da Constituição Federal. Por meio dele, segundo o IPHAN (2003), o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial é feito em um ou mais dos seguintes Livros:

Livro dos Saberes – para o registro de conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

Livro das Celebrações – para as festas, rituais e folguedos que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e outras práticas da vida social;

Livro das Formas de Expressão – para a inscrição de manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e o

Livro dos Lugares – destinado à inscrição de espaços como mercados, feiras, praças e santuários onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (IPHAN, 2003, p. 20).

O Decreto de 2000, que destaca o patrimônio imaterial, também instituiu, em seu artigo 8º, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Mas este só foi regulamentado em 18 de maio de 2016, pela Portaria Iphan nº 200, que consolidou a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, trazendo objetivos, princípios, diretrizes e linhas de atuação. Segundo a publicação do IPHAN “Saber, Fazer, Gingar e Celebrar: ações para a salvaguarda de bens registrados do Brasil 2002-2018”:

15 Palavras de Gilberto Gil, Ministro da Cultura entre 2003-2008, no texto de apresentação do Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (p. 7).

Essencialmente, para além do apoio à continuidade de saberes e práticas tradicionais, a política de salvaguarda para o patrimônio imaterial busca, por meio da gestão compartilhada, o desenvolvimento da cidadania e o fortalecimento das comunidades, grupos e segmentos de detentores (IPHAN, 2018, p. 16):

Quem são, no entanto, os “detentores”? O seu conceito aparece no artigo 2º (Dos Conceitos), VI, da Portaria 200/2016:

VI – Detentores – denominação dada às comunidades, grupos, segmentos e coletividades que possuem relação direta com a dinâmica da produção, reprodução de determinado bem cultural imaterial e/ou seus bens culturais associados, e para os quais o bem possui valor referencial, é parte constituinte da sua memória e identidade. Os detentores possuem conhecimentos específicos sobre esses bens culturais e são os principais responsáveis pela sua transmissão para as futuras gerações e continuidade da prática ao longo do tempo (Portaria nº 200, de 18 de maio de 2016).

Importa ilustrar a perspectiva da Instituição, sobre o que visa a PNPI:

Figura 2 – Política Nacional do Patrimônio Imaterial.



Fonte: Saberes, fazeres, gingas e celebrações (IPHAN, 2018, p. 16).

É daqui, diante desse conceito, que direcionamos a discussão para as reflexões acerca da FESTA. Chegamos a uma perspectiva indiscutível: o patrimônio não é: ele está. O patrimônio está nas práticas, está nas pessoas, está no movimento, na vida cotidiana e na vida extraordinária das pessoas. E por estar nas pessoas e em seus movimentos, ele é diferente em cada território em que é construído. E, ainda que as pessoas o carreguem consigo por onde passam, os aspectos mais centrais de suas raízes se transformam de acordo com o espaço e com a identidade do lugar.

As festas são o “patrimônio em movimento”, em reatualização, em ciclo (Lima, 2017, p. 224). Essa perspectiva de “patrimônio em movimento”, ao nosso olhar, busca diferenciar a “casca” estática do patrimônio material (edificações, sítios, monumentos, objetos) da vida que “corre nas veias” – e por isso em ciclos dinâmicos – do patrimônio imaterial.

Se nos aprofundarmos nas legislações que versam sobre as fiscalizações dos bens imóveis pelos órgãos de proteção do patrimônio, como o Iphan, veremos que o seu olhar é sobre a aparência externa, sobre a “casca”. Deve-se manter a fachada, as telhas, a altura e outras tantas características construtivas da forma e cor originais. Não se trata da preservação e da manutenção do uso, da história ou da memória de seus habitantes na grande maioria dos casos, exceto alguns lugares historicamente institucionais ou institucionalizados.

Por outro lado, no campo do patrimônio imaterial, tudo está em movimento: os saberes, os fazeres, as celebrações e o lugar em que elas acontecem. Aqui, não há tombamento, porque não se visa paralisar as ações em “fotografias originais”. Pelo contrário, busca-se mecanismos que fortaleçam as dinâmicas das ações humanas presentes, e em constante movimento, em constante ressignificação, geração a geração, lugar a lugar, região a região.

Dentre os campos do patrimônio imaterial – Saberes; Celebrações; Formas de Expressão; Lugares –, as celebrações são as mais fluidas, as mais flexíveis e as que, em regra, mais precisam se adaptar às dinâmicas urbanas e globais. As festas são rituais coletivos que envolvem uma diversidade ímpar de coletividades, seja religiosa, social, econômica, étnica ou de gênero. Mais que isso: as festas reúnem diferentes coletividades, cada qual com seus saberes, fazeres, formas de expressão.

Diferem-se, portanto, dos demais bens imateriais, visto que estes tratam de grupos fechados que convivem, que produzem, que socializam entre si, em cada característica particular: a Arte Kusiwa (pintura corporal e arte gráfica dos povos Wajápi); o Ofício das

paneleiras de Goiabeiras; Ofício das Baianas de Acarajé; Saberes associados às Bonecas karajás, entre outros.

A festa é o lugar de todos, da reunião de diferentes saberes, de diferentes coletividades, de percursos por diferentes lugares. Ainda que seja reduzida a uma só coletividade, a um só movimento, a um só registro, representa inúmeros cotidianos e espaços que se organizam em torno dele. Nesse momento, diferenças sociais, de classe, de cor, de credo, de política e de urbanidade não significam nada, se não as mãos dadas por um povo que pulsa, que vive, que é o patrimônio de fato. Para Lima (2007, p. 224), a festa suscita uma reação emocional de adesão e de comunhão para seus participantes.

Aos que não se configuram como “detentores”, mas pesquisadores, participantes, admiradores e público visitante da festa, há uma outra perspectiva, que acreditamos ser importante trazer. Para isso, faremos uso das palavras de Marques (2011, p. 18): “A festa tem esses poderes, nos permite aproximar os sujeitos, viajar por lugares, tocar a história de uma comunidade, viver tempos passados, perceber relatos de lamento e esperança, e, principalmente, nos ensina a ouvir”.

Na pesquisa, intitulada “Folias e Festas de Reis: o mundo ritualístico dos cantadores da fé”, Nery (2004, p. 1) expressa sobre o valor e o movimento do patrimônio festivo:

Para fazer a “viagem” ao mundo ritualístico [...], parto do entendimento segundo o qual as manifestações da Folia de Reis estão, por um lado, impregnadas de ritos em constante criação, recriação e adaptação, de acordo com a dinâmica da sociedade e, de outro, e ao mesmo tempo, pelo valor semântico que os dançadores atribuem a eles e que também não está estático e estanque em si mesmo, mas dinâmico e se reelaborando de acordo com o movimento da sociedade (Nery, 2004, p. 1).

Como o cerne desta seção “Patrimônio, Festa, Festa-Patrimônio” encontra-se no movimento das festas, do patrimônio e dos lugares de celebração, temos que compreender um pouco mais sobre os diversos fatores que promovem as suas ressignificações, as suas adaptações, as suas formas de resistências e, como não poderia ser diferente, as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos avanços das políticas de preservação.

Quando tratamos de festas, tratamos do urbano e do rural. Algumas festas, tempos atrás, ocorriam exclusivamente no meio rural, seja em propriedades fundiárias, aldeias ou quilombos. Com o processo de formação das cidades, as festas veem-se cada vez mais inseridas na vida urbana. E essa urbanização, independente do lugar, não cessa em ocorrer de forma rápida (descontrolada) e sem planejamento.

É fato que a urbanização é dinâmica, assim como as festas, e se adaptam e se desenvolvem em torno das pessoas. Para Santos (1988, p. 14), o fenômeno urbano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado. Segundo o geógrafo (1988, p. 15):

Dentro dos países, a repartição geográfica da população também muda. Certas regiões perdem população em proveito de outras, tornadas mais dinâmicas (no caso do Brasil, a perda de substância demográfica do Nordeste em favor do Sudeste é notória), mas o essencial do movimento é devido à urbanização: Entre 1800 e 1950, a população mundial multiplicou-se por 2,3 enquanto a população urbana total se multiplica por 20 (Santos, 1988, p. 15).

Reduzindo a poucos termos, essa urbanização foi apontada, por alguns autores, ao longo das últimas décadas, como responsável pela falta de trabalho nas áreas rurais, frente ao declínio da lavoura tradicional e ascensão da agropecuária; pela busca de melhores condições de vida, frente à crescente necessidade de mão de obra na cidade. Segundo Ferreira (2006, p. 15-16), a maior parte da população rural mudou-se, influenciada pelos acontecimentos de caráter nacional, como a urbanização, falta de trabalho na roça, a substituição da lavoura tradicional pela criação de gado e a necessidade de mão de obra na cidade.

Independente dos motivos, o êxodo rural – assim como as migrações e imigrações ainda atuais – foi um deslocamento insistente e voraz no campo das mudanças no modo de vida e no lugar de celebração dos povos. Nas palavras de Santos (1988, p. 16): o fenômeno da urbanização é, hoje, avassalador nos países do Terceiro Mundo.

Na correlação das festas em meio a esse movimento rural-urbano, no contexto rural, o tempo de celebração e o núcleo das festas eram menores (inicialmente o seu núcleo familiar). Já no contexto urbano, as relações sociais foram expandidas, agregando em seu núcleo vizinhos, amigos, parentes, personalidades, colegas de trabalho, o que acarretou também na expansão do tempo e do espaço de celebração.

Nesse contexto, Ferreira (2006, p. 17) se aprofunda nas transformações das festas de folia, frente às transformações urbano-rurais, na região de Uberlândia:

Com o passar do tempo, os novos moradores passaram a fazer parte do convívio dos antigos moradores e vice-versa, muitos começaram a participar da festa de Reis, abrindo suas casas para a folia, alguns mais devotos e influenciados pela amizade adquirida no

decorrer do tempo ajudam na preparação da festa de Reis, ficam felizes quando a folia passa em suas residências e participam do convívio social (Ferreira, 2006, p. 17).

Embora não caiba, entretanto, reduzir todas as fontes de ressignificações e mutações das celebrações aos processos de urbanização, foi possível observar, a partir da bibliografia explorada, que as transformações nas festas populares partem das mudanças sociais que envolvem os indivíduos e os lugares que habitam. Onde habitam, constroem identidades, memórias e relações sociais que delineiam o seu cotidiano e os rituais que celebram.

Embora possamos mencionar alguns dos processos de ressignificação festiva, não pretendemos exaltá-la ou esgotá-la nesse livro. Para Santos (1988, p. 17), a busca da explicação das transformações passa pela compreensão dos grandes grupos de variáveis que compõem o território, a começar pelos indicadores mais comuns até os mais complexos.

No entanto, ao colocarmos as festas inseridas nas transformações do modo de vida das pessoas, das comunidades, das populações, e a forma como lidam com as transformações cotidianas em suas identidades, as colocamos, definitivamente, dentro dos conceitos de cultura popular. E cultura popular não se delimita, não se descreve: se qualifica, por meio da recepção, compreensão e manipulação, em tantas formas quanto se apresentarem.

Para cartografar Festa e Patrimônio, percorremos a ideia de que cada lugar, enquanto perspectiva geográfica ou enquanto categoria do patrimônio, representa uma significação de existência. É esse o fato que o torna singular, formador de uma identidade que vai edificar o sentimento de pertencimento, por meio das práticas exercidas na comunidade, e esses consolidam uma referência para o território.

Para Santos (1988, p. 13), quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, “únicos”. Em seguida, o autor retoma o embate de La Blache, entre a Geografia como a ciência dos lugares ou Ciência dos homens:

Vale, então, a pena retomar o debate sobre se a geografia seria uma ciência dos lugares, como há quase um século já nos dizia Vidal de la Blache, ou se apenas seria uma ciência dos homens. Parece-nos que, hoje, a geografia tende a ser cada vez mais a ciência dos lugares criados ou reformados para atender a determinadas funções, ainda que a forma como os homens se inserem nessa configuração territorial seja ligada, inseparavelmente, à história do presente. Se os lugares podem, esquematicamente, permanecer os mesmos, as situações mudam. A história atribui funções diferentes ao mesmo lugar. O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam – ruas,

edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem (Santos, 1988, p. 13).

Se as situações mudam, quando falamos em patrimônio festivo, estamos adentrando no campo das Referências Culturais, onde se apresentam práticas simbolizadas traduzidas em saberes peculiares que atravessaram muitas existências, e que se materializam nas manifestações, no artesanato, na comida, na dança, nos sons, nas vestes, nos ritos, nas relações humanas.

Enquanto categoria de patrimônio, o IPHAN defende que lugares como mercados e feiras podem ser reconhecidos enquanto patrimônio, pois reproduzem práticas culturais coletivas. São um foco de vida social com representações simbólicas e narrativas e servem de instrumento para a construção do sentimento de pertencimento, memória e identidade. O lugar, então, consolida-se também enquanto categoria de patrimônio imaterial visto que considera as pessoas e seus modos de vida que dão sentido ao lugar. Para Soraia Nór (2013, p. 123),

O lugar e a paisagem – como categorias do patrimônio cultural – constituem-se da mistura indissociável entre o material e o imaterial, posto que a conformação física estabelece uma relação dialética com o componente social. As práticas sociais dão sentido ao lugar, e o lugar é fundador de tais práticas. As vivências e as relações sociais manifestam-se na paisagem dos lugares.

As Festas populares são o que os sentimentos valorizam como patrimônio. E mais: as festas são o elo entre a pele (tangível) e a alma (intangível), pois são traços da etnografia de todos os povos. Para Cruz *et al.* (2008, p. 15-16):

[...] nas manifestações populares como festas religiosas ou profanas e comemorações diversas são observados não só o fazer artístico, mas também as relações sociais que perpassam pela realização dessas manifestações e que traduzem a linguagem, a expressão do pensar, do fazer e do sentir característico de um povo.

As características de criação e reinvenção de significados culturais não são exclusivas das festas, mas da dinâmica social moderna. Com isso, as festas são diretamente influenciadas não apenas pela indústria cultural, mas também pela arena política, pela indústria do turismo, pela indústria midiática, pela indústria das redes sociais.

Ao mesmo tempo em que são afastadas – quando interferem em interesses particulares (sobretudo na disputa pelo uso do espaço e pelo preconceito) –, são usadas e apropriadas pelos interesses daqueles segmentos que a enxergam como possibilidade de lucro, de desenvolvimento local, por serem, segundo Trigueiro (2007, p. 109), “polissêmicas, multicoloridas e alegóricas, atraindo não só a comunidade local, mas pessoas de outras comunidades e turistas”, o que, segundo o autor, mistura as culturas.

Misturando-se, alcança ressignificações e relações sociais mais extensas e diversas, incorporando novas “memórias” e práticas aos valores tradicionais, num contexto híbrido de tradicional e contemporâneo em que encontramos as festas populares, resistindo às novas configurações de tempo, espaço e cultura.

Para Trigueiro (2007, p. 109), as festas, “temperadas com as vinculações culturais e as conversações com os outros de fora dos seus territórios que vão constituindo as identidades e os estatutos de convivência e conveniência cultural do local com a cultura global” (Trigueiro, 2007, p. 109).

Doreen Massey nega o lugar como produtor de uma identidade única, justamente por essa multiplicidade e coexistências de trajetórias. A autora, segundo Souto Resende (2009, p. 218), comprehende o espaço como produto de inter-relações, como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, na qual distintas e múltiplas trajetórias coexistem, e como espaço sempre em construção.

2.

"PESQUISADOREZ
VÃO À FESTA"

2.1 CAMINHO METODOLÓGICO

Neste trabalho, buscamos conhecer, analisar, reunir e compilar quantitativa e qualitativamente as contribuições sobre os temas que se relacionam com as festas, enquanto categoria de patrimônio cultural. Na análise, classificamos algumas unidades de significação criando categorias, que suplementam e revelam uma nova estrutura de dados: o mapeamento das festas populares em Uberlândia e a compreensão dos territórios (urbanos e rurais), por seus fluxos festivos e coexistências.

Conduzimos a análise documental ancorada em Bardin (1977), sobretudo quanto às formas de tratamento dos dados, levantados de acordo com as palavras-chave que elegemos: categorização prévia. Ou seja, tratamos os dados segundo categorias de análise. Como uma investigação requer sucessivas análises, indexamos os dados e as significações por meio de uma análise temática que reflete a multiplicidade de temas envoltos à nossa pesquisa.

Preocupadas em evitar, conforme aponta Bardin (1977), uma “compreensão espontânea” dos dados, nos propusemos a uma “vigilância crítica” a cada leitura, e, por essa razão, atribuímos significados, por meio das inferências, propiciando, enfim, a análise documental. Segundo a autora, a análise documental permite passar de um documento primário para um documento secundário, em representação ao primeiro.

Com essa compreensão e categorização, seguimos para as buscas textuais em repositórios, seguidas de fontes virtuais de pesquisa e produtos artísticos que se encontram com o tema. Ressaltamos que a pesquisa bibliográfica constitui-se como procedimento metodológico basilar para a coleta de dados desta proposta, pois além de reunir dados dispersos em inúmeras publicações, está vinculada – direta e objetivamente – ao mapeamento das festas populares em Uberlândia e à compreensão dos territórios (urbanos e rurais) por seus fluxos festivos e coexistências.

Para tal proposta, foram efetuadas buscas em repositórios universitários e nas bases de dados nacionais Scielo, Google Scholar e CAPES. Partindo da categorização temática, as palavras-chave utilizadas para a busca de publicações que abordassem as festas populares de Uberlândia, nas bases de dados, foram: festas, congado, congo, congadas, carnaval, festa(s) junina(s), folia de reis, folias, festas populares, patrimônio cultural, somadas ao termo “Uberlândia”. Não foram limitados campos do registro, tais como título, resumo e palavras-chave.

Para a construção da base conceitual, foram levantadas pesquisas que abordassem “olhar geográfico” e “método de pesquisa”. Tais temas permeiam o texto de forma global, sendo entendidos como eixos centrais desta pesquisa e, portanto, não se somam ao quantitativo do levantamento, mas são encontrados em aba específica do levantamento bibliográfico, para consulta do leitor interessado.

Ao adentrarmos diretamente nas quatro maiores festas de Uberlândia, foram levantadas 85 publicações, realizadas entre 1986 e 2022, as quais foram lidas e/ou analisadas, sob as categorias de análise “*congado*”; “*festas juninas*”; *carnaval*” e *folias de Reis*”. Dessas, 44 encontram-se aqui citadas. Deve-se considerar que esse conjunto de publicações não representa a totalidade de estudos existentes sobre as festas populares de Uberlândia, mas uma amostra, seja em função do tempo de estudo, seja pela disponibilidade digital ser algo recente, ou dificuldade de acesso a publicações impressas e/ou acesso a arquivos públicos, num contexto de pandemia COVID-19, durante toda a preparação desta obra.

A pesquisa foi classificada de acordo com as seguintes categorias estabelecidas:

1. Vínculo do autor com a instituição de publicação;
2. Área e grau acadêmico do autor;
3. Eixo teórico: *festa*, *patrimônio cultural*, *Uberlândia*, *Folia de Reis*, *Congado*, *Carnaval*, *Festas juninas*;
4. Palavras-chave da pesquisa; e
5. Presença de conceitos afetos à cartografia que se pretende alcançar com o produto: mapa, mapeamento temático, cartografia cultural, lugar.

Somando-se todas as categorias de análise de dados, foram levantadas 140 referências relacionadas aos assuntos abordados, para se chegar ao estudo do patrimônio festivo de Uberlândia. Destas, 61 (sendo 49 sobre as festas locais) foram escritas por pesquisadores vinculados à UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Importa destacar que as publicações sobre as festas relacionadas à Uberlândia alcançaram outras 19 pesquisas publicadas, em outras 14 universidades, fora as publicações sem vínculo acadêmico. Percebemos, com isso, uma capilaridade das festas de Uberlândia, para além dos limites do município, do estado e do país.

Dante do levantamento bibliográfico e documental, as informações foram ordenadas, conforme dito. Com isso, observamos, na prática, os conceitos de Laurence Bardin em “Análise de conteúdo”. Pois, após a categorização e a ordenação aplicada, fomos capazes de absorver e promover uma compreensão fácil e flexível das informações necessárias e convenientes não só para a construção do produto, como também para a elaboração deste texto. Para isso, precisávamos chegar a representações condensadas e acessíveis, para melhor elucidar os assuntos propostos.

Utilizamos, por fim, para a análise dos resultados, e em continuidade aos conceitos de análise de Bardin (1977), a construção de quadros. A sistematização de dados em quadros partiu do banco de dados de informações ordenado pelas planilhas Excel, cuja vantagem consistiu em poder relacioná-las, sem perder de vista a contextualização do tema e suas categorias de análise. O arquivo de ordenamento de pesquisa, *Festa Junina, Folia de Reis, Carnaval e Congadas de Uberlândia: levantamento bibliográfico*, é um subproduto do mestrado que deu origem a este livro, o qual o leitor poderá manusear, conforme interesse e filtros desejados.

A observação dos quadros visa dar importância simbólica à intensidade de ocorrência das expressões culturais e à forma como são alcançadas pesquisas e produções acadêmicas e diversas. Ainda, permitem compreender as dimensões gerais que apoiam a análise e a reflexão por parte do leitor. De acordo com Vargas (2017), a sistematização de informações sobre expressões culturais não é tarefa fácil. Segundo a autora,

O elevado volume de informações geradas por esse conjunto de procedimentos, habilita essa metodologia como ferramenta a ser considerada nas diversas etapas de execução de estudos que considerem a dimensão cultural e o seu tratamento em que pesem as determinações simbólicas, materiais, históricas e políticas da dinâmica produção social (Vargas, 2017, p. 27).

Assim como para a autora, acreditamos que “a metodologia qualitativa não deve ser tomada como um encadeamento a ser seguido rigorosamente”, mas com o rigor necessário. Tal compreensão coaduna com o “rigor” e a “flexibilidade” levantados por Bardin (1977) em traçar passos técnicos para uma análise documental, considerando relevante a sistematização de dados e a sua posterior codificação, que aqui é representada pelos quadros.

Como critério de análise, alicerçado na noção de território, essencial ao mapeamento temático aqui proposto, adotamos, ao aprofundar nas festas de Uberlândia, a classificação das festas em “Festas rurais” e “Festas urbanas”, incluindo o fato de que há entre esses espaços interdependências estruturais e funcionais, que desconstroem a dicotomia rural-urbano.

2.2 CRUZANDO OS DADOS

Nessa seção, pretendemos demonstrar os resultados encontrados e interpretados. Retomando os números e processos apresentados na introdução, foram levantadas 140

publicações. Destas, as obras aqui citadas somam 87. Para melhor recorte, consideramos como pesquisa documental fontes jornalísticas, artísticas e de difusão (ou midiáticas). Isso se dá pelo interesse em perceber as pesquisas institucionalmente desenvolvidas, assim como as permeadas no seio da sociedade. Assim, percebemos a capilaridade e o grau acadêmico (ou de confiança da fonte) das publicações. Com a finalidade de simplificar a leitura e o entendimento, sistematizamos informações qualitativas em quadros, acrescido de gráficos.

Quadro 8 – Pesquisa bibliográfica levantada e citada, segundo os temas da pesquisa.

Bibliografia levantada		Bibliografia citada	
Patrimônio cultural	36	Patrimônio cultural	29
Festa	11	Festa	9
Uberlândia	8	Uberlândia	5
Folias de Reis	27	Folias de Reis	15
Carnaval	14	Carnaval	6
Congado	37	Congado	16
Festas Juninas	7	Festas Juninas	7
total	140	citada	87

Fonte: Levantamento bibliográfico e documental, Ana Paula Carvalho, 2022.

Ao iniciar a pesquisa que deu origem a este livro, não imaginávamos a quantidade de obras publicadas com o tema, sobretudo no que concerne ao recorte “festas de Uberlândia”. Somente sobre as quatro festas, o número é de 85 referências, sendo o congado o tema de maior ocorrência (37), seguido da Folia de Reis (27), carnaval (14) e festas juninas (7). Esse número, no entanto, não pode ser tomado como quantitativo total do universo das pesquisas pelos seguintes motivos: a) não se esgotou todas as pesquisas existentes – até o último dia de escrita, novas obras iam sendo encontradas, à medida que as leituras permitiram a descoberta de novas referências; b) foram desconsiderados trabalhos completos ou resumos publicados em anais de eventos, cujos autores vieram a publicar dissertação ou tese em seguida (cujo texto seria exposto no trabalho seguinte);

c) algumas pesquisas cujo tema central é “Uberlândia”, “festa” e “patrimônio” também tratavam, de maneira secundária, alguma celebração, ainda que não fosse o objeto da pesquisa. No entanto, as obras foram categorizadas pelo seu eixo central e/ou trecho, conforme utilizada na citação. A partir daqui, os dados se afunilam, conforme demonstra o Quadro 9. Consideramos o recorte específico da pesquisa: **As Festas Populares de Uberlândia-MG**. Trata-se de 85 fontes analisadas, das quais 44 foram citadas.

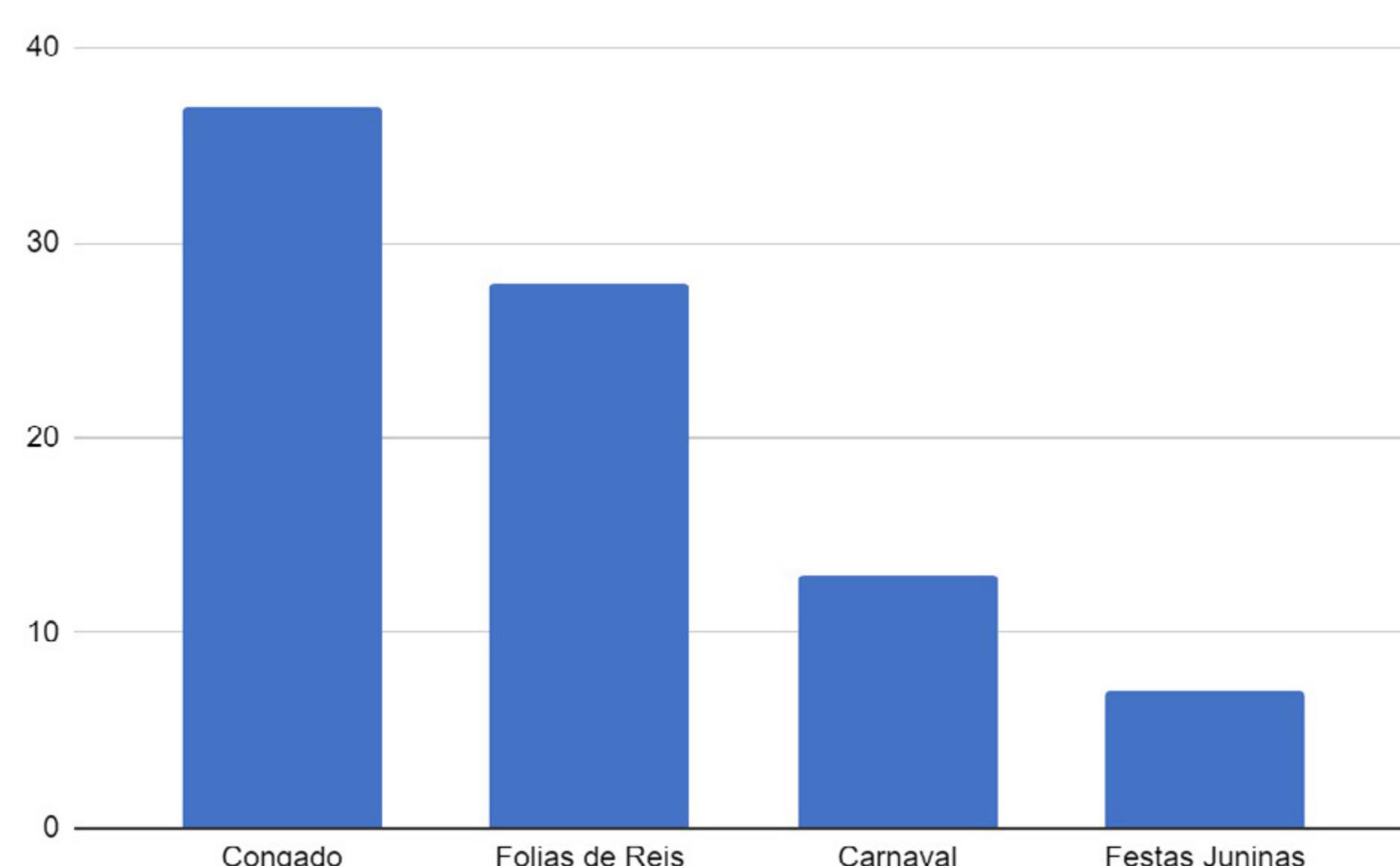
Quadro 9 – Bibliografia analisada e citada sobre as festas populares de Uberlândia-MG.

Bibliografia analisada		Bibliografia citada	
Congado	37	Congado	16
Folias de Reis	27	Folias de Reis	15
Carnaval	14	Carnaval	6
Festas Juninas	7	Festas Juninas	7
Total analisado	85	Total citado	44

Fonte: Levantamento bibliográfico e documental, Ana Paula Carvalho, 2022.

Dentre esse montante levantado, de um lado, quase 50% versam sobre o Congado, e do oposto, apenas 8% sobre as festas juninas (ou de santos e devoção). Unindo congado e carnaval, as festas urbanas representam 60% das produções analisadas, contra 40% tratando das festas rurais (Folias e Juninas).

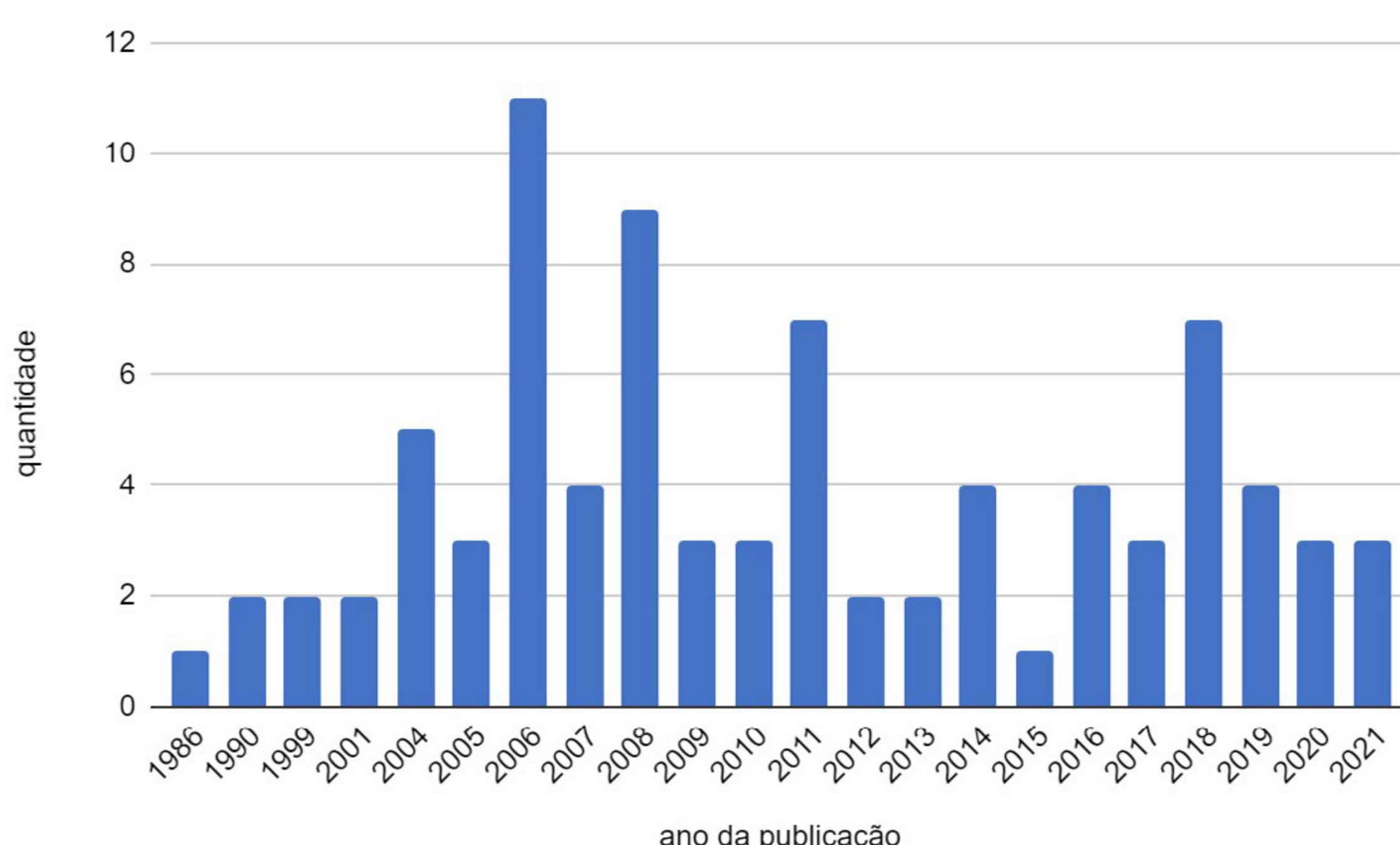
Gráfico 1 – Festas referenciadas segundo o tipo.



Fonte: Pesquisa bibliográfica e documental, Ana Paula Carvalho, 2022.

Considerando as 85 fontes levantadas que abordam o Carnaval, o Congado, a Folia de Reis e as Festas Juninas em Uberlândia, a primeira publicação data de 1986 e a última de 2021. O gráfico 2 demonstra as festas referenciadas segundo o ano de publicação. Assim, podemos compreender as oscilações no período, bem como a inclinação positiva do gráfico, a partir da publicação do Decreto 3.551/2000 – que amplia a noção do patrimônio cultural, conforme foi avançando nas discussões e políticas de bens imateriais, onde se encaixam as festas populares.

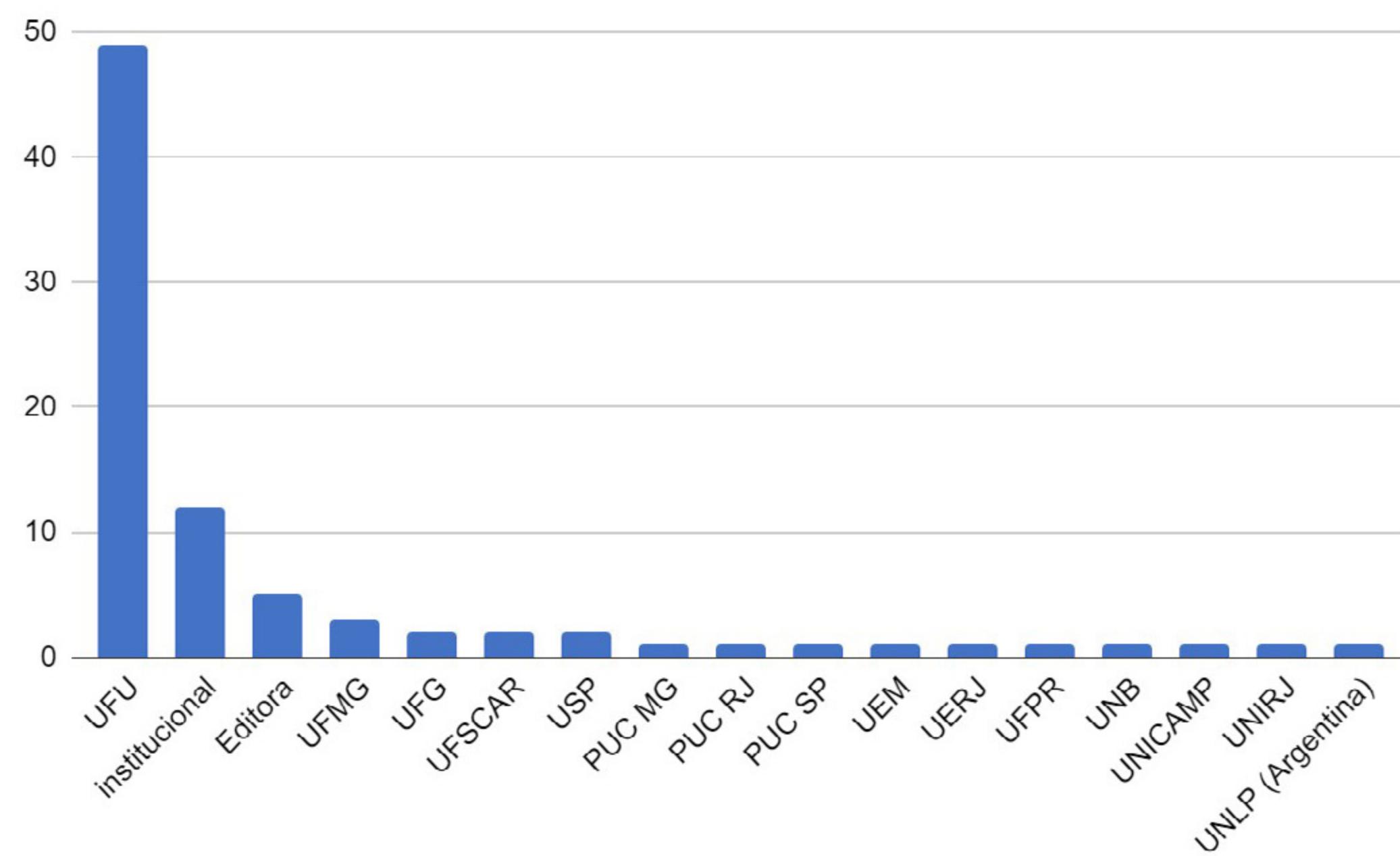
Gráfico 2 – Festas referenciadas segundo o ano da publicação.



Fonte: Pesquisa bibliográfica e documental, Ana Paula Carvalho, 2022.

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU), por estar situada no município, e outros campi no Triângulo Mineiro, cujas produções são mais centradas em temas locais, somam 49 publicações levantadas, dentro desse recorte. Em seguida, apresentam-se as publicações institucionais: IEPHA, PMU, COMPHAC e IPHAN, com 12 publicações, e por editoras 5. Todas as demais, reunidas em “outras Universidades”, totalizam 19 publicações, em 14 Universidades diferentes, em 6 estados mais o Distrito Federal. Tal fato é interessante, pois demonstra a capilaridade do tema no território brasileiro. Ou seja, nosso recorte temático não é de interesse apenas municipal ou regional, mas alcança outros estados do território nacional. Uma das pesquisas, no entanto, está vinculada à Universidad de La Plata, na Argentina, como pode ser apreciado no Gráfico 3, abaixo:

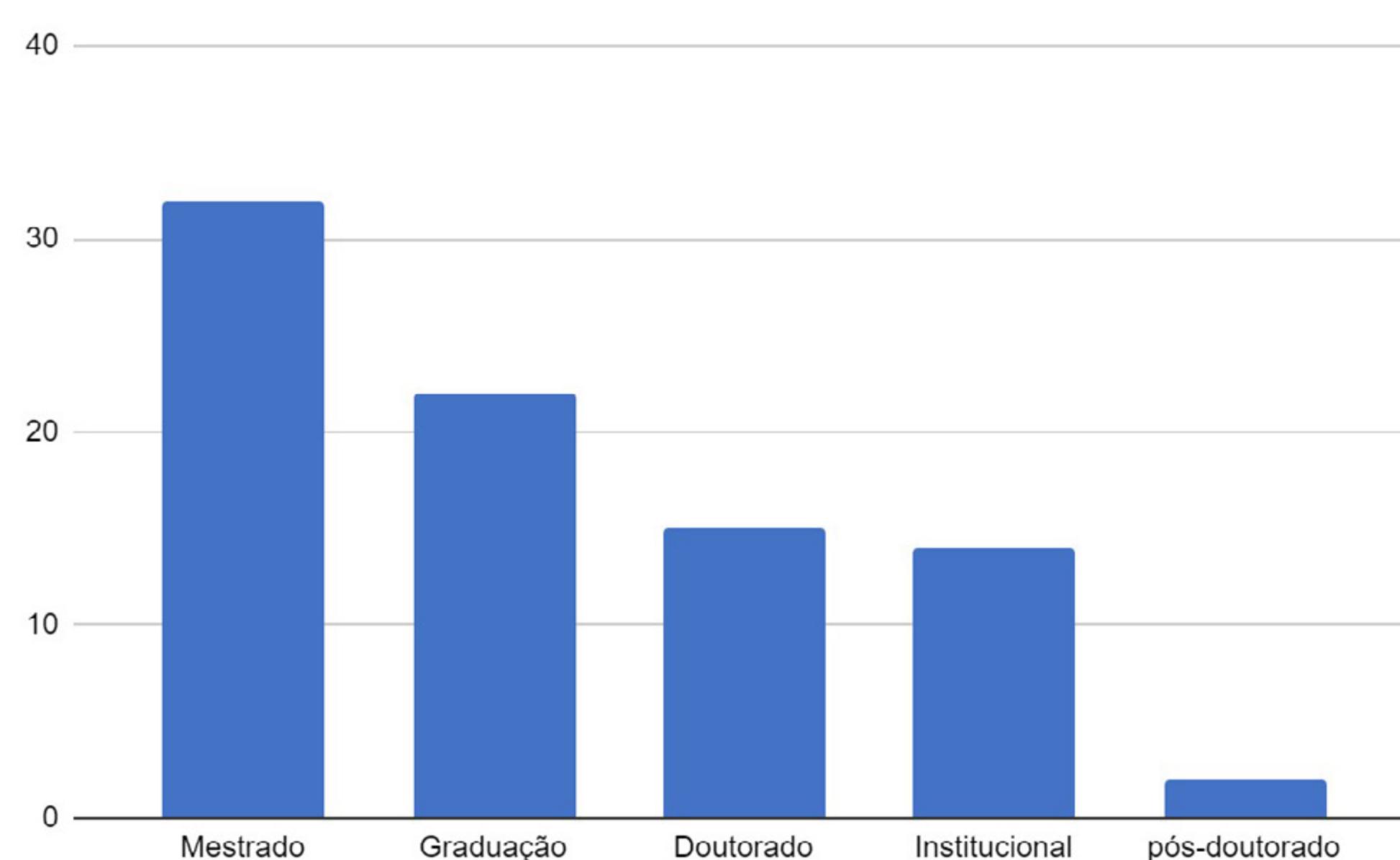
Gráfico 3 – Festas referenciadas segundo o vínculo institucional.



Fonte: Pesquisa bibliográfica e documental, Ana Paula Carvalho, 2022.

Com relação ao grau acadêmico, ou de atuação, dentre as 85 obras, 32 foram realizadas a nível de mestrado; 22 de graduação; 15 de doutorado; 14 por instituições especializadas e 2 a nível de pós-doutorado, gerando o gráfico 4:

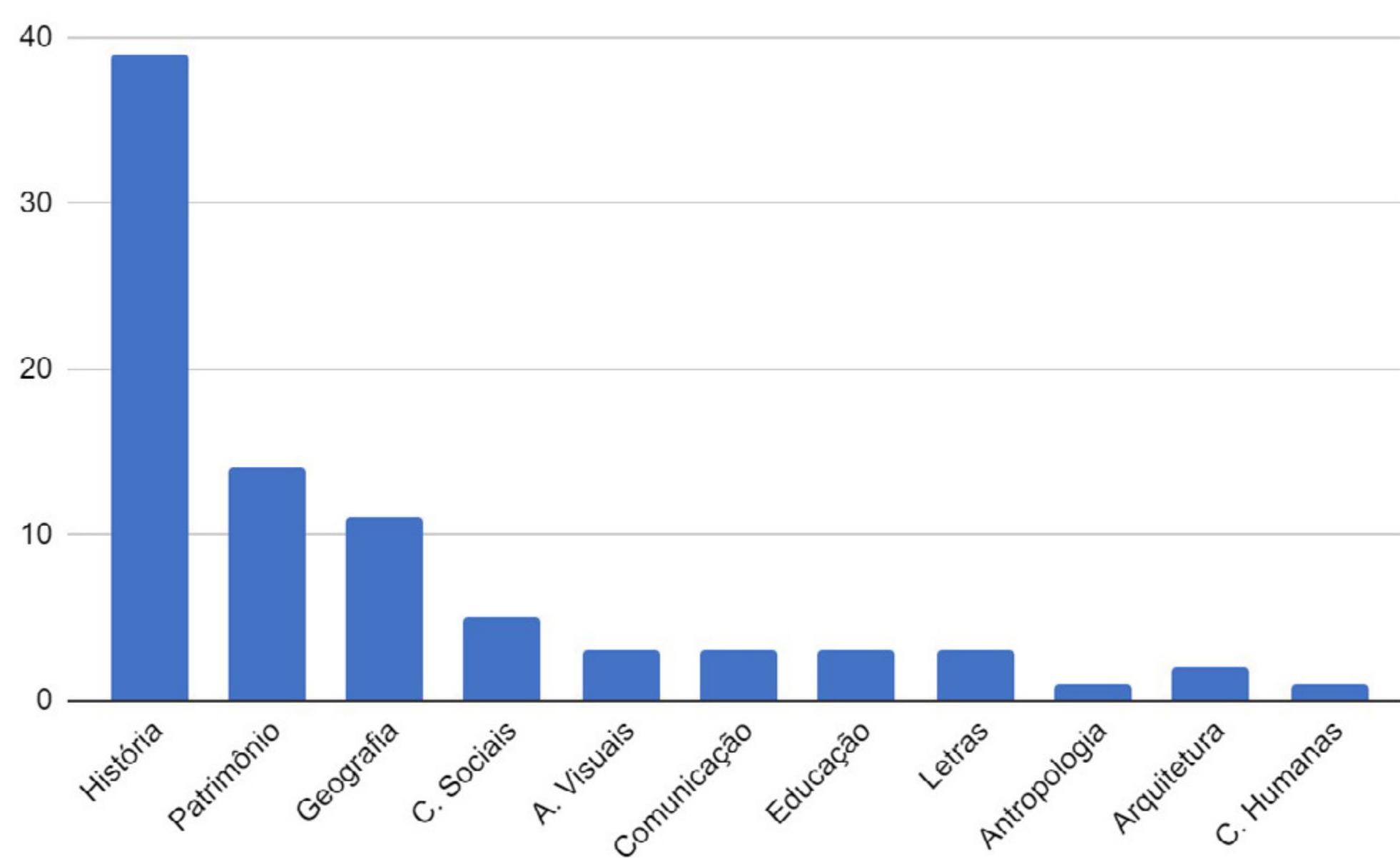
Gráfico 4 – Festas referenciadas segundo o grau acadêmico.



Fonte: Pesquisa bibliográfica e documental, Ana Paula Carvalho, 2022.

Quanto à área de estudo dos autores, temos que, dentre as 85 publicações, 40 são aplicadas na área de História e Antropologia; 20 reúnem educação, comunicação, arquitetura, artes visuais, ciências humanas e sociais e letras; 14 no campo do patrimônio cultural institucional e 11 em Geografia.

Gráfico 5 – Festas referenciadas segundo a área de estudo.



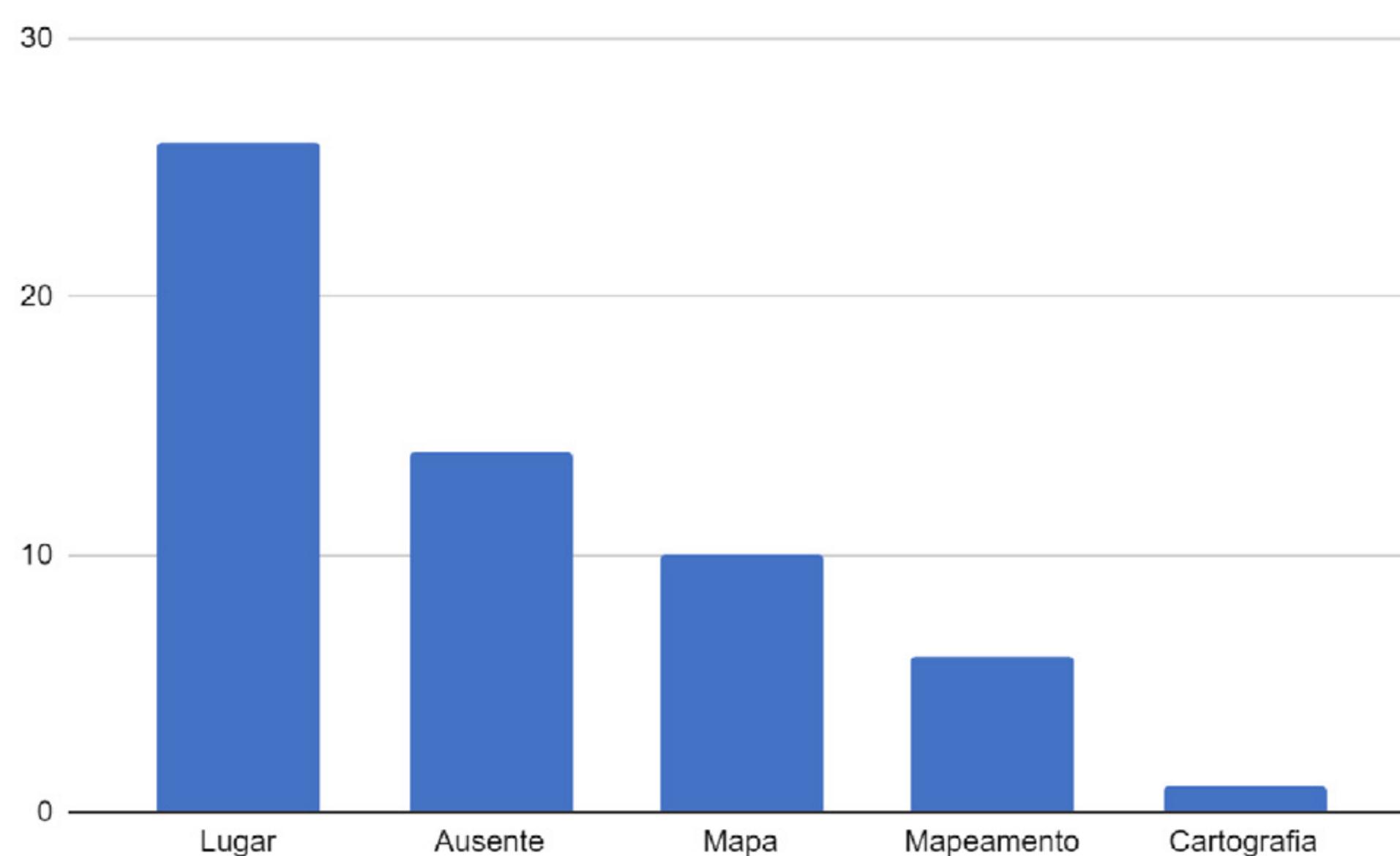
Fonte: Pesquisa bibliográfica e documental, Ana Paula Carvalho, 2022.

Categorização temática: outras análises importantes cabem aos quatro termos escolhidos para serem buscados nas obras, a fim de mapear a incidência de elementos do olhar geográfico sobre elas. Os termos são: mapa; mapeamento; cartografia e lugar. A observação desses termos deve aparecer na percepção do espaço, do mapeamento temático e/ou cultural, da cartografia cultural e do lugar enquanto categoria de patrimônio ou espaço geográfico.

Das 44 obras analisadas e citadas, 31% não apresentam nenhum dos termos e conceitos de “mapa”, “mapeamento”, “lugar” e “cartografia”, por isso foram classificadas como “ausente”. Abrangendo o conceito de “lugar”, enquanto categoria de patrimônio e/ou lugar geográfico, temos 59% das pesquisas. Quanto ao termo ou apresentação de “mapa”, foram encontrados em 22%. Aprofundando ainda mais, nos conceitos de cartografia cultural e mapeamento temático, “mapeamento” foi encontrado em 13% das pesquisas e “cartografia” em apenas 2%. Importa destacar que nenhuma pesquisa, dentre as 44, traz os conceitos ou abordagens da cartografia cultural.

Tal análise reafirma a relevância do lugar enquanto categoria de análise inserida ao patrimônio cultural. Outro ponto crucial da análise é a ratificação da importância do produto a ser criado. Demonstramos que, em regra, as publicações estão isoladas quanto a um bem e uma área de conhecimento específico. Por isso, importa buscar um elo entre todas as pesquisas, e, em seguida, vincular as festas ao território em que se encontram. E mais, aos seus lugares de manifestação.

Gráfico 6 – Referência dos termos e conceitos-chave nas obras pesquisadas.



Fonte: Pesquisa bibliográfica e documental, Ana Paula Carvalho, 2022.

Dentre todas as pesquisas, incluindo os vastos Dossiês de Registro, apenas o IEPHA publicou um mapeamento temático das Folias de Minas. Além disso, mantém informações georreferenciadas para *download* e uso pelo cidadão. É, portanto, uma excelente oportunidade, para a presente pesquisa, de colaborar com o patrimônio festivo de Uberlândia.

Pelo tratamento e análise das informações levantadas nas fontes pesquisadas, podemos concluir que grande parte das pesquisas no tema encontra-se na área de História, sendo a maioria a nível de mestrado. Ainda assim, é um tema relativamente estudado na Geografia, com presença maior no mestrado do que na graduação ou doutorado. Outras áreas encontradas são consideradas como “afins”, como é o caso da antropologia, ciências humanas e sociais e arquitetura, sendo esta última mais relacionada com o uso das capelas rurais e a noção mais integrada de patrimônio cultural.

Contudo, interessante é o encontro do tema em voga com as áreas de Educação, Letras, Comunicação e Artes Visuais. Essas pesquisas em muito contribuíram para a percepção ampliada das festas, uma vez que trouxeram reflexões sobre o olhar social, a transmissão de saberes, a espetacularização das manifestações populares e a estética contemporânea das festividades e visualidades.

2.3 UBERLÂNDIA, TERRA GENTIL

Inicialmente, percorremos a história e a geografia do município, alguns marcos de ocupação, aspectos físicos e de organização espacial, enquanto espaço em que se desenrolam as festas populares a serem expostas a seguir. Trata-se de uma cronologia e

síntese da história municipal. Não pretendemos, portanto, esgotar as informações acerca do município, em toda a sua essência histórica, geográfica e cultural, mas situá-lo no tempo-espacó atual, para que se amplie a compreensão das festas aqui existentes.

Uberlândia localiza-se na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, estado de Minas Gerais, região Sudeste do Brasil, entre as coordenadas geográficas $18^{\circ}33'59.00''$ e $19^{\circ}13'59.00''$ de latitude Sul, $47^{\circ}02'59.00''$ e $48^{\circ}49'59.00''$ e longitude Oeste. De área territorial correspondente a $4.115.206\text{ km}^{216}$, abriga uma população estimada de 706.597^{17} pessoas, sendo o 2º maior município mineiro em população. Faz divisa com os municípios de Araguari, Indianópolis, Monte Alegre de Minas, Prata, Tupaciguara, Uberaba e Veríssimo, e encontra-se a uma distância aproximada de 550 km da capital mineira, Belo Horizonte.

Apesar de ser um dado antigo (IBGE, 2003), o órgão divulga que Uberlândia ocupa a 835º posição no *ranking* de incidência de pobreza, dentre os 853 municípios mineiros. Isso representa um percentual de 13,64, contra 71,59 de Patis, o mais alto, e 5,43 de Belo Horizonte. Importa destacar que o município, segundo o censo 2010 do IBGE, é composto por maioria branca (55,8%), seguido de pardos (34,59%), negros (8,32%), amarelos (1,12%) e indígenas (0,15%).

Quanto às características físicas, o relevo do município de Uberlândia resulta de uma estrutura geológica de planaltos e chapadas, estando inserido no Planalto Setentrional da Bacia do Paraná, com altitudes inferiores a 900m. Em todas as porções do município, a vegetação predominante é o cerrado, composta pelos seguintes tipos fisionômicos: Vereda, Campo Limpo, Campo Sujo ou Cerradinho, Cerradão, Mata da Várzea, Mata Galeria ou Ciliar e Mesolítica, distribuídos de acordo com o tipo de solo e a proximidade do lençol freático. Quanto aos aspectos hidrográficos, pertence à bacia do rio Paranaíba e tem como principais rios o Uberabinha e o Dourado, além de estar às margens da represa de Itumbiara.

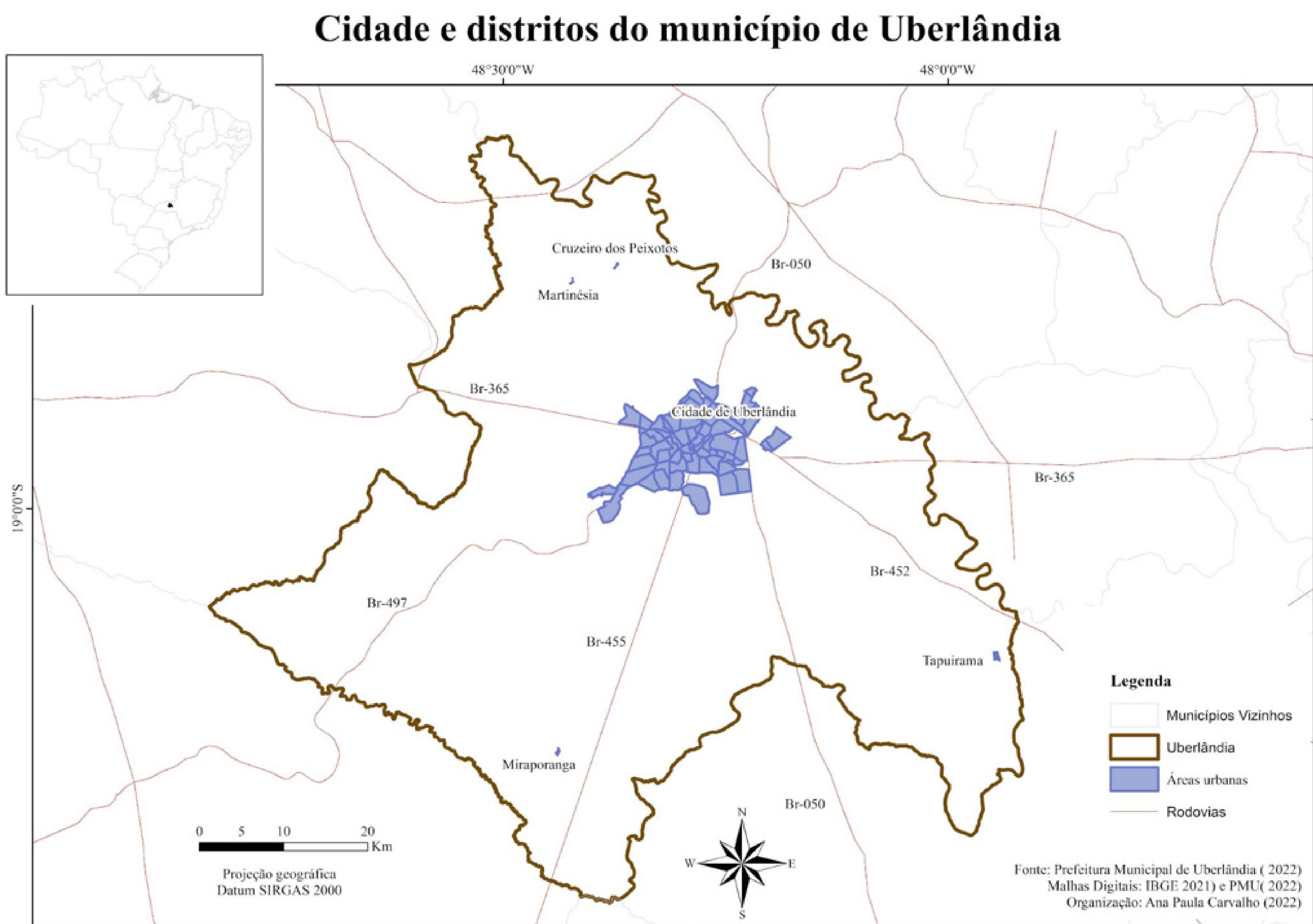
Uberlândia, entretanto, é formada por outros quatro Distritos, eminentemente rurais: Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia, Miraporanga e Tapuirama¹⁸, como demonstrado no Mapa 1:

16 Área Territorial: Área territorial brasileira 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

17 População estimada: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020.

18 Por força do Decreto-lei estadual nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, o município passou a constituir-se de 5 distritos: Uberlândia, Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia (ex-Martinópolis), Miraporanga (ex-Santa Maria) e Tapuirama. Fonte: Banco de Dados Integrados, Uberlândia, 2021.

Mapa 1 – Município de Uberlândia-MG.



Fonte: Carvalho (2022).

Quanto ao seu histórico de ocupação, fato marcante para o que viria a ser a formação dessa cidade é a passagem pelas Gerais, no ano de 1682, do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, “o Anhanguera”, cujo filho viria a explorar a região em 1722. Partindo de São Paulo, a Bandeira de Anhanguera II atravessou – rumo ao atual estado de Goiás – a região hoje denominada Triângulo Mineiro, então conhecida como Sertão da Farinha Podre, onde antes viviam os índios Caiapós. Para Dantas (2010, p. 22), “se inicialmente a região foi passagem para outra, o movimento de povoamento e ocupação não pode ser desvinculado do projeto de expansão de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.”.

O desbravamento, porém, exigiu persistência, pois as terras que formariam Uberlândia já estavam habitadas. Quando os primeiros homens adentraram a região, depararam-se com 18 aldeias de nativos caiapós e também quilombos, dentre eles, o Quilombo do Ambrósio, com uma população estimada em mil habitantes. “A dizimação da população nativa e quilombola do Sertão da Farinha Podre fez parte de um projeto amplo em que a metrópole portuguesa objetivava civilizar toda a colônia.” (Dantas, 2010, p. 26).

Após massacres e expulsões, em aproximadamente 1807, muitos exploradores dirigiram-se para a região do Rio das Velhas, onde fundaram o Arraial do Desemboque. Já por volta de 1823, após a Proclamação da Independência do Brasil, começaram a chegar famílias, com finalidades de empossamento, e que deram início à produção econômica organizada, em sistema de Sesmarias.

Na fazenda Tenda formou-se um povoado que recebeu o nome de Arraial de Nossa Senhora do Carmo de São Sebastião da Barra de São Pedro. Segundo Dantas (2010, p. 30):

No arraial, a movimentação ocorria aos finais de semana e dias santos. Embora possuísse uma população sedentária, de pequeno número, a maioria dos homens e mulheres do lugar passava a maior parte do tempo fora, empregada em trabalhos nas fazendas; e muitos desses indivíduos, de posses modestas, eram alfaiates, fiaendeiros, ferreiros. Já os ricos proprietários, além de suas fazendas, possuíam casas no arraial e constituíam a população temporária. Entretanto, nos finais de semana, a população se reunia seja para ir à missa, vender produtos e víveres na praça, visitar os parentes e amigos, participar de festejos, articular e estabelecer parcerias políticas.

O Arraial de Nossa Senhora do Carmo, de São Sebastião da Barra de São Pedro, em 1858, teve o seu nome acrescido pelo termo “do Uberabinha”, passando a se chamar Arraial de Nossa Senhora do Carmo de São Sebastião da Barra de São Pedro do Uberabinha. Mais tarde, simplesmente São Pedro do Uberabinha, que foi elevado à Vila e, em seguida, em 31 de agosto de 1888, elevado à Município de Uberabinha, pela Lei nº 4.643/1888. Em um processo comandado por grupos políticos dominantes, a Lei nº 1.128 de 19 de outubro de 1929, altera o nome do município para Uberlândia¹⁹, que em 2021, completou seus 133 anos. Uma cidade que sempre visou o progresso, ainda que cercada de conflitos e ideais.

A alteração do nome do município se deu na defesa de um brado que demonstrasse que aqui era lugar de progresso. Para os governantes e empresários, seria preciso um nome que levasse essa ideia. É sempre nesse sentido que se encontra retratada a história de Uberlândia, e de suas personalidades políticas e sociais que a levaram ao desenvolvimento.

De um lado, as pesquisas mais antigas perceberam, em documentos oficiais, a ausência de dados, personagens importantes e percepções históricas em relação à população negra no município e a sua importância para o seu progresso. De outro, as pesquisas

¹⁹ Lei nº 1.128 de 19 de outubro de 1929 – Art. 4º: “Uberlândia, será a denominação da cidade, município e comarca de Uberabinha”.

mais recentes (inclusive essa), percebem uma forte ampliação da visibilidade desta população negra. Fica clara a sumária importância da população negra na formação do município, bem como nas festas populares, desde a sua formação até os movimentos atuais. A grande maioria das pesquisas levantadas ressaltam as questões de racismo e segregação social que, segundo elas, ainda persistem.

A tese de doutorado intitulada *O congado e a permanência do racismo na cidade de Uberlândia-MG: resistência negra, identidades, memórias, vivências (1978-2018)*”, do pesquisador e congadeiro Jeremias Brasileiro (2019, p. 60), ressalta que:

[...] os depoimentos a respeito da segregação racial em Uberlândia, principalmente no tocante à festa da Congada e a presença dos negros no centro da cidade, é recorrente, essas falas atravessam gerações por se tratar de uma experiência, que foi vivida por muitos e continua sendo percebida, enfrentada, na contemporaneidade, em especial nos tempos dos festejos congadeiros, realizados no mês de outubro.

Para Santos (2011, p. 77), ao se apropriarem dos espaços da cidade, os negros (re) inventam territórios, imprimindo a esses lugares seus valores, saberes, crenças, sonhos e interesses. Segundo a autora,

Os sujeitos que fazem a festa tensionam as fronteiras simbólicas construídas nas relações de dominação da cidade, disputando, ao mesmo tempo, as fronteiras do território que demarcam como seu, mostrando que também são sujeitos nas práticas de intervenção urbana, tanto que, nos últimos tempos, a festa da congada e a Igreja do Rosário, historicamente rejeitadas por vários setores sociais e silenciadas nos jornais locais, tornaram-se presentes no roteiro turístico oficial de Uberlândia (Santos, 2011, p. 77.)

O dito material da citação é o *Guia Turístico da Cidade de Uberlândia* (2007), atualizado em 2019. Acessando a página da Prefeitura/Secretaria Municipal de Cultura e Turismo/ Roteiro Artístico Cultural. Ao clicar em “Mais procurados nessa seção” encontram-se (em 13 dez. 2021) os termos “onde ficar” e “Patrimônio Histórico”, ratificando a percepção turística do patrimônio cultural, vinculando os conceitos de território, lugar, cultura e apropriação. O que, segundo a autora, ocorre pela apropriação das festas por interesses comerciais e turísticos.

Figura 3 – Guia Turístico da cidade de Uberlândia -MG.

MUSEUS

- 1- Museu do Índio
Rua Vitalino Resende do Carmo, 116 - Santa Mônica
(34) 3234-3566
2ª a 6ª feira - 8h às 12h e 13h às 17h30
- 2- Museu Municipal
Praça Clarimundo Camargo, 67 - Centro
(34) 3214-0068
2ª a 6ª feira - 8h às 18h
Visitas orientadas - Escolas de Ensino Fundamental, Médio e Superior - Agendamento prévio
museumunicipal@uberlandia.mg.gov.br
- 3- Museu de Minerais e Rochas
Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 1Q - Santa Mônica
(34) 3239-4289
2ª a 6ª feira - 8h30 às 11h30 e 14h às 17h
- 4- Museu da Biodiversidade do Cerrado - Parque Siquerólli
Av. Nossa Senhora do Carmo, 707 - Jardim América
(34) 3212-1692
2ª feira a domingo - 8h às 17h30
- 5- Museu Universitário de Arte - MUANA
Praça Cícero Macedo, 309 - Fundinho
(34) 3231-0121
2ª a 6ª feira - 8h30 às 17h30

MERCADO MUNICIPAL

O Mercado Municipal oferece produtos típicos de Minas Gerais e serviços variados. É conhecido pelos produtos caseiros como doces e queijos tradicionais e regionais, além de frutas, verduras e legumes selecionados. O mercado também comercializa peixes, frutos do mar, carnes de todos os tipos, incluindo a de rã e defumadas, frango, carne, frutos, legumes, diététicos e naturais, mel e derivados. O local possui ainda lanchonetes, comida japonesa, produtos para aperfeiçoaria, barbearia, sapataria, engraxaria, tabacaria,



chaveiros, cachaças típicas, artesanatos e outras utilidades. Além de uma galeria de artes e um salão de festas. O atendimento é personalizado, tipicamente mineiro e o estacionamento é amplo e gratuito.

Rua Olegário Maciel, 255
(34) 3235-7796
2ª a sábado - 8h às 18h
Domingos e feriados - 8h às 12h30

COMPLEXO VIRGÍLIO GALASSI

O complexo Virgílio Galassi é composto por três importantes estruturas de lazer e desportivas de Uberlândia: o Parque do Sabá, a Arena Multishow Tancredo Neves e o Estádio do Parque do Sabá. O complexo foi inaugurado em 1982 e possui uma área de 1.850.000 m², com um bosque de 350.000 m² de área verde. Além disso, seu conjunto hidrográfico é composto por trinta nascentes, que abastecem seis represas e originam um grande lago. Dentro do Parque do Sabá, são destacados o zoológico, o aquário, a pista de caminhada de 5.100 metros, o mundo da canja, com mais de 100 brinquedos e várias quadras. Por fim, destaca-se o Estádio do Parque do Sabá, que é o segundo maior do estado de MG e tem capacidade para até 53 mil pessoas e a Arena Multishow, com capacidade para aproximadamente sete mil pessoas e que já recebeu grandes eventos esportivos e culturais.



Endereços do Complexo

- Entrada Tibery - Rua Havia, s/n - Tibery
- Entrada Santa Mônica - Av. Antônio Alves dos Santos, 925 - Santa Mônica
(34) 3238-2211
- Entrada Arquáris e Murelo da Criação - Rua José Roberto Migliorini, 850 - Santa Mônica
- Arena Multishow - Av. Antônio Alves dos Santos, 3415 - Santa Mônica
(34) 3235-6289 / 3222-4055
- O Parque do Sabá abre todos os dias, inclusive feriados, das 5h às 22

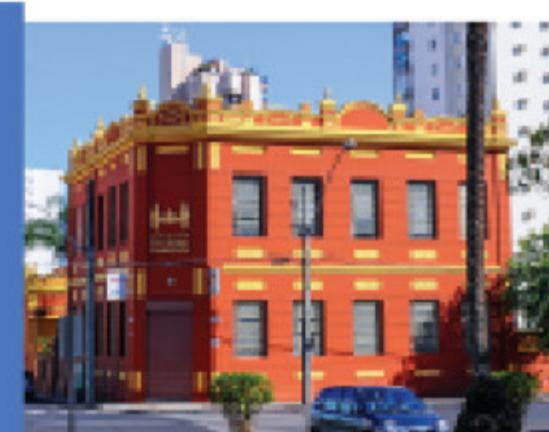
PARQUE MUNICIPAL VICTÓRIO SIQUIEROLLI



Avenida Nossa Senhora do Carmo, nº 707 - Bairro Jardim América
(34) 3212-1692
2ª feira a domingo - 8h às 17h30

Aberto à visitação, dispõe do Museu de Biodiversidade do Cerrado, parque infantil, praça para caminhada e a Trilha Interpretativa do Olho, visando o conhecimento do parque e a educação ambiental.

O Parque Municipal Victorio Siquerolli, por se tratar de uma área remanescente do Cerrado, apresenta grande importância como Unidade de Conservação.



Rua Tintemberi, 24 - Fundinho
(34) 3231-8658
2ª a 6ª feira - 12h às 18h

OFICINA CULTURAL

O conjunto de construções onde se encontra localizada a Oficina Cultural data do início do século 20 e tem sua origem histórica ligada à energia elétrica em Uberlândia. As linhas suprimento são em edifícios existentes com linhas modernizadas e foram tombados em 15 de outubro de 1986. Espaço voltado a promover ações e projetos de formação, qualificação e aperfeiçoamento da comunidade, favorecendo a experimentação em arte e cultura, apresentando uma ampla programação, como artes plásticas, dança, teatro, literatura, música, teatro, além de exibições de filmes, exposições e a realização de projetos permanentes e apoio a produção artística local.

MUSEU MUNICIPAL

Monumental

edifício

teve suas obras

iniciadas

em 04 de fevereiro de 1918 na

antigo

Praça

da

Liberdade

hoje

Praça

Clarimundo

Camargo

nº

67

-

Fundinho

Para

visitas

monitoradas

, agendar

pelo

(34)

3214-0068

2ª a 6ª feira - 8h às 17h30



Praça Clarimundo Camargo, nº 67 - Fundinho
Para visitas monitoradas, agendar pelo (34) 3214-0068
2ª a 6ª feira - 8h às 17h30

GALERIAS DE ARTE

Ateliê Cultural & Galeria Lupe

Rua Álvares Cabral, 14 - Tabajara

Fone: (34) 98427-1313

Casa de Idéias

Rua Javari, 32 - Lúdico

Fone: (34) 3219-3662

Espaço Cultural ITV Uberlândia

Av. Getúlio Vargas, 1669 - Centro

Fone: (34) 3230-1600

Espaço-Cultural do Mercado

Localizado no Mercado Municipal

Rua Olegário Maciel, 255 - Centro

Fone: (34) 3235-7796

Estúdio Ponto Azul

Rua de Cícero, 1581 - Morada de Colina

Fone: (34) 3214-9082

Galeria de Arte do Sesc

Rua Benjamin Constant, 841 - Apaeclima

Fone: (34) 3206-1216 / 3206-1215

Galeria de Arte Elizabeth Nasser

Rua José Albu, 960 - Fundinho

Fone: (34) 3235-8252

Galeria de Arte Geraldo Quirino

Localizada na Casa da Cultura

Praça Coronel Camargo, 89 - Fundinho

Fone: (34) 3235-8256

Teatro Municipal - Foyer

Localizado no Teatro Municipal

Av. Rondon Pacheco, 7670 - Tibery

Fone: (34) 3234-1674 / 3235-1566

GALERIAS DE ARTE

Galeria de Arte Ilio Freire

Acesso ao Centro Administrativo-Virgílio Galassi

Av. Antônio Alves dos Santos, 603 - Santa Mônica

(34) 3239-2475

Galeria Lourdes Senna Queiroz

Localizada na Oficina Cultural

Praça Clarimundo Camargo, 204 - Fundinho

Fone: (34) 3214-9889

Museu Universitário de Arte - MUANA

Praça Cícero Macedo, 309 - Fundinho

Fone: (34) 3231-7708 / 3231-9121

Sala Alternativa

Localizada na Oficina Cultural

Praça Clarimundo Camargo, 204 - Fundinho

Fone: (34) 3214-9889

Sala de Experimentações Visuais

Localizada na Casa da Cultura

Praça Coronel Camargo, 89 - Fundinho

Fone: (34) 3214-9889

Teatro Municipal - Foyer

Localizado no Teatro Municipal

Av. Rondon Pacheco, 7670 - Tibery

Fone: (34) 3234-1674 / 3235-1566

IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Tombada como Patrimônio Histórico, a Igreja da Rosário se constitui referência para a cultura local e é ponto turístico da Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, mas por ser o prédio religioso mais antigo do espaço urbano de Uberlândia. Anualmente é celebrada a Festa do Coração, que reúne centenas de membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Essa festa é uma das mais representativas da cultura afrodescendente de Uberlândia.

IGREJA DO ESPÍRITO SANTO DO CERRADO

Foi projetada em 1905 pela arquiteta Lina Bo Bardi a pedido do Frei Egydio Parisi e Frei Filho. Pela sua importância arquitetônica, a igreja foi tombada como patrimônio pelo IPHAN (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico Artístico / MG).

Constitui-se de um conjunto formado pelo espaço de celebração (a igreja propriamente dita), uma residência, um salão e um pequeno campo de futebol.

No realization desse projeto foram utilizados materiais do próprio local, tais como: telhas de barro e estrutura de madeira em arco de régua.

Na realização desse projeto foram utilizados materiais do próprio local, tais como: telhas de barro e estrutura de madeira em arco de régua.

Na realização desse projeto foram utilizados materiais do próprio local, tais como: telhas de barro e estrutura de madeira em arco de régua.

Na realização desse projeto foram utilizados materiais do próprio local, tais como: telhas de barro e estrutura de madeira em arco de régua.

Na realização desse projeto foram utilizados materiais do próprio local, tais como: telhas de barro e estrutura de madeira em arco de régua.

Na realização desse projeto foram utilizados materiais do próprio local, tais como: telhas de barro e estrutura de madeira em arco de régua.

Na realização desse projeto foram utilizados materiais do próprio local, tais como: telhas de barro e estrutura de madeira em arco de régua.

Na realização desse projeto foram utilizados materiais do próprio local, tais como: telhas de barro e estrutura de madeira em arco de régua.

Na realização desse projeto foram utilizados materiais do próprio local, tais como: telhas de barro e estrutura de madeira em arco de régua.

Na realização desse projeto foram utilizados materiais do próprio local, tais como: telhas de barro e estrutura de madeira em arco de régua.

Na realização desse projeto foram utilizados materiais do próprio local, tais como: telhas de barro e estrutura de madeira em arco de régua.

Na realização desse projeto foram utilizados materiais do próprio local, tais como: telhas de barro e estrutura de madeira em arco de régua.

Na realização desse projeto foram utilizados materiais do próprio local, tais como: telhas de barro e estrutura de madeira em arco de régua.

Na realização desse projeto foram utilizados materiais do próprio local, tais como: telhas de barro e estrutura de madeira em arco de régua.

Na realização desse projeto foram utilizados materiais do próprio local, tais como: telhas de barro e estrutura de madeira em arco de régua.

O território teria a função de sustentação das práticas humanas, pois demonstram enraizamentos. Assim aparecem, na cidade de Uberlândia, territorialidades de grupos variados, manifestadas nos usos e apropriações do espaço. Também são comuns embates em um mesmo espaço, a fim de instituírem seus territórios; nascem, com isso, as territorializações de grupos historicamente complexos, como é o caso dos afro-descendentes.

Os autores percebem que a afirmação territorial e cultural experimentada por grupos sociais e étnicos revela as dimensões da vida cultural e religiosa na cidade. São criados eventos, federações, que possuem, por exemplo, forte influência com a Secretaria de Cultura do município de Uberlândia. Tal relação, sem dúvida, permeia os avanços da Política Pública de preservação do patrimônio cultural local, uma vez que relaciona bens e detentores em movimentos e ações de salvaguarda. Em outras palavras, segundo os autores, amplia-se a garantia de acesso aos direitos à religiosidade, à cultura, à etnicidade e portanto, a de usar o espaço da cidade, vinculado às suas manifestações culturais, sociais e religiosas.

2.3 A EFERVESCÊNCIA FESTIVA E A EMERGÊNCIA DO REGISTRO

A partir do momento em que escolhemos discorrer sobre a trajetória das políticas de preservação de patrimônio e a percepção de que as festas passaram a ser registradas como “garantia” da sua salvaguarda, consideramos importante trazer o contexto das políticas de patrimônio imaterial para o tempo atual, demonstrando a evolução dos Bens Imateriais Registrados no Brasil, desde o Decreto nº 3.551/2000, até a Lei municipal de Uberlândia: Lei nº 10.662, de 13 de dezembro de 2010, que abarca o campo imaterial do patrimônio.

A pesquisa foi concluída em 2022: há vinte e dois anos da publicação do Decreto nº 3.551/2000, que institui a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial no Brasil. Nessas duas décadas, até o dia 06 de agosto de 2022, foram registrados pelo IPHAN 52 bens imateriais em todo o país. Destes, 14 encontram-se no Livro de Registro das Celebrações; 21 no Livro das Formas de Expressão; 4 no Livro dos Lugares e 13 no Livro dos Saberes. Importa chamar a atenção para a coluna de abrangência dos bens, visto que algumas manifestações e/ou saberes retratam o fluxo das migrações de brasileiros pelo território nacional, ao longo de sua história de ocupação, difundindo sua cultura e fundindo-se a outras tantas.

Assim, os bens imateriais são registrados com abrangência local, estadual, regional ou nacional, e podem, ainda, estar presente em mais de um estado, em diferentes regiões, como é o caso do congado, em processo de registro, envolvendo os estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás.

Quadro 1 - Bens Imateriais Registrados pelo IPHAN e Área de Abrangência.

#	Bem cultural	Livro de registro	Data de registro	Abrangência	UF
1	Ofício das Paneleiras de Goiabeiras	Saberes	20/12/2002	local	ES
2	Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajápi	Formas de expressão	20/12/2002	local	AP
3	Samba de Roda do Recôncavo Baiano	Formas de expressão	05/10/2004	estadual	BA
4	Círio de Nossa Senhora de Nazaré	Celebração	05/10/2004	local	PA
5	Ofício das Baianas de Acarajé	Saberes	14/01/2005	nacional	-
6	Modo de fazer Viola-de-Cocco	Saberes	14/01/2005	regional	MT e MS
7	Jongo no Sudeste	Formas de expressão	15/12/2005	regional	SP, RJ, ES, MG
8	Cachoeira Iauaretê-Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri	Lugares	10/08/2006	local	AM
9	Feira de Caruaru	Lugares	20/12/2006	local	PE
10	Frevo	Formas de expressão	28/02/2007	estadual	PE
11	Tambor de Crioula do Maranhão	Formas de expressão	29/06/2007	estadual	MA
12	Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba enredo	Formas de expressão	20/11/2007	estadual	RJ
13	Modo artesanal de fazer queijo de Minas nas regiões do Serro, da Serra da Canastra e Salitre/ Alto Paranaíba	Saberes	13/06/2008	local	MG
14	Ofício dos Mestres de Capoeira	Saberes	21/10/2008	nacional	-

15	Roda de Capoeira	Formas de expressão	21/10/2008	nacional	-
16	Modo de fazer renda irlandesa tendo como referência este ofício em Divina Pastora/SE	Saberes	28/01/2009	local	SE
17	Ofício de Sineiro	Saberes	03/12/2009	estadual	MG
18	Toque dos Sinos em Minas Gerais	Formas de Expressão	03/12/2009	estadual	MG
19	Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO	Celebrações	13/05/2010	local	GO
20	Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro/AM	Saberes	05/11/2010	local	AM
21	Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê	Celebrações	05/11/2010	local	MT
22	Festa de Sant'Ana de Caicó/RN	Celebrações	10/12/2010	local	RN
23	Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi do Maranhão	Celebrações	30/08/2011	estadual	MA
24	Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá/TO	Saberes	25/01/2012	regional	TO, PA, GO, MT
25	Ritxòkò: expressão artística e posmológica do Povo Karajá	Formas de expressão	25/01/2012	regional	TO, PA, GO, MT
26	Fandango caiçara	Formas de expressão	29/11/2012	regional	SP, PR
27	Festa do Divino Espírito Santo da cidade de Paraty/RJ	Celebrações	03/04/2013	local	RJ
28	Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	Celebrações	05/06/2013	local	BA
29	Festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó	Celebrações	27/11/2013	local	PA
30	Produção tradicional e práticas socioculturais associadas à Cajuína Piauí	Saberes	15/05/2014	estadual	PI
31	Carimbó	Formas de expressão	11/09/2014	estadual	PA

32	Maracatu Nação	Formas de expressão	03/12/2014	estadual	PE
33	Maracatu Baque Solto	Formas de expressão	03/12/2014	estadual	PE
34	Cavalo-Marinho	Formas de expressão	03/12/2014	estadual	PE
35	Tava, lugar de referência para o povo Guarani	Lugares	03/12/2014	local	RS
36	Teatro de Bonecos Popular do Nordeste – Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco	Formas de expressão	04/03/2015	regional	RN, PE, PB, CE, DF
37	Modos de fazer cuias do Baixo Amazonas	Saberes	11/06/2015	local	PA
38	Festa do Pau de Santo Antônio de Barbalha/CE	Celebrações	17/09/2015	local	CE
39	Romaria de carros de boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade	Celebrações	15/09/2016	local	GO
40	Caboclinho pernambucano	Formas de Expressão	24/11/2016	local	PE
41	Feira de Campina Grande	Lugares	27/09/2017	local	PB
42	Tradições doceiras da região de Pelotas e Antiga Pelotas – Morro Redondo, Ituruçu, Capão do Leão e Arroio do Padre	Saberes	15/05/2018	estadual	RS
43	Literatura de Cordel	Formas de expressão	19/09/2018	regional	RJ, DF, AL, BA, CE, MA, PB, PI, PE, RN, SE, SP
44	Procissão do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis/SC	Celebrações	20/09/2018	local	SC

45	Sistema agrícola yradicional de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira	Saberes	20/09/2018	estadual	SP
46	Complexo cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins	Celebrações	08/11/2018	estadual	AM
47	Marabaixo	Formas de expressão	08/11/2018	estadual	AP
48	Bembé do Mercado	Celebrações	13/06/2019	local	BA
49	Banho de São João de Corumbá e Ladário - MS	Celebrações	19/05/2021	local	MS
50	Ciranda do Nordeste	Formas de expressão	30/08/2021	estadual	PE
51	Repente	Formas de expressão	11/11/2021	regional	NE, RJ, DF
52	Matrizes tradicionais do Forró	Formas de expressão	09/12/2021	nacional	

Fonte: IPHAN, Bens imateriais registrados, 2021. Organização: Ana Paula Carvalho, 2022.

Além desses 52 bens registrados, o IPHAN possui uma lista de 33 Bens em processo de Registro²⁰. Dentre esses, está o processo do pedido de Registro das “Congadas de Minas”. Esse processo foi autuado no IPHAN em 28 de novembro de 2008²¹. O pedido deste Registro “encontra-se em fase de Instrução Técnica, ou seja, já tiveram a pertinência aprovada pela Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial” (IPHAN, 2021, Ofício N° 343/2021/DPI-IPHAN)²².

Em fevereiro de 2020, o pedido de Registro das Congadas de Minas foi digitalizado²³, mas o último documento de tramitação data de 2011, até que em 2019 o Iphan contratou serviços especializados para a instrução processual de Registro. Trata-se da:

Contratação de serviços especializados para produzir a documentação textual e audiovisual, para finalizar a instrução técnica do processo de Registro inicialmente

20 Informação retirada do site IPHAN em janeiro de 2022. Assim como a lista de bens registrados do site, é possível que não esteja atualizada. Até a presente data, não houve resposta à Solicitação de Acesso à Informação (canal Fala.br), registrada sob o Protocolo 72020.001707/2021-49 junto ao Iphan.

21 Por meio do Ofício n° 626/GP/2008 da Prefeitura de Uberlândia, obtido por meio de consulta pública ao Processo SEI IPHAN n° 01450.016348/2008-49 (Gomes, 2015).

22 Ofício N° 343/2021/DPI-IPHAN, emitido pelo então Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial, Tassos Lycurgo, remetido ao Ministério Público Federal em 09/07/2021.

23 Processo SEI Iphan n° 01450.016348/2008-49 – acesso público (Gomes, 2015).²⁵

denominado de Congadas de Minas, e agora denominada (de maneira mais genérica) de Congado/Congadas/Reinados como Patrimônio Cultural do Brasil (origem: processo Iphan nº 01450.005406/2005-66) (IPHAN, 2019, doc. SEI nº 1648419)²⁴.

Constata-se, então, que o pedido de Registro das Congadas de Minas, protocolado pelo município de Uberlândia, representando outros municípios do Triângulo Mineiro, teve sua área de abrangência ampliada. Tal fato tem origem no processo eletrônico SEI nº 01450.005406/2005-66, que trata da solicitação de “Inventário, registro e salvaguarda dos cantos sagrados da região de Milho Verde, manifestadas por meio do Vissungo, do Catopê e da Marujada”²⁵.

Nessa ampliação, o Iphan, durante as pesquisas, não só considerou todo o estado de Minas Gerais nas manifestações, como incluiu os estados de São Paulo e Goiás na instrução do Registro. Alterou-se, com isso, o nome de Registro: de “Congadas de Minas” para “Congado/Congadas/Reinados como Patrimônio Cultural do Brasil”. O processo ainda está em fase de elaboração do Dossiê de Registro, contendo produção audiovisual. Tal fato mais que regionaliza o Bem cultural, uma vez que se expandiu do Triângulo Mineiro para todo o estado de Minas, além de outros dois estados, envolvendo agora as regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Porém, além do reconhecimento de bens na esfera federal, cada estado possui prerrogativas e autonomia para institucionalizar a preservação de seu patrimônio, no âmbito de suas jurisdições. Em Minas Gerais, esse órgão é o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Por ele, foram registrados até 2021 sete Bens Culturais Imateriais, conforme Quadro 2:

Quadro 2 – Bens Imateriais Registrados pelo IEPHA em Minas Gerais.

#	Bem cultural	Livro de registro	Data de registro	Abrangência
1	Queijo artesanal do Serro	Saberes	agosto de 2002	Região do Serro
2	Festa dos Homens Pretos Chapada do Norte	Celebrações	julho de 2013	Chapada do Norte
3	Comunidade dos Arturos	Lugares	maio de 2014	Contagem

24 Processo SEI nº 01514.001106/2019-11 – acesso público (Gomes, 2015).

25 Ofício de pedido feito pela Associação Cultural e Comunitária do Catopê e da Marujada de Milho Verde e Adjacências (ACMVA), ao IPHAN, em 25/04/2005. Processo 01450.005406/2005-66 – acesso público.

4	As Folias de Minas	Celebrações	janeiro de 2017	estadual
5	As Violas de Minas	Saberes, formas de expressão	junho de 2018	estadual
6	Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango	Lugares	outubro de 2018	Rua São Tiago – Santa Efigênia, Belo Horizonte
7	Artesanato em barro do Vale do Jequitinhonha	Saberes, formas de expressão	dezembro de 2018	Vale do Jequitinhonha

Fonte: IEPHA, 202126. Organização: Ana Paula Carvalho, 2022.

Percebe-se, na cronologia dos registros, que o IEPHA fez o seu primeiro registro em agosto de 2002, antes mesmo do IPHAN, cujo primeiro registro data de dezembro de 2002. No entanto, somente em 2013 (após 11 anos) o IEPHA promove seu segundo registro. Importa destacar que, segundo o IEPHA, o registro das comunidades representa uma expansão do conceito de Lugar enquanto patrimônio imaterial. É a primeira vez, segundo informações do órgão, que uma comunidade é registrada. Outra observação importante é o fato de que o Dossiê de Registro das Violas de Minas traz consigo a sua indissociável relevância e atuação nas festas e, sobretudo, nas Folias de Minas.

Ao georreferenciar os bens registrados em Minas Gerais, no entanto, alcançamos uma visualidade que expande, em larga escala, esses sete patrimônios registrados. Isso se dá pelo fato de que, em seus registros, o IEPHA dedicou-se à área de abrangência e, como reforço, abriu seus canais virtuais para o cadastro de “detecção”, preenchido pelos próprios detentores. Esse cadastro permite ao órgão manter atualizada e em constante atualização a lista de detentores, manifestações, contatos e áreas de atuação cultural.

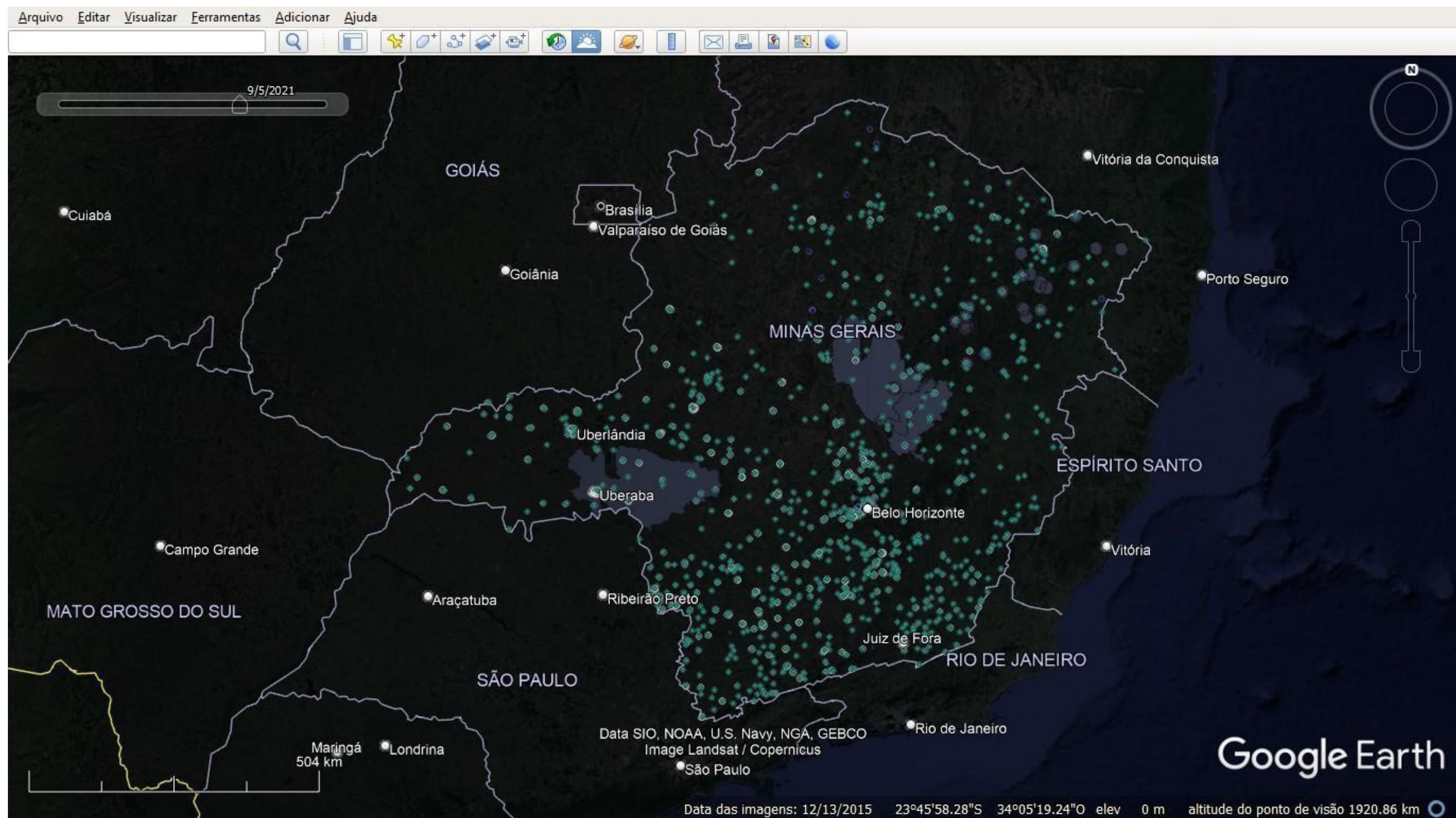
De acordo com o Mapeamento dos Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola em Minas Gerais²⁷, o município de Uberlândia possui quase o dobro de detentores de Viola que a própria capital, Belo Horizonte, seguida do município vizinho, Uberaba. Por isso, pode-se perceber no mapa acima o motivo do Registro também no Livro dos Lugares. Esse fato está relacionado diretamente com o grande número de grupos de folias e congadas na região.

26 Informações retiradas do site: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protégido/bens-registrados>

27 O documento é fruto do cadastro, que é uma plataforma virtual que vem sendo utilizada pelo IEPHA/MG como ferramenta de identificação e mapeamento dos bens culturais em processo de registro. Disponível em: <https://bitlyli.com/oosnYL>

A Figura 4 sobrepõe os dados espaciais oferecidos pelo IEPHA²⁸, por meio do Google Earth:

Figura 4 – Dados espaciais dos bens registrados em Minas Gerais.



Fonte: IEPHA, 2021. Dados Espaciais disponibilizados. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/dados-geoespaciais>

A fim de completar as três esferas desta análise – federal, estadual e municipal –, partiremos agora para a política de patrimônio cultural do município de Uberlândia. A política se dá por meio da gestão da Secretaria de Cultura e Turismo, em que foi alocada a Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural. Esta, por sua vez, fica responsável pela gestão do COMPHAC (Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural).

Em 13 de dezembro de 2010, a Lei nº 10.662 estabelece normas de proteção do patrimônio cultural do município de Uberlândia. Em seu Art. 2º, conceitua o patrimônio local:

Art. 2º: Constituem patrimônio cultural do Município de Uberlândia os bens de natureza material e imaterial, **públicos ou particulares**, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da comunidade municipal, entre os quais incluem-se:

28 As manchas no mapa representam os lugares registrados como bem imaterial.

- I. - as formas de expressão;
- II. - os modos de criar, fazer e viver;
- III. - as criações científicas, tecnológicas e artísticas;
- IV. - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais;
- V. - os conjuntos urbanos e sítios de valor **arquitetônico**, histórico, artístico, **sociológico**, **antropológico**, ecológico, paisagístico, **etnográfico**, arqueológico, **espeleológico**, **afetivo ou bibliográfico**;
- VI. - **os lugares onde se concentram e se reproduzem as práticas culturais coletivas** (Uberlândia, 2010. Lei nº 10.662, grifo nosso).

Merece destaque a ampliação de conceitos no campo do patrimônio intangível e/ou social, se comparado ao Art. 216 da Constituição Federal de 1988. Encontramos no inciso V o acréscimo de sete termos, os quais: arquitetônico, sociológico, antropológico, etnográfico, espeleológico (em substituição a paleontológico), afetivo e bibliográfico. Esse trecho é capaz de demonstrar, já em 2010, certa ampliação da percepção social e afetiva do patrimônio, pela gestão municipal, a partir da criação da Diretoria de Igualdade Racial, dentro da Secretaria de Cultura.

Devemos esclarecer, portanto, que, apesar de a Lei retromencionada datar de 2010, as políticas de patrimônio cultural municipal a antecedem – visto que revogam a Lei anterior, datada de 2007. Outra demonstração disso é a primeira edição do Guia Turístico (2007), de Fichas de Inventário realizadas (2009) e da 1ª edição da Cartilha *Patrimônio cultural: que bicho é esse?* (2014) da Prefeitura municipal de Uberlândia (PMU), atualizada em 2020²⁹.

No âmbito do patrimônio imaterial, em Uberlândia, conforme Quadro 3, foram inventariados trinta e três bens. Trinta deles, dentre os quais 28 são Ternos de Congado, referem-se ao patrimônio festivo municipal, em torno do congado, da Folia de Reis e da Festa de São João.

Quadro 3 – Bens Inventariados pela Prefeitura de Uberlândia.

Bem imaterial inventariado	Natureza/categoria
Centro de Fiação e Tecelagem	lugares / expressões
Festa de São João	celebrações
Folia de Reis	celebrações

29 Ver: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Cartilha-2020.pdf>

IPAC – Marinheiros de São Benedito	celebrações
Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta – MONUVA	lugares/espaço cultural
Time de Futebol – Uberlândia Esporte Clube	time de futebol
Terno Congo Amarelo Ouro	celebrações
Terno Congo Catupé de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	celebrações
Terno Congo Marujos Azul de Maio	celebrações
Terno Congo Moçambique de Angola	celebrações
Terno Congo Moçambique do Oriente	celebrações
Terno Congo Branco	celebrações
Terno Congo Camisa Verde	celebrações
Terno Congo Catupé Azul e Branco N.S. do Rosário e São Benedito	celebrações
Terno Congo Catupé Azul e Rosa	celebrações
Terno Congo Cruzeiro do Sul	celebrações
Terno Congo de Sainha	celebrações
Terno Congo de Santa Ifigênia	celebrações
Terno Congo de São Benedito	celebrações
Terno Congo Moçambique de Belém	celebrações
Terno Congo Moçambique Estrela Guia	celebrações
Terno Congo Moçambique Guardiões de São Benedito	celebrações
Terno Congo Moçambique Pena Branca	celebrações
Terno Congo Moçambique Princesa Isabel	celebrações
Terno Congo Moçambique Raízes	celebrações
Terno Congo Prata	celebrações
Terno Congo Rosário Santo	celebrações
Terno de Congado Beira-Mar	celebrações
Terno de Congado Congo Branco	celebrações
Terno de Congado Congo Sainha	celebrações
Terno de Congado Marujo Azul de Maio	celebrações
Terno de Congado Moçambique Princesa Isabel	celebrações
Terno de Congado Santa Efigênia	celebrações

Fonte: UBERLÂNDIA, 2021. Organização: Ana Paula Carvalho, 2022. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/patrimonio-historico/bens-inventariados/>

Já os bens registrados e tombados, segundo dados da PMU, em 2021, expostos no Quadro 4, somam juntos 32 tombos e registros. São, no entanto, 28 bens tombados contra 4 bens registrados. Dentre os 4 bens registrados, os 3 primeiros listados se relacionam com as festas populares em torno do Congado e das Folias de Reis.

Quadro 4 – Bens tombados e registrados pela Prefeitura de Uberlândia.

Lista de bens tombados e registrados no município	Instrumento
Festa em Louvor à Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	Registro no Livro das Celebrações, ano 2008 Inscrição I, p. 3
Folia de Reis de Uberlândia	Registro no Livro das Celebrações, ano 2016, Inscrição II, p. 4.
Praça do Rosário	Registro no Livro de Lugares, ano 2019, Inscrição I, p. 66
Teatro Grande Otelo	Registro no Livro de Lugares, ano 2019, Inscrição II, pág. 67.
Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga	Tombo
Conj. Praça Clarimundo Carneiro, Museu Municipal e Coreto	Tombo
O Museu Municipal	Tombo
O Coreto	Tombo
Casa da Cultura	Tombo
Oficina Cultural	Tombo
Igreja Nossa Senhora do Rosário	Tombo
Mercado Municipal	Tombo
Residência Chacur	Tombo
Praça Tubal Vilela	Tombo

Prédio da Escola Estadual de Uberlândia	Tombo
Prédio da Escola Estadual Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa	Tombo
Edifício Uberlândia Clube Sociedade Recreativa e Mobiliário	Tombo
Estação Ferroviária Sobradinho	Tombo
Palacete Ângelo Naghettini	Tombo
Imagen de Nossa Senhora do Carmo	Tombo
Prédio da Reserva Técnica do Museu Municipal	Tombo
Igreja Nossa Senhora das Dores	Tombo
Sede do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Uberlândia	Tombo
Painel Cena Portuguesa	Tombo
Painel Ciranda de Crianças	Tombo
Painel Ambiente Rural	Tombo
Painel Indígena Brasileiro	Tombo
Prédio da Escola Estadual Enéas Oliveira Guimarães	Tombo
Capela da Saudade	Tombo
Centro Municipal de Cultura (Antigo Fórum)	Tombo
Centro de Fiação e Tecelagem	Tombo
Igreja do Espírito Santo do Cerrado	Tombo

Fonte: Uberlândia, 2020. Organização: Ana Paula Carvalho, 2022.

Em suma, enquanto patrimônio cultural imaterial, Uberlândia atinge, em 2021, um número de 33 Bens Inventariados e 4 Bens registrados na esfera municipal, sendo a Folia

de Reis igualmente registrada na esfera estadual (IEPHA) e a Congada, em processo de Registro junto ao IPHAN, a pedido de Uberlândia, em 2008, intitulada “Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito”.

Permita-nos, neste momento, quebrar a sequência dissertativa para registrar uma indagação: por que os termos congado, congada e/ou congo não são apresentados no nome do registro municipal da congada? Seria, talvez, uma estratégia para buscar maior aceitação social e política, em um município que, como vimos, manifesta em seu cerne a segregação e o preconceito racial, assim como as suas manifestações afrodescendentes?

Mas voltando, se contarmos cada iniciativa como categoria, dentre as trinta e sete no total, trinta e quatro se encontram no campo do patrimônio festivo überlandense. Cumpre destacar, porém, que trabalhamos com o Carnaval e as Festas Juninas. O primeiro não aparece na lista de bens registrados nem inventariados, já o segundo encontra-se inventariado como “Festas de São João”.

Considerando essa efervescência festiva, posteriormente ao tratamento dado às informações normativas das três esferas de governos, importa-nos aprofundar um pouco mais nas Festas enquanto categorias de Patrimônio Cultural. Afinal, por que elas (as festas) resistem e se ampliam, ainda que envolvidas em tramas e complexidades sociais? Partimos da hipótese de que as festas celebradas em cada território são múltiplas e diversas e partem de diferentes propósitos.

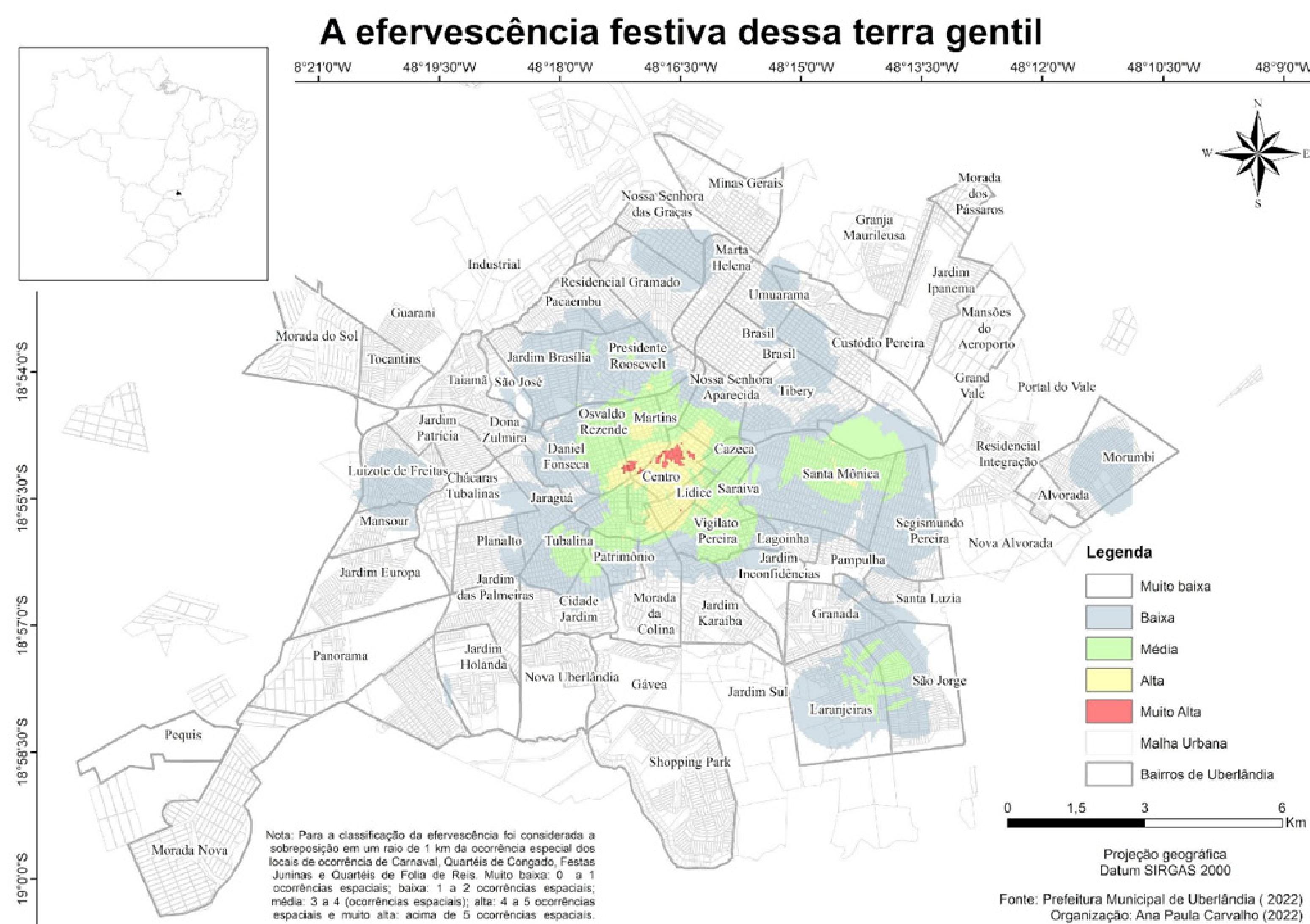
Essas tramas e complexidades, podem, *a priori*, parecer antagonistas em relação à manutenção identitária e das tradições festivas, no entanto, elas podem ser, na verdade, o impulso necessário para que estas identidades e manifestações se reafirmem, como forma de resistência às consequências da globalização. Há autores, como Miguel Agier e Milton Santos, anteriormente citados, que defendem que a globalização possibilita o reconhecimento das manifestações, sua difusão, sua visibilidade. Os próprios grupos, pelos meios que a globalização forneceu, já criam e recriam suas formas de resistência e reafirmação identitária.

Para Amaral (1998, p. 8-10), a festa é mediação: constitui uma mediação entre diferentes dimensões culturais, categorias e símbolos, aparentemente inconciliáveis. Na busca pela conceituação das festas, a autora (1998, p. 39-40) enfatiza que “toda festa é um ato coletivo”, no sentido de que a presença de um grupo não basta, pois é a participação efetiva que diferencia a festa do puro espetáculo, motivo pelo qual festivais, shows e etc. “não podem ser considerados como festas *stricto sensu*”.

Sendo a participação um critério fundamental, a sensibilidade para com o trato do tema de forma ampla assume importância em nossa observação. Em Uberlândia, a efervescência festiva é motivada pela presença e pela força das Folias de Reis, das Congadas, das Festas Juninas e do Carnaval. As festas locais se desdobram ainda em outras festividades sertanejas, envolvendo a Catira, as Cavalgadas, as Festas de Peão de Boiadeiros, que, se iniciadas no espaço rural, hoje se misturam entre os espaços rurais e urbanos.

Não se trata de grupos completamente diferentes e excludentes que não se misturam, que não se envolvem em mais de um movimento. Por isso, separá-las, categorizá-las, em um único trabalho, não é fácil. Na maior parte das pesquisas levantadas, o pesquisador se aprofunda em uma ou em outra festa. Aqui, nos propomos à comunhão de seus espaços festivos; à compilação dessas pesquisas e coexistências, formando uma só cartografia festiva. Neste sentido, o Mapa “A efervescência festiva dessa Terra Gentil” permite-nos visualizar a densidade festiva no território municipal, mostrando-nos como as festas, embora tenham seus lugares de manifestação centralizados, ocupam espaços periféricos, a partir da localização dos grupos manifestantes e detentores deste patrimônio, à medida que passam a residir nas periferias da cidade.

Mapa 2 – A efervescência festiva dessa Terra Gentil.



Fonte: Carvalho (2022).

E se a comunhão e o diálogo textual dessas pesquisas é um ato complexo, considerando a forma como se estabilizam ou se movimentam no território, muito mais o é a gestão desse patrimônio cultural, ou a salvaguarda desses bens, pela gestão municipal. Vimos que, ao longo do tempo, não houve uma política linear de preservação, e possivelmente nunca haverá. Isso se dá pela dinâmica do patrimônio festivo, pelas alterações nos valores sociais no decorrer das gerações e, sobretudo, devido ao nosso sistema político, que oportuniza mudanças na gestão pública, a cada 4 anos.

Bem, o IPHAN, o IEPHA e a gestão municipal adotam, a partir do Dossiê de Registro, intervenções e ações em diferentes níveis, a cada bem cultural, de acordo com a esfera de governo que representam. No entanto, as ações de salvaguarda levantadas no momento do registro por vezes não representam ou não alcançam as necessidades locais, ou de cada bem. O que explica, por exemplo, a necessidade de revalidação do bem imaterial a cada 10 anos.

Observamos que as festas no município estão diretamente vinculadas a conflitos étnicos, culturais, religiosos, sociais, econômicos e, sim, políticos. Podemos perceber que, apesar de a força das manifestações perpetuar até o momento, mantendo essas relações festivas, a gestão pública desse patrimônio se mantém suscetível a uma política de ações pontuais, materiais de divulgação e difusão (algumas vezes pensadas em prol do turismo), exposições e alguns projetos patrocinados pela lei municipal de incentivo à cultura. Estes, por sua vez, são voltados a iniciativas de baixo custo e por um período determinado.

Gostaríamos de salientar, no entanto, que, apesar de valorizarmos as ações municipais, acreditamos ainda mais em uma política de salvaguarda que dialoga frequentemente com os detentores, em seus muitos eixos e fontes de manifestação, mas, para além dessa relação, alcança os setores da sociedade que tendem a sufocar as manifestações culturais, assim como demonstra força e manifestação política perene e constante, colocando sempre em pauta a defesa desse patrimônio, para além dos tradicionais eixos de difusão e apoio financeiro, em regra, midiáticos.

3.

FESTAS POPULAREZ DE UBERLÂNDiA

3.1 FESTAS RURAIS

3.1.1 FESTAS "JUNINAS": SANTOS, PADROEIROZ E DEVOÇÕES

Festas, crenças e tradições podem ser entendidas como fenômenos sociais que só adquirem sentido se os referenciarmos em determinada cultura, sob dada realidade social, inseridas em uma sociedade. As festas no Brasil ecoam por símbolos de integração social, conhecidamente como alegres e festivas. A miscigenação brasileira interfere na vontade de comunhão e partilha, como representatividade de sua fé. Para França e Souza (2021, p. 68):

As Festas Juninas, neste ponto, representam um elemento importante de identidade e memória das comunidades do campo com suas características próprias. Consideramos que, como festas, elas contribuem para que a comunidade se empodere da sua identidade social, da sua cultura própria, preservando, desta forma, as tradições culturais.

É necessário, porém, destacarmos o caráter sagrado, profano e místico das festas de Santos, padroeiros e de devoções, às quais comumente encontramos nas publicações com o termo “festas juninas”, motivo pelo qual o termo aparecerá frequentemente, como síntese dessa categoria de festa.

No contexto dos rituais religiosos, as festas juninas partem de um calendário católico em torno da comemoração-homenagem a santos, que percorrem os meses de junho a setembro, a depender da homenagem ao Santo padroeiro local. Santo Antônio (o casamenteiro), São João Batista (o patrono da festa e santo festeiro protetor dos casados e dos enfermos) e São Pedro (padroeiro dos pescadores) são os que mais aparecem nos calendários oficiais – e também nas pesquisas sobre a Festa Junina no Brasil. E, por serem celebrados no mês de junho, o termo “festas juninas” é predominante. Porém, ao adentrar no universo de Uberlândia, veremos que outros tantos santos – padroeiros da cidade e dos Distritos, são os grandes homenageados, abrangendo também os meses de maio, julho, agosto e setembro.

Não há que se falar em festa junina se não a carregarmos de elementos simbólicos. França e Souza (2021) afirmam que “em torno dos festejos religiosos e populares das Festas Juninas existe uma infinidade de lendas, superstições, misticismo e simpatias em que práticas ligadas ao sagrado, ao profano e ao mítico se mesclam em uma atmosfera

sincrética.” É então realizado o grande “arraiá”: centro das festividades e gastronomias tradicionais.

Originada da palavra “arraial”, que remete a pequeno povoado³⁰ ou lugar provisório, o “arraiá” é o lugar da festa. Ali tudo é enfeitado com cores, bandeiras, bandeirolas, balões, objetos e decorações de palha, e até mesmo as vestimentas, chapéus, palcos e pessoas ganham um tom multicolorido e típico de uma vila do interior. No “arraiá” não pode faltar as barraquinhas. É nesses arranjos que a gastronomia festiva transcende as gerações para reviver memórias gustativas diversas, em torno das delícias juninas. Outros símbolos elementares são a fogueira, a quadrilha, a dança e a encenação do casamento.

Um dos patrimônios culturais materiais tombados em Uberlândia é o Painel “Ciranda de Crianças”, do artista Geraldo Queiroz³¹, que, segundo análise iconológica, remonta à tradicional festa junina. O artista, atuante na região do Triângulo Mineiro na década de 50, em parceria com o arquiteto João Jorge Coury, retratou, em Uberlândia, no ano de 1956, a ciranda de roda e o regionalismo, representados pela festa junina, com a dança e a fogueira, ilustrada, abaixo, pela Figura 5:

30 Dicionário Oxford: Arraial: 1. lugarejo de caráter provisório, temporário; 2. pequena aldeia, lugarejo.

31 Segundo análise de Machado Junior em “A poética do Vernáculo: os painéis de Geraldo Queiroz no Triângulo Mineiro” (2010, p. 9-11), Geraldo Queiroz confeccionou diversos painéis integrados a uma arquitetura de caráter modernista muito difundida na região do Triângulo Mineiro, na década de 1950, principalmente, pela atuação do arquiteto João Jorge Coury, dentro de uma vertente criativa orientada pela tradição. Dentre os mais de 20 painéis, restam apenas quatro deles na cidade de Uberlândia, hoje tombados pelo município.

Figura 5 – Painel Ciranda das Crianças, de Geraldo Queiroz (1956).



Fonte: Uberlândia, 2020. Cartilha Patrimônio cultural: que bicho é esse?

Sobre o elemento “fogo”, França e Souza (2021, p. 71) apresentam duas versões do seu aparecimento na festa:

Um dos símbolos mais importantes nas Festas Juninas é a fogueira, e mencionamos duas versões para nos referirmos a sua existência. Uma delas, presente nos relatos bíblicos, conta que Isabel, mãe de João Batista, disse a sua prima Maria (a que seria mãe de Jesus Cristo) que acenderia uma fogueira para comunicar o nascimento de seu filho, e assim o fez. Esta, portanto, é a versão que há, ligada à sacralidade e que explicaria a prática de se acender uma fogueira na noite de 23 para 24 de junho. Uma segunda versão, defendida por alguns pesquisadores, atribui o ato de se acender fogueiras às práticas europeias pagãs, já que alguns povos viam no fogo um elemento mágico para espantar as pragas da lavoura.

Muitas pesquisas observadas em torno da festa junina apresentam a origem europeia da festividade, chegando ao Brasil com o advento da colonização e da imigração europeia para os campos brasileiros, como apontam Vargas e Almeida (2018, p. 332-333):

Apesar dos questionamentos, o ponto de partida consensual foi o entendimento de que os ciclos junino e natalino tenham sido criados pelo calendário religioso católico, que demarcou no Brasil rituais oriundos de Portugal, manifestados desde o período colonial e reproduzidos em festas populares pela fecunda conjunção que ocorreu entre os portugueses e as matrizes culturais africana e indígena e, posteriormente, com a migração de outras culturas, sobretudo, no século XIX.

Já Benedito Prezia³² procura mostrar o substrato indígena das festas juninas. Segundo ele, em *As raízes indígenas das festas juninas* (2021), as festas juninas do Brasil receberam influência da cultura indígena, sobretudo da cultura tupi, apesar de muitos elementos serem de tradição europeia. Para o autor (2021, p. 30):

Os santos comemorados em junho trazem marcas não só das culturas ibéricas, como também apresentam traços dos povos tupis, com os quais os portugueses conviveram por muito tempo. Dessa forma, as festas juninas continuam sendo as mais indígenas das festas populares e precisam ser mais bem conhecidas e valorizadas.

O antropólogo lamenta que o desconhecimento das tradições indígenas tenha levado os brasileiros a ignorar esse passado, e confere isso a um possível preconceito e uma dificuldade em aceitar a existência da nossa “cultura misturada”. O texto traz uma citação interessante. Trata-se do relato do Padre Fernão Cardim, no final do século XVI, sobre os Tupi do litoral:

[...] três festas celebram estes índios com alegria, aplauso e gosto particular. A primeira são as fogueiras de São João, porque suas aldeias ardem em fogos, e para saltarem as fogueiras não os estorva a roupa, ainda que algumas vezes chamusquem o couro. A segunda é a festa de ramos [...], a terceira, que mais que todas festejam, é dia de cinza (Cardim, 1978, p. 191 *apud* Prezia, 2021, p. 31).

Acrescenta-se aos rituais descritos o milho ter sido absorvido pela cultura portuguesa como um dos principais pratos do ciclo junino – cozido, assado na fogueira, mingau, curau, pamonha. Em Uberlândia, receitas de família, encontradas em livros e documentos da Biblioteca Municipal, validadas por pesquisa e votação, foram reunidas no e-book *Delícias juninas com cultura*³³, no ano de 2021, em razão da pandemia COVID-19, que suspendeu as festas desde 2019, dando lugar a eventos virtuais e incentivos culturais. As festas retornaram parcialmente em 2022.

32 Benedito Prezia é doutor em Antropologia pela PUC-SP, pesquisador em História Indígena e autor de *História da resistência indígena, 500 anos de luta* (Expressão Popular, 2017), entre outras publicações. Desde 1983, atua junto aos povos indígenas e atualmente coordena o Programa Pindorama para indígenas universitários na PUC-SP.

33 Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/cultura-em-casa/literatura/>

Como símbolo das manifestações rurais, as festas juninas, em Uberlândia, ainda que se mantendo em um discurso rural, foram adentrando a cidade e então elevadas ao nível de “espetáculo turístico” ao ser apropriado pela principal emissora de TV local. As festas começam em maio (Santuário Nossa Senhora de Fátima) e chegam a julho, sendo realizadas em praticamente todas as igrejas católicas, shoppings, Praça Sérgio Pacheco, centros comunitários e organizações não governamentais (Festa Junina da Ação Moradia), escolas da rede pública e privada, empresas, bairros (como a tradicional festa do Bairro Umuarama), Pátio do Mercado Municipal e também dentro da Prefeitura.

Figura 6 – Festa junina do Mercado Municipal em 2022.



Fonte: produzida pela autora, 2022

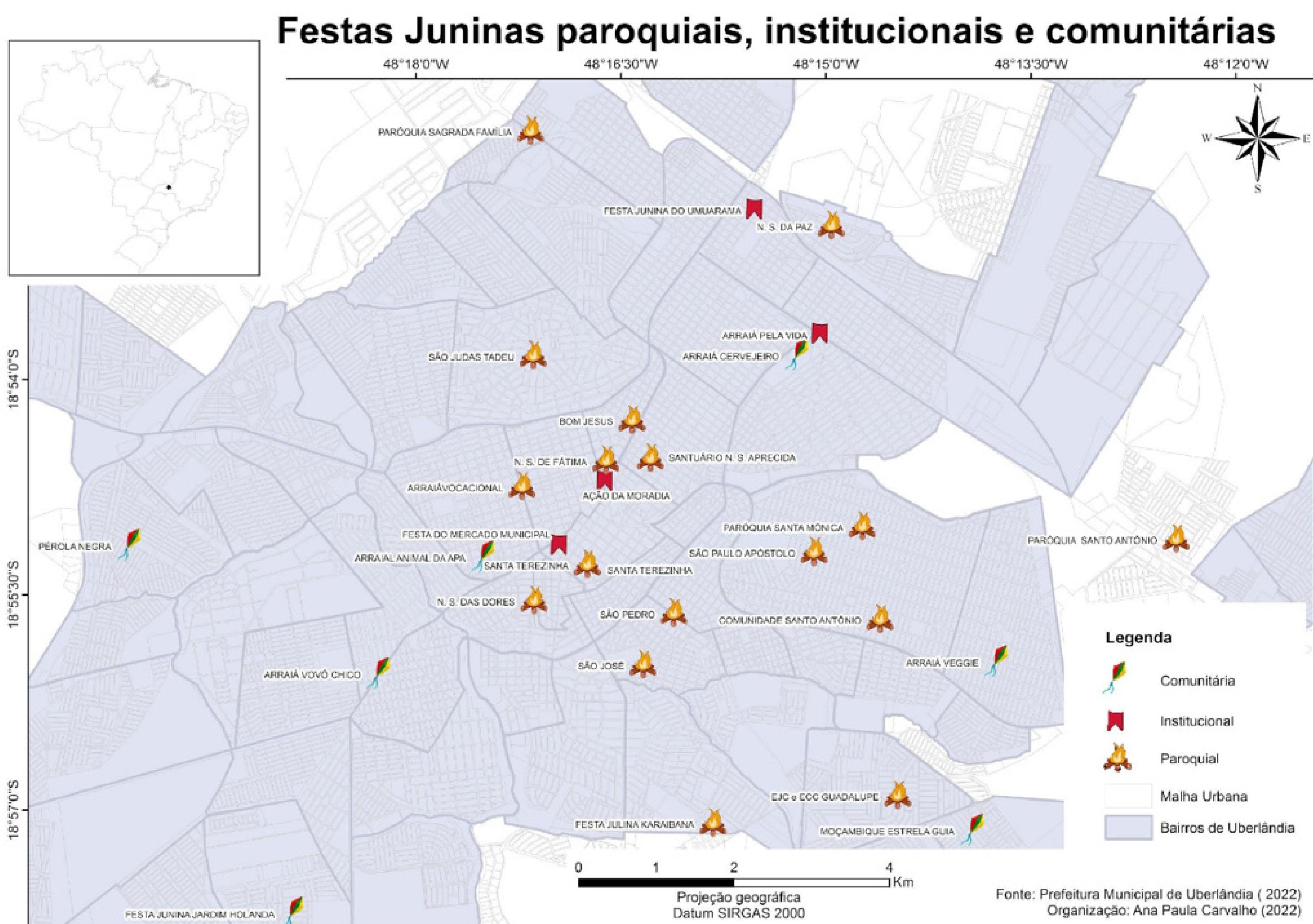
As festas juninas em Uberlândia possuem muitas vertentes e diferentes personagens, como não poderia deixar de ser, em face da diversidade de povos que se apropriaram da cidade, desde a sua formação. Uma das bibliografias encontradas trata especificamente dos nordestinos na cidade de Uberlândia: *Associação de Nordestinos de Uberlândia: uma análise das manifestações populares Nordestinas inseridas no contexto progressista überlandense 1989-2001* (2001). O autor, Klebston Ferreira Barros, traz à tona temas como exclusão, desigualdade, preconceito, trabalho, periferização, política envolvendo

os nordestinos que aqui vieram buscar melhores condições de vida. Como manifestação cultural, traz a festa junina como um momento de especial acolhimento social:

Assim é que na noite de Sábado de 30/06/01, tivemos a oportunidade de vivenciar a festa junina da Associação dos Nordestinos no espaço da Oficina Cultural da Secretaria Municipal de Cultura. A festa retratou um ambiente tipicamente nordestino através dos enfeites, comidas típicas, músicas, artesanatos, danças, contando com a presença da quadrilha na realização do tradicional casamento caipira, além da contaginante presença dos nordestinos somando o espaço festivo com o público em geral (Barros, 2001, p. 60).

O Mapa “Festas juninas paroquiais, institucionais e comunitárias” apresenta os locais de realização das festas juninas no município, onde se pode observar que a cidade se movimenta intensamente pela manutenção das festas populares, tendo sido capaz, em 2022, de retomar a sua força festiva, no contexto intra-pandêmico.

Mapa 3 – Festas Juninas paroquiais, institucionais e comunitárias.



Fonte: Carvalho (2022).

A população percorre habitualmente mais de uma festa. Um calendário municipal é formado com datas e locais de quase todas as festas juninas e é divulgado sob o título “Círculo junino”³⁴. Idealizado pela TV Integração, emissora local da Rede Globo, que, em site próprio (2019), divulga que o objetivo do projeto é fomentar a cultura e a tradição local e regional, fortalecendo as festas juninas promovidas por entidades de cunho filantrópico e social. O projeto percorre as festas dando cobertura midiática, o que pode ser relacionado a um grande “espetáculo” em busca de visibilidade, se interpretarmos as palavras de Trigueiro (2005, p. 2):

As manifestações populares (festas, danças, culinária, arte, artesanato, etc.) já não pertencem apenas aos seus protagonistas. As culturas tradicionais no mundo globalizado são também do interesse dos grupos midiáticos, de turismo, de entretenimento, das empresas de bebidas, de comidas e de tantas outras organizações sociais, culturais e econômicas.

Sobre a espetacularização das festas, Trigueiro acrescenta que é como se existissem duas festas, uma dentro da outra. Uma, a celebração para “quebrar a rotina”, em tempo de festa no cotidiano da comunidade e outra, no tempo do espetáculo organizado para consumo global. No mesmo sentido, Lima (2017, p. 360-361) reflete e indaga:

A busca por visibilidade, como houve com as cidades turísticas patrimonializadas, pode direcionar para uma perspectiva mercantil, que também acaba implicando em “esquecimento”, uma vez que a intencionalidade se volta para outra coisa, e não para o sentido de patrimonialidade construído pela população local. Nesse sentido, questionamos em que medida algumas ações de valorização do patrimônio local, ainda que bem intencionadas, não resultariam num tipo de espetacularização da cultura, ressignificando-a nos seus *lugares* para que sejam projetadas externamente.

Sugerimos que a observação da Figura 7 – que retrata a apresentação de um grupo de quadrilha que concorre a prêmios no Concurso de Quadrilhas de Uberlândia –, seja feita mediante as seguintes indagações: tal imagem retrata a tradição das festas? Reflete uma manifestação genuína? Ou traduz o conceito de espetacularização, acima analisado?

34 Círculo Junino 2019. TV Integração. Disponível em: <https://bityli.com/scZeTo>

Figura 7 – 9^a edição do concurso de quadrilhas de Uberlândia (2019).



Fonte: site do jornal *O Diário de Uberlândia*, 2019.

Voltando ao número de festas no município, cabe mencionar que no ano anterior, 2018, em sua 3^a edição, o Circuito Junino englobou 22 festas, segundo a TV Integração:

Em 2018, a princípio, 22 festas irão participar do ‘Círculo Junino’ na cidade. Sendo elas: Festa de Nossa Senhora de Fátima; Festa Junina da Catedral Santa Terezinha; Festa Junina da Ação Moradia; Festa de Nossa Senhora da Paz; Festa Junina da Paróquia São José; Arraiá do Santuário; Festa Junina da Igreja Nossa Senhora das Dores; Festa Junina da Igreja São Judas Tadeu; Arraiar Animar; Festa de Santo Antônio; Arraial de Santo Antônio; Festa Junina da Guadalupe; Festa Julina Karaibana; 3º Juninão EJC Paróquia Nossa Senhora do Carmo; Arraiá Vocacional; Festa Julina Vovô Chico; Festa Julina Moçambique Estrela Guia; Festa Comunidade São Paulo; Festa Julina da São Cristóvão; Festa Junina da Sagrada Família; Festa de São Pedro e Arraiá do Gávea (Fonte: TV INTEGRAÇÃO, 2019. Divulgação).

Já em 2022, conseguimos identificar na mídia a realização e divulgação de 36 festas. Um aumento considerável, após 2 anos sem a realização das festividades, por conta da pandemia de COVID-19. Podemos inferir que, seja espetacularizada ou comercialmente usufruída, a força dessa celebração não só se manteve, como se superou, reafirmando o engajamento social e cultural com esse patrimônio cultural.

Por estarmos tratando das festas juninas num contexto rural, é crucial demonstrarmos que a população de Uberlândia vive, em grande maioria, na cidade, e um percentual pequeno se mantém no campo e nos distritos. E se, mesmo diante de tamanho processo de urbanização, as festas juninas não perderam força, elas foram ressignificadas e fortalecidas com o apoio de organizadores estratégicos, que arrecadam recursos para fins diversos, em geral, voltados à manutenção da igreja e outras entidades sociais e/ou caridade.

Já no que concerne aos Distritos, Eliane Corsi (2006), em sua pesquisa de mestrado em Geografia, defende a revitalização dos Distritos por meio do seu patrimônio cultural. Em sua narrativa, a autora conta que Santa Maria (atual Miraporanga), no ano de 1880, já dispunha de três igrejas, nas quais eram celebradas festas religiosas, assistidas por grandes romarias de devotos que surgiam de todos os lados. De acordo com a autora,

Em Miraporanga já houve uma vida bastante agitada, com suas festas religiosas, manifestações culturais, romarias mantendo viva sua história e seus relacionamentos interpessoais. Hoje, estas atividades quase já não acontecem e até mesmo a missa não é realizada todo fim de semana como o costume dos católicos (Corsi, 2006, p. 50).

Miraporanga:

Mapa 4 – A Festa junina em Miraporanga.



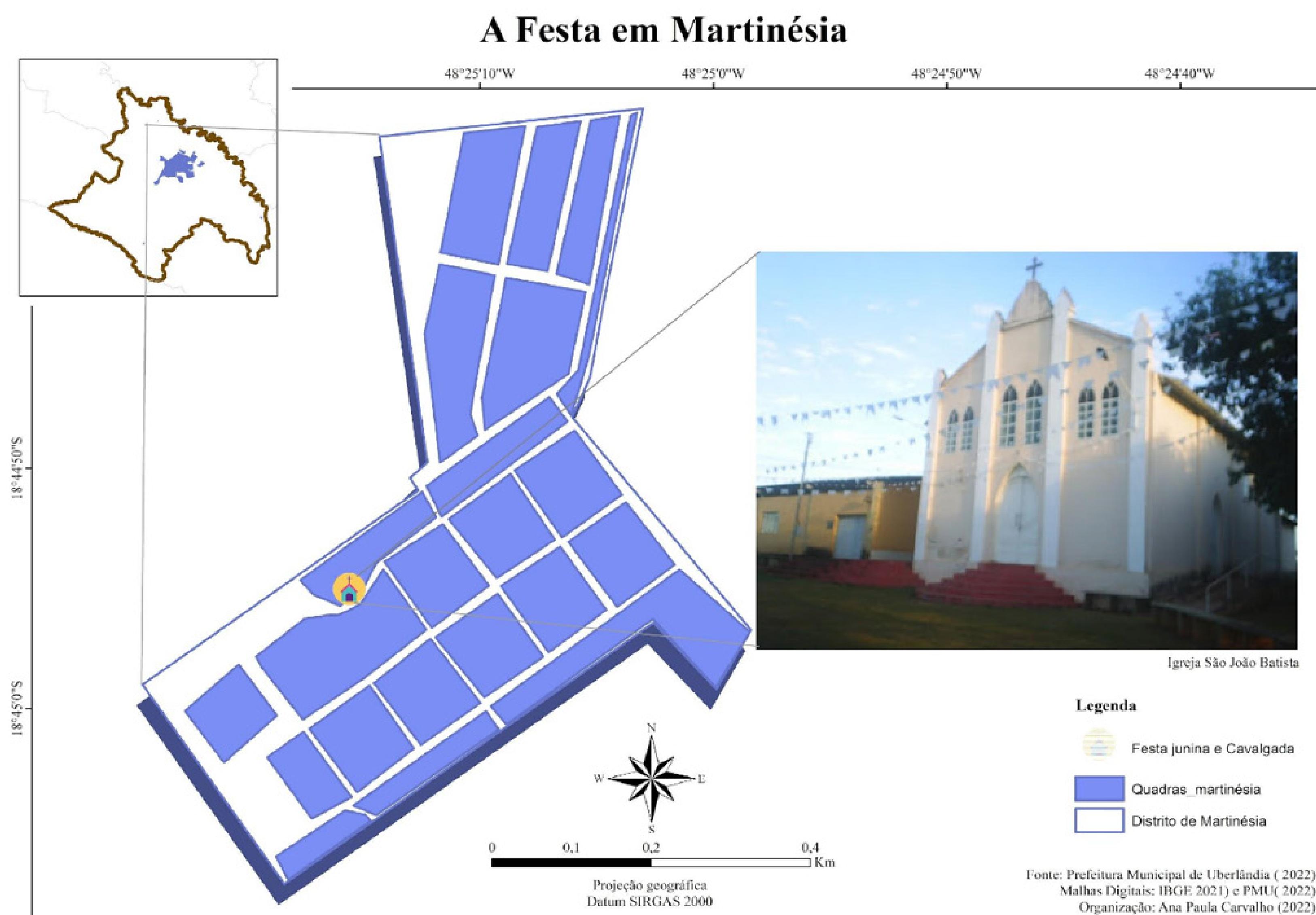
Fonte: Carvalho (2022).

Da história de Miraporanga (antiga Santa Maria) não foram encontradas pesquisas que abordassem o encontro da fé com a origem do município. A origem do distrito está atrelada às passagens dos bandeirantes, em busca de ouro, estando localizada próximo à Estrada Real de Goiás, habitada, a partir da colonização, por um grande número de população escrava.

No entanto, os pesquisadores locais do tema apontam para um “apagamento da memória” do distrito, a partir do esforço para se criar a Uberlândia do progresso. Miraporanga acaba por ter sua história restrita ao “local que deu origem a Uberlândia, mas que entrou em colapso” (Silva, 2014, p. 61). Apesar da existência da Igreja do Rosário, construída por escravos, entre 1850-1852, quando o assunto é festa, o que aparece é que antigamente havia um fervor festivo, mas que hoje já não existe mais. No entanto, não foi encontrada referência sobre o protagonismo da comunidade negra e a organização das festas no Distrito.

Martinésia:

Mapa 5 – A Festa junina em Martinésia.



Fonte: Carvalho (2022).

Antigamente denominada Martinópolis, foi fundada por Joaquim Mariano da Silva, que construiu um cruzeiro no alto da colina, onde fiéis iam rezar o terço. Anualmente, em 24 de junho, organizavam a festa ao Santo, para arrecadar recursos para a construção da Capela. A construção foi motivada por uma promessa de sua mãe a São João Batista. Surgiu a Capela de São João Batista de Martinópolis, que passou a abrigar o festejo tradicional do lugar.

A pesquisa da historiadora Renata Rastrelo e Silva (2005) teve como objeto de análise as festas de São João Batista, realizadas em Martinésia e investigou as permanências e as mudanças ocorridas nelas ao longo do tempo. Para a autora, falar das comemorações de São João Batista implica falar primeiro de sua dimensão religiosa, na medida em que já no surgimento do distrito está presente uma promessa feita ao Santo.

No entanto, a festa não se esgota nesse campo, frente à presença da tradição popular do batismo na fogueira, “um batismo não reconhecido pela igreja como um sacramento, mas que no universo da tradição popular muito significa para as pessoas” (Silva, 2005, p. 21).

Em Martinésia, os elementos que compõem a festa são a procissão, o leilão, a novena, a fogueira e os fogos. A novena se inicia em 15 de junho e se encerra no dia 23, quando inicia-se a missa, com a presença de um grande número de fiéis. Após a missa, as barraquinhas com música, bebidas e comidas típicas e modernas³⁵. Durante essa festa, é cantado o Hino de São João, quando é levantado o mastro e após a queima de fogos, é acendida a fogueira. No dia 24, dia de São João, a festa continua:

No dia 24 de junho é realizada a festa de São João Batista. Nesse dia acontece a procissão, na qual as pessoas percorrem as ruas do distrito carregando os andores de São João, São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida, cantando e rezando. Isso acontece porque geralmente a festa não é somente festa de São João Batista, mas é também festa em louvor a São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida (Silva, 2005, p. 23).

Uma das observações mais importantes na pesquisa de Silva (2005) é acerca das várias mudanças perceptíveis na festa, ao longo do tempo, e a forma como essas transformações dividem opiniões dos detentores desse bem.

Segundo a autora, a construção de um salão paroquial, ao lado da igreja, provocou alterações significativas, pois a festa passou a ser realizada não mais nas casas das famílias, mas sob a égide da Igreja. Segundo ela, até a programação divulgada em folheto deixou de constar o nome das famílias organizadoras e participantes da festa, o que desvaloriza os participantes historicamente envolvidos com o festejo.

Ainda, relatos de sua pesquisa expõem que a festa passou a ser realizada nos finais de semana, ainda que o dia 24 seja dia de feira. Tal circunstância é justificada pelos anseios por maior adesão de pessoas, e divide opiniões, como considerar esse fato como “um certo desvio da tradição”.

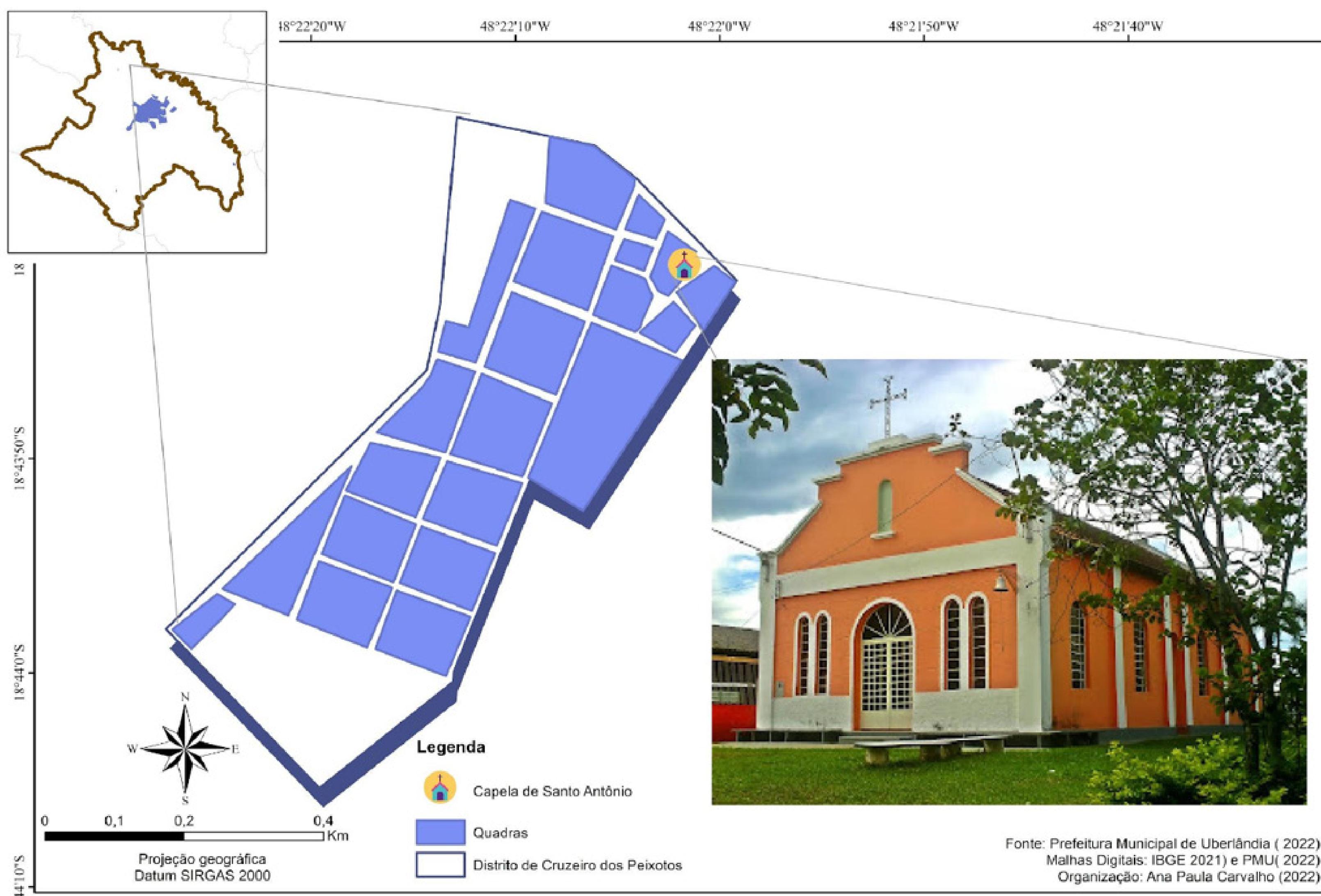
Outro ponto de variação é que a festa deixou de ser organizada por um casal de festeiros e passou a ser comandada por uma comissão. A pesquisa analisada conclui que as festas, embora tradicionais, estão em constante transformação, assim como se transformam as dinâmicas dos lugares e dos costumes.

35 É muito comum a oferta de churrasquinho, pastéis, macarrão, crepe e até tapioca nas festas juninas daqui.

Cruzeiro dos Peixotos:

Mapa 6 – A Festa junina em Cruzeiro dos Peixotos.

A Festa em Cruzeiros dos Peixotos



Fonte: Carvalho (2022).

Cruzeiro dos Peixotos possui origem semelhante a Martinésia: a fé. Sentimento que constrói uma devoção e uma aproximação entre pessoas, em determinado “lugar sagrado”. A pesquisa de Corsi (2006) narra a história do lugar, a partir da ocupação dos bandeirantes, o que se inicia com a família Peixoto, por volta de 1905, construindo, no alto de uma colina, um cruzeiro, perto de onde foi construída a Igreja Santo Antônio. Segundo a autora, neste local se reuniam os moradores das fazendas vizinhas para rezar o terço, angariar fundos para a construção da igreja e também enterrar suas crianças natimortas. Segundo Corsi (2006, p. 57):

O Sr. José Camim, cumprindo uma promessa que sua esposa, dona Cherubina da Costa Camim, fizera a Santo Antônio de Pádua, levantou a Capela no local e doou, em 22 de maio de 1944, dois alqueires de terra de oitenta litros à Capela de Santo Antônio e São Sebastião do distrito de Cruzeiro dos Peixotos. A imagem do Santo foi doada pelo Sr. José

Batista. Até hoje, no dia 13 de junho, os devotos do Santo ali se reúnem para fazerem orações. Realizam-se novenas, leilões e a celebração da missa. Nomeiam-se os festeiros e o dinheiro angariado das festas é revertido para a Igreja local.

Em 1918, veio o primeiro Armazém; em 1930, açougue, máquina de arroz e uma fábrica de doce, manteiga e queijo. Nesse período, a região começou a receber famílias, dando origem ao povoado que, em 1928, já contava com um telefone local para a comunidade. Em 1943, foi criado o Distrito de Cruzeiro dos Peixotos, pelo Decreto-Lei nº 1058 (Corsi, 2006, p. 57).

Em coluna ao jornal *Uberlândia Hoje*, intitulada “Folclore do Cruzeiro”³⁶, (2018), o historiador e jornalista Antônio Pereira da Silva traz falas de alguns moradores. A primeira delas é sobre as festas:

Aqui tinha a festa de São Sebastião, em janeiro, tinha festa em maio, quando acabava a festa de maio, vinham as festas de junho e, depois, outra em agosto. Tinha que ver isso aqui na época das festas, vinha gente das colônias italianas e gente da redondeza. Faziam os leilões, as rezas do terço e tinha muito baile. Tinha muito mutirão. Os bailes eram feitos nas casas de família. Como essas casas não tinham muitos cômodos, erguiam uma tolda, com bambus, na porta. Nas fazendas, faziam na porta da sala, aqui no distrito faziam do lado da rua. Sanfona, viola. Interessante é que quase todo arraial tinha um sanfoneiro bom. Tinha mutirão pra bater pasto. Vinha todo mundo e não cobrava nada. Depois, faziam comida pra eles, bastante arroz doce pra merenda e, de noite, era o baile. As mulheres faziam mutirão pra fiar. O povo tinha uma relação muito amistosa. O nosso melhor folclore é a festa junina. A folia de reis é muito famosa, foi até gravada pelo pessoal da Universidade. Gravaram também a nossa festa junina e a cavalgada. A cavalgada reúne o pessoal daqui, mas vem gente de Uberlândia, de Martinésia, de toda a região. É muito bonita. Ela é feita em agosto (Silva, 2018).

Confirmando a versão do entrevistado, Corsi (2006, p. 58) afirma que a população do distrito é gente muito simples e ligada à religião católica. As manifestações desse lugar, segundo a autora, restringem-se à Festa de Santo Antônio, 13 de junho, à Folia de Reis, 6 de janeiro, e à malhação de Judas, na sexta-feira da Paixão.

Destacamos que não encontramos nos veículos de grande circulação, assim como no Circuito Junino, divulgação e informações sobre as festas de santos realizadas nos Distritos, tal como datas e imagens. Em contato com a Secretaria de Cultura de Uberlândia,

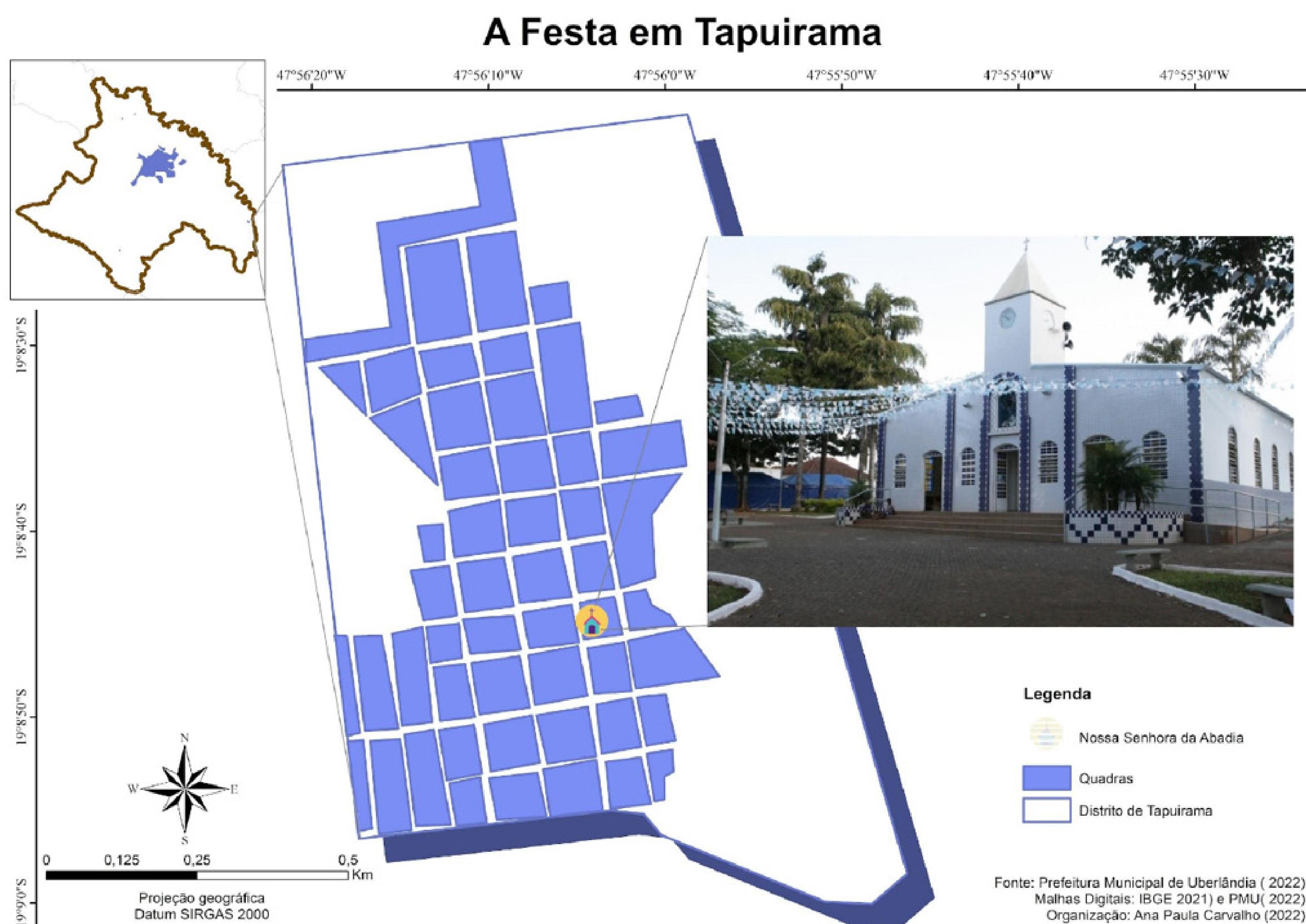
36 Disponível em: <https://www.uberlandiahoje.com.br/2018/07/01/folclore-do-cruzeiro/>

solicitamos algumas informações sobre a realização das festas nos distritos em 2022, assim como imagens, mas a resposta foi negativa.

Quanto a imagens das festas nos Distritos, só encontramos algumas, presentes em publicações antigas, que datam de um tempo muito remoto, ou cedidas pelo festeiro de Tapuirama.

Tapuirama:

Mapa 7 – A Festa junina em Tapuirama.



Fonte: Carvalho (2022).

Esse distrito possui uma dissertação de mestrado exclusiva para ele. A pesquisa “*A gente tem que ficar onde tem serviço*: memórias e experiências de trabalhadores no distrito de Tapuirama, Uberlândia/MG, de Juliana Lemes Inácio (2008), investiga os modos como a população se vê nas relações sociais, tomando as suas práticas sociais inseridas em uma dinâmica social maior, sem perder de vista as tensões sociais, as relações de poder experimentadas, problematizando as maneiras como vão sendo elaboradas memórias no processo histórico vivido. Sobre as festas, a autora elucida que:

A festa em louvor a Nossa Senhora da Abadia, padroeira do lugar, acontece todos os anos no mês de julho. Ela consiste na realização de novenas; inclui batizados; bênçãos de automóveis; caminhada em romaria com saída da Paróquia Cristo Rei, localizada no bairro Alvorada em Uberlândia, até a igreja Nossa Senhora da Abadia em Tapuirama; queima de fogos; procissão e cavalgada; leilão de prendas realizado no Salão Comunitário Laudelino Pereira; bailes com música ao vivo (Inácio, 2008, p. 136).

A autora aponta que a cada ano essa festa adquire um novo significado para as pessoas que dela participam, articulado às expectativas das pessoas e às condições em que vivem e trabalham. A romaria rumo à Igreja Nossa Senhora da Abadia, única igreja católica de Tapuirama, foi idealizada por ela, no ano de 1999. No ano de 2008, quando foi publicada a pesquisa de Inácio, havia cinco igrejas evangélicas. O trabalho mencionou a legitimidade das festas, visto que foram apropriadas por uma instituição e não representariam a maioria da população, na participação de sua organização. De acordo com a autora,

Os trabalhadores vindos da Bahia que participam desta festa – já que não são todos que se envolvem nela porque a maioria deles afirma serem evangélicos – atribuem a ela um significado particular. Os momentos dos bailes no salão, do frequentar os bares do Distrito, que nesse período atraem pessoas diferentes e em maior número, e a possibilidade de fazerem novas amizades é o que aparece como relevante a eles. A festa é um momento de encontros com familiares, amigos e oportunidade de criar e fortalecer amizades. [...] Os bares do lugar, sobretudo o “bar do Hélio” e os demais que se localizam no entorno da praça, passam a ter o dobro do movimento de pessoas nessa época do ano. Desse ponto central, próximo ao Salão Comunitário, à igreja e à rodoviária, mais do que tomar uma cervejinha com amigos, costume que se desenrola no decorrer de todo o ano, é possível acompanhar e participar de todo o movimento da festa (Inácio, 2008, p. 137).

Percebemos, então, que os festejos juninos que englobam os rituais católicos aos santos padroeiros e aos santos do mês, bem como apresentação e encenação de folguedos e quermesses, fazem parte do cotidiano e das celebrações de fé e devoção perante os santos católicos na região. Importa dizer que, para este trabalho, os lugares mencionados foram tratados como distritos, a fim de melhor situar a origem de seus movimentos, frente à ocupação local.

No entanto, as festas juninas que acontecem no município, estas, em regra registradas em pesquisas e divulgações midiáticas, não representam a totalidade das centenas de celebrações ainda realizadas pelas famílias em suas propriedades rurais, comunidades

rurais, chácaras e até sítios de recreio. É um sem fim de festas particulares que levam famílias e amigos a interagirem com seus lugares de morada e de expressão.

3.1.2 FOLIAS DE REIS

E, tendo nascido Jesus em Belém da Judéia, no tempo do rei Herodes, eis que uns magos vieram do Oriente a Jerusalém, e perguntaram: “Onde está aquele que é nascido rei dos judeus? Porque vimos a sua estrela no Oriente e viemos adorá-lo” (Bíblia Sagrada, 2006, p. 1285-1286).

Pautada na passagem bíblica – evangelho de Mateus (2:1-12) – que narra a saída de três magos do Oriente ao encontro daquele que seria o novo Rei salvador do povo judeu (Jesus), as Folias de Santos Reis tratam da visita dos magos denominados Gaspar, Belchior e Baltazar, que chegaram a Belém levando ouro, mirra e incenso, ao recém-nascido Jesus de Nazaré.

Apropriados pelo imaginário popular, durante o processo de religiosidade e festa, a folia de reis insere-se no que se convencionou chamar “ciclo natalino” de festividades e celebrações. Esse patrimônio festivo é representado pelas jornadas percorridas por grupos de cantores e instrumentistas que visitam famílias de fiéis, levando a bandeira, que simboliza o encontro dos Reis Magos com José, Maria e Jesus. Nesse encontro, os “Reis Magos” abençoam as famílias que os recebem.

Nas pesquisas publicadas sobre as Folias de Reis de Uberlândia, incluindo os Dossiês de Registro do IEPHA e do COMPHAC, os termos que se relacionam aos estudos são: fé; resistência; devoção; ritual; patrimônio; encontros; vivências regionais; memórias; tradições populares; lugar sagrado e amizade. Foi comum encontrar nas falas de entrevistados que a folia é um lugar de amizade, de socialização, visto que essa relação foi apresentada como indissociável da vida e da história dos festeiros.

No Parecer de Registro das Folias de Uberlândia como Patrimônio Cultural, emitido em 2016 pelo COMPHAC, durante a execução do Dossiê para o Registro da Folia de Reis em Uberlândia, foram identificadas 35 (trinta e cinco) folias que participam dos eventos religiosos do município e que promovem a interação social entre os atores envolvidos nas celebrações³⁷ (COMPHAC, 2016).

Em defesa do Registro, o Parecer expõe que

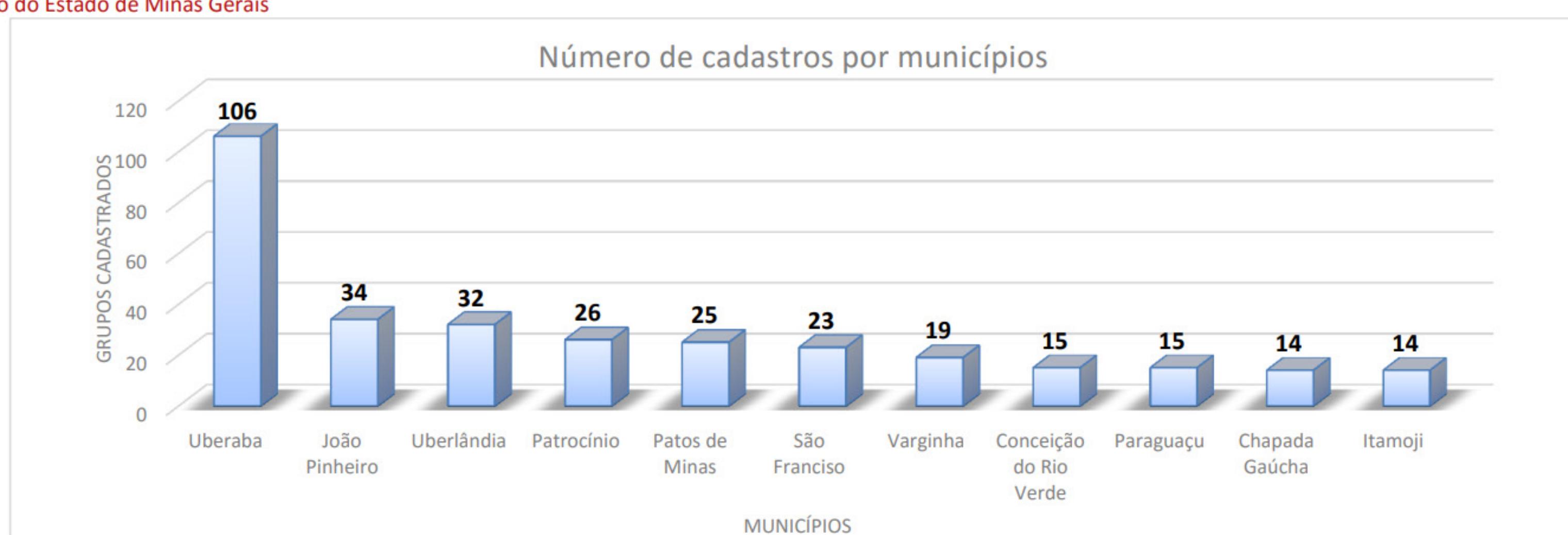
37 O pedido de Registro partiu do Distrito de Martinésia, em 2008. Durante a pesquisa que deu origem a esta obra, o município expandiu o registro, em face do grande número de grupos de folias identificados também em Uberlândia.

As Companhias de Reis revelam ser importante elo na preservação da cultura local, pois, as referências dos foliões subsistem através das histórias rememoradas nas falas dos mais antigos que lhes inspiram na devoção e celebração. Em Uberlândia, os grupos de Folias de Reis cumprem promessas feitas por devotos, fomentam a reunião das comunidades através da fé e, em consonância com a memória, constroem os alicerces da sociedade, contribuem na formação da identidade através desta prática mantida pelos diversos grupos (COMPHAC, 2016, p. 2).

Segundo a lista de grupos de Folias do IEPHA, atualizado em dezembro de 2020, estão cadastrados no sistema do estado 33 (trinta e três)³⁸ grupos de folia.

Figura 8 – Grupos de Folia de Reis cadastrados pelo IEPHA, em 2016.

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
Governo do Estado de Minas Gerais



Fonte: IEPHA, 2016

Vale relembrar que Minas Gerais tem 853 municípios e, segundo o IEPHA (2016), Uberlândia ocupa o 3º lugar em quantidade de grupos de Folias, em todo o estado. O cadastro observa que, entre os municípios que tiveram maior concentração de grupos, destaca-se Uberaba (vizinha, distante 100 km de Uberlândia) com um total de 106 grupos cadastrados, seguido por João Pinheiro com 34 e Uberlândia com 32.

³⁸ O dado se difere do número apresentado na Figura 17, uma vez que foi divulgado em 2020 e a Figura, em 2016. Considera-se que, no intervalo, um novo grupo foi cadastrado na lista estadual.

Quadro 5 – Grupos de Folias de Reis cadastrados, segundo a Prefeitura de Uberlândia.

	Nome da Companhia de Reis	Nome do capitão ou embaixador	Bairro ou distrito de residência do capitão
1	HINO DE REIS	Jaime Calistrato de Oliveira Sebastião Afonso de Oliveira	B. Custódio Pereira
2	UNIDOS SANTA CLARA	Pedro Lázaro	B. Jaraguá
3	SAGRADA ESTRELA DE BELÉM	José Pires	B. Jaraguá
4	MARIA DE NAZARÉ	Eurípedes Ferreira Miranda	B. Jardim Aurora
5	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	Gaspar dos Reis Ferreira	B. Jardim Brasília
6	NOSSA SENHORA DAS GRACAS II	Elcio dos Reis	B. Jardim Brasília
7	ESTRELA DA GUIA	Valdemar M. de Souza	B. Jardim Canaã
8	MENINO JESUS DE PRAGA	Belchior Pereira Marques	B. Gravatás
9	CAMINHOS DE BELÉM	Márcio Martins Ferreira	B. Lagoinha
10	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	José Iguaraci Venâncio	B. Lagoinha
11	MARIA DE NAZARÉ	Edite Ferreira dos Santos	B. Lagoinha
12	VIAJORES PARA BELÉM	Baltazar dos Reis Souza	B. Laranjeiras
13	OS VISITANTES DA LAPINHA	José Batista de O. Filho e Francisco Célio de Assis	B. Luizote de Freitas
14	JARDIM DAS OLIVEIRAS	Antônio Castro Peres	B. Luizote de Freitas
15	SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA	João Modesto de Oliveira	B. Martins
16	SEGUIDORES DO REI	José Jairo Alves	B. Morumbi
17	ROSÁRIO DE MARIA	Pedro Jesus dos Santos	B. N. S. das Graças

18	ESTRELA DE BELÉM	José Divino da Silva	B. N. S. das Graças
19	IRMÃOS TAVARES II	José Humberto Xavier	B. N. S. das Graças
20	OS PASTORINHOS DE MARIA	Vicente Martins de Souza e Pedro Paulo de S. Sampaio	B. Osvaldo Rezende
21	IRMÃOS TAVARES	José Roberto Reis de Souza	B. Pacaembu
22	VIAJANDO PARA BELÉM	Aparecida dos Reis C. Silva	B. Pampulha
23	PENA BRANCA	Enercino João da Cruz	B. Patrimônio
24	BOA ESPERANÇA	Pedro Pimenta	B. Planalto
25	EMBAIXADA DE SANTA LUZIA	José Carlos F. da Silva	B. Santa Luzia
26	OS TRÊS REIS DE BELÉM	Adenir Barbosa Martins	B. Santa Mônica
27	OS TRÊS REIS MAGOS	Lindomar da Silva	B. Santa Mônica
28	UNIDOS EM BELÉM	Urivaldo dos Reis Borges	B. Santa Mônica
29	CAMINHO DE MARIA	Leolair Maria da Silva	B. São Jorge I
30	CORAÇÃO DE MARIA	Jesus Eurípedes M. Souza	B. Tubalina
31	FOLIA CRUZEIRO DOS PEIXOTOS	Elsimar	Distrito de Cruzeiro dos Peixotos
32	RENASCER	Dercio Pereira Dias	Distrito de Martinésia
33	REI DAVI	Ricardo Pereira Santos	Distrito de Martinésia/ Capela dos Martins
34	A CAMINHO DA GLÓRIA	Antônio Eurípedes Leão	Segismundo Pereira
35	VISITANTES DA LAPINHA	Oliveira Brasileiro Pires	B. Chácaras Tubalina

Fonte: Uberlândia, Dossiê de Registro das Folias de Reis de Uberlândia, 2018.

Organização: Ana Paula Carvalho, 2022.

O Dossiê de Registro Municipal sistematiza os endereços dos grupos, o que aponta para o fato de que, dentre os 35 grupos cadastrados, 32 estão localizados e acontecem na área urbana, 2 no Distrito de Martinésia e 1 no Distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

Os representantes consideram a folia, pelo seu caráter peregrino, pertencente à cidade e não a um bairro. No entanto, os documentos de registro, a fim de promover um mapeamento das folias, consideraram a residência do capitão/embaixador. Ao acessar a página “Folia de Reis”, o texto informa que existem mais de 50 grupos. Em 1985, segundo Bonesso (2006), já havia cerca de 40 grupos, que se organizaram para a criação da Associação, com o objetivo de preservar a tradição e os valores culturais do município, no entanto, na tabela do Dossiê de registro, estão enumeradas os 35 grupos acima destacados.

Em 1986, a entidade foi reconhecida como utilidade pública (Lei nº 4358 de 1986) pelo município. Na ocasião, uma área para a construção da Capela dos Santos Reis³⁹ foi doada pela Prefeitura. Em 2022, a Capela permanece como lugar do Encontro anual das Folias de Reis, onde os grupos se reúnem de 06 a 20 de janeiro. Nesta época, a cidade recebe dezenas de Folias, de diversos estados brasileiros, realizando o encontro na Capela de Santos Reis (Uberlândia, 2021), conforme ilustrado na Figura 13, datada de 2016.

³⁹ Localizada à Rua Barão de Ouro Preto, 73, bairro Xangrilá (ou Carajás), onde também funciona a sede da Associação das Folias de Reis de Uberlândia, desde 1986.

Figura 9 – Foliões durante Encontro de Folias, Uberlândia, 2016.



Fonte: Uberlândia, Dossiê de Registro das Folias de Reis de Uberlândia, 2018.

O Dossiê de Registro das Folias de Reis de Uberlândia aponta cinco encontros anuais de Folias. Além da que ocorre na Capela dos Santos Reis, outras três entidades vinculadas à manifestação o produzem: Associação das Folias de Reis de Uberlândia; Casa Santo Antônio e a capitã das Folias de Reis “Viajando para Belém”, como nos mostra o Quadro 6, transcrito do Dossiê de Registro das Folias de Reis de Uberlândia:

Quadro 6 – Calendário dos Encontros de Folias de Reis de Uberlândia.

Realização	Local	Período
Associação de Folias de Reis de Uberlândia	Capela de Santos Reis	janeiro
Casa Santo Antônio – Frei Sérgio	Bairro Martins	janeiro

Associação de Folias de Reis de Uberlândia	Igreja N. S. da Abadia B. Custódio Pereira	abril
Associação de Folias de Reis de Uberlândia	Capela de Santos Reis	maio
Capitã da Folia de Reis “Viajando para Belém”	Residência da capitã B. Pampulha	setembro

Fonte: Uberlândia, Dossiê de Registro das Folias de Uberlândia, 2018.

Organização: Ana Paula Carvalho, 2022.

Com a pesquisa encontrada, alcançamos elementos importantes à cartografia cultural elaborada. Descrever toda a origem, transitoriedade e motivações da Folia não é nosso intuito neste trabalho, não passaremos pela origem (ibérica), trazida pelos portugueses, nem pelo simbolismo e práticas ritualísticas em cada devoção. No entanto, a síntese de André Luiz Monteiro Ferreira, “foliões reelaborando vivências regionais: folia e festa de Reis na região do córrego Água Limpa, Uberlândia-MG” (2006) nos pareceu ideal para conceituar a festa. Segundo ele,

A folia foi um desses rituais litúrgicos que foram trazidos e introduzidos pelos jesuítas na catequese através de representações teatrais de grupos festivos que saiam cantando e dançando em troca de presentes antes do dia de Santos Reis. Todos esses rituais foram incorporados pela igreja oficial. Mas apesar dessas manifestações terem sido incorporadas pela igreja, mais tarde devido esses rituais religiosos terem escapado do controle dos padres tornaram-se ilegítimos, mas essa proibição não acabou com os rituais; pelo contrário, contribuiu para a construção do Catolicismo Popular que se define como sendo o catolicismo de orientação cristã, mas que está presente as festas populares religiosas, refestelas, festas de Santos bem como Folias de Reis, onde tudo é organizado à revelia do controle do clero (Ferreira, 2006, p. 19).

As Festas de Santos Reis, segundo Marques (2011), contam com a reprodução das práticas tradicionais entremeadas pelas práticas modernas. Ao se debruçar sobre as folias de Martinésia, Luana Marques em *A festa em nós: fluxos, coexistências e fé em Santos Reis no Distrito de Martinésia-Uberlândia/MG* menciona que se sentiu provocada pelas contradições das festas. Segundo a autora, as festas

[...] fazem parte de um universo da representação, mas suas práticas são efetivamente reais; são livres ao mesmo tempo em que se prendem a redes sociais, econômicas e culturais; coexistem em diversos tempos e espaços... Essas características dão o tom das festas, proporcionando a elas singularidades, unicidades, sendo que estas riquezas e contradições fazem com que se reinventem e permaneçam ontologicamente (Marques, 2011, p. 221).

Duas publicações encontradas tratam das capelas rurais na região (Côrtes, 2019; Côrtes; Vale, 2019). Enquanto a primeira intenta a sustentabilidade da Capela da Saudade, em Uberlândia, a segunda promove um inventário que alcança 398 capelas rurais, em 66 municípios do Triângulo Mineiro. Segundo as autoras, 297 dessas promovem festas religiosas regularmente, e concluem que

A inventariação realizada afirma, incontestavelmente, a importância das capelas rurais para as comunidades locais, tanto aquelas rurais quanto àquelas dos núcleos urbanos próximos ao congregar uma expressão legítima das devoções e manifestações de religiosidade e abarcar relações sociais de vizinhança constituindo espaços significativos de sociabilidades e mantendo vivas as tradições, em especial para os municípios de menor porte, onde a separação entre mundo rural e mundo urbano são mais tênues (Côrtes; Vale, 2019, p. 2).

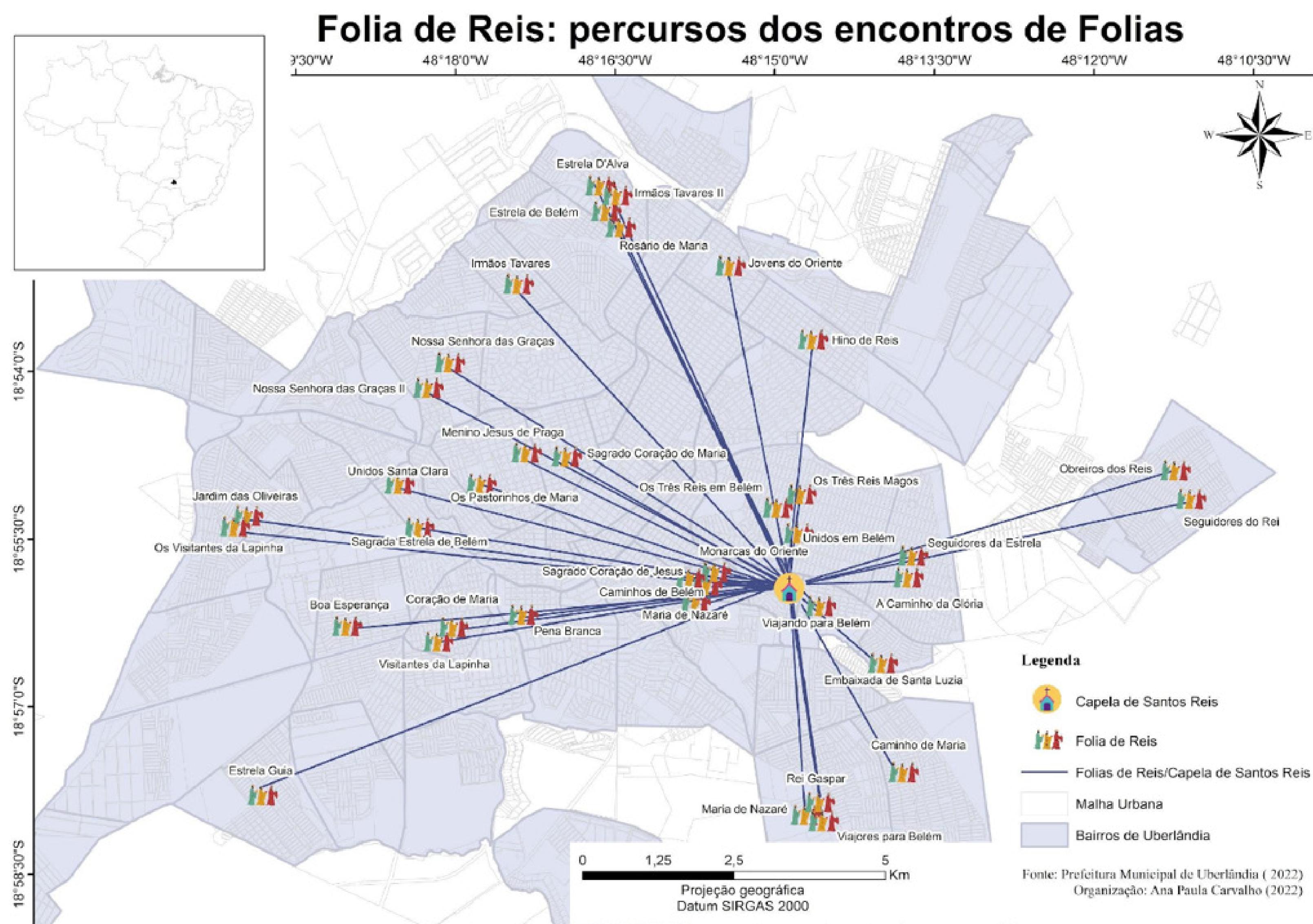
Figura 10 – Folia de Reis da Companhia de Reis Rosário de Maria.



Fonte: Uberlândia, Dossiê de Registro das Folias de Uberlândia, 2018.

Concluímos, com o Mapa 7: “Folias de Reis: percursos dos encontros de Folias”, que as folias de Reis permanecem vivas em Uberlândia. Ainda que os processos de urbanização tenham transformado seus processos e dinâmicas, as devoções de fé fazem com que seus participantes se reinventem e se reestuturem, seja adaptando sua festividade ao urbano, seja buscando preservar a tradição em pequenas capelas, que margeiam o lugar urbano. É possível vislumbrar uma cartografia cultural das folias, de forma dinâmica e cheia de movimentos e cores, o que é demonstrado na Cartografia Festiva de Uberlândia.

Mapa 8– Folias de Reis: percursos dos encontros de Folias.



3.2 FESTAS URBANAS

3.2.1 CARNAVAL

O carnaval é um momento, um rito sem dono, porque é uma festa de todos. Cada um brinca como quer e como pode. Todos podem misturar-se e trocar de lugar, na relativização típica das posições sociais (Nery, 2004, p. 3). No caso de Uberlândia, todas

as pesquisas apontaram para um passado de disputa de espaços e segregação social e racial. De um lado, a elite, branca, de outro, os populares, negros.

Importante expor que, em regra, dados, entrevistas, vídeos e registros no Acervo Público de Uberlândia apontam para o mesmo discurso e, embora possamos pernecer pelas palavras expressas, elas parecem ter sido conduzidas pela mesma pesquisa histórica: a de Antônio Pereira da Silva, Jornalista e Historiador, autor do Livro *As histórias de Uberlândia*, em 4 volumes, que apresenta centenas de histórias, fatos, fotografias e curiosidades extraídas de sua extensa pesquisa e vivência, desde sua chegada à Uberlândia em 1961⁴⁰.

Segundo Nery (2004), que se dedicou a estudar o carnaval em Uberlândia, as primeiras manifestações carnavalescas de que se tem notícia no município ocorreram em 1907, por iniciativa do capitão Henrique de Castro, fundador do Bloco Caricato.

Para o historiador Antônio Pereira da Silva, o bloco foi formado em 1907 por jovens da elite, que saíram às ruas fazendo críticas bem humoradas contra políticos e fatos da época. Tratava-se de um carnaval eclético: “meio sertanejo, meio caipira, onde se cantava e dançava de tudo: música de origem sertaneja, seresteira, trechos de ópera, maxixe, mazucas, xotes, valsas, lundus, valia tudo”, porque ainda não havia “músicas próprias do carnaval”. O autor relata em seu livro que o carnaval uberlandense sempre fora conduzido pelas elites, que, sendo lideranças políticas, sociais e econômicas manipularam os destinos dessa festa.

Em entrevista para a matéria exibida originalmente no programa “Uberlândia de Ontem & Sempre”, edição 24, exibida em 26 de fevereiro de 2006, o historiador afirma que em suas pesquisas por jornais da época, depois de 1907, só se teve notícia nos jornais deste bloco ou do carnaval em 1914, quando o jornal apresenta o nome do bloco (Cordão do Inocente) e os nomes dos participantes. Pelos nomes, os pesquisadores sabem que se tratava de gente importante: comerciantes, empresários, diretores de colégio.

40 O Historiador mantém, além de coluna em jornal local, páginas em redes sociais: Facebook: https://www.facebook.com/historiasdeuberlandia/photos_by / Instagram: [@historiasdeuberlandia](#)). É também encontrado em diversos sites dando entrevistas, depoimentos e cedendo imagens em praticamente todas as pesquisas que relatam a história de Uberlândia e do carnaval. Após envio de e-mail para tirar uma dúvida sobre uma de suas falas, o autor fez questão de encaminhar sua obra pelos Correios, indisponível on-line, tamanha sua generosidade e entrega à temática.

Figura 11 – Frame do vídeo “O carnaval chega a Uberlândia”.



Fonte: Uberlândia de Ontem e Sempre, 2013. Entrevista com Antônio Pereira da Silva.

Em sua fala, o entrevistado passa para 1916, quando o primeiro bloco popular sai às ruas do centro para se juntar ao carnaval de rua. Esse bloco é formado por um mulato, o Zé Bonito, residente da Rua da Chapada (atual Avenida Rio Branco), e os participantes saíram às ruas vestidos de mulher e “cabeleiras estranhas”. À época, nessa rua apenas residiam negros e pobres, e, por isso, houve grande estranhamento por parte da elite – usuais frequentadores do centro da cidade – e dos jornais Binóculo e Progresso.

Em 1919, o Prefeito João Severiano Rodrigues da Cunha fez o primeiro calçamento da cidade, que até então tinha todas as suas ruas não pavimentadas. O trecho foi o da Avenida Afonso Pena, da rua Olegário Maciel até a Goiás. Em função desse calçamento, quando veio o carnaval, o povo se aglomerou ali para a festa.

Segundo ele, era “povo de tudo quanto é natureza, ricos, pobres, brancos e negros, todos ali naquele pedacinho, brincando o carnaval. Só que havia uma diferença: os negros ficavam de um lado da rua e os brancos do outro, não se misturavam.” (Silva, 2006, entrevista). Na década de 30, fala-se dos corsos. Segundo o Tesauro de Folclore e Cultura Popular Brasileira⁴¹, trata-se de:

Desfile carnavalesco em que veículos ornamentados ou não, conduzindo grupos de foliões, geralmente fantasiados, circulavam pelas ruas. O confete, a serpentina e o lança-perfume eram muito utilizados. A moda surgiu no carnaval de 1907, quando os foliões que tinham carro começaram a desfilar pela avenida, realizando calorosos duelos com outros veículos (Fonte: site CNFCP. s/d).

De acordo com a página digital da Prefeitura de Uberlândia, dedicada ao Carnaval⁴²,

As concentrações carnavalescas se concentravam na Avenida Afonso Pena, nas imediações da Praça Tubal Vilela. Os festeiros saíam pela Avenida em carros sem capotas, jogando confete, serpentina e espirrando lança-perfume. Uma verdadeira farra onde a alegria era predominante. Este desfile denominado “corso” tomava a avenida. O desfile percorria a Afonso Pena e subia a Floriano Peixoto, contornando a Praça Tubal Vilela, em um percurso que terminava na Praça Clarimundo Carneiro (Uberlândia, 2021, site).

Para Antônio Pereira da Silva (2006), a década de 30 é um marco importante, devido ao surgimento dos ranchos de negros. Segundo o pesquisador, foram os negros que pela primeira vez trouxeram algo organizado para a avenida, com uma pequena orquestra – com seus instrumentos de percussão e músicas próprias. No ano seguinte, esse rancho se desdobrou em vários outros: Tenentes Negros, Treze de Maio, Legião Negra, os Turunas e outros, que vieram a promover uma certa democratização do espaço, em função dos bailarinos que seguiam os blocos, “pegando rabeira”⁴³, brancos e negros que se metiam a seguir o bloco no desfile.

Nery (2004, p. 6) aponta em sua pesquisa que, na década de 1930, surgem compositores locais que produziam marchas e sambas. Tratava-se dessa “pequena orquestra” mencionada por Silva, que chamou de “Sociedade Carnavalesca Negra”. O Rancho Os Tenentes Negros, comandado por Devanir Santos, foi fundado no bar-boate “Cabarroupa”, um recanto da sociabilidade negra nas imediações da Vila Oswaldo. Mais tarde, esse grupo formou a primeira Escola de Samba de Uberlândia: a Tabajara.

41 Página do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/tesauro/00000074.htm>

42 Disponível em: <https://bitlyli.com/RhHxae>

43 Pegar carona; se aproveitar de certa situação; dependurar em um veículo em movimento.

Outro marco para o carnaval überlandense foi a inauguração, em 1937, do Uberlândia Clube, com uma festa inesquecível, na época do carnaval, que se deu com centenas de fantasias luxuosas, e com a participação apenas da elite. Em sua pesquisa, Nery aponta para uma elite que recua do carnaval de rua, incomodada com a presença popular na avenida, passando a conduzir sua folia no elegante Uberlândia Clube, onde só os brancos e elitistas frequentavam.

Figura 12 – Baile de Carnaval no Uberlândia Clube [1937].



Fonte: Acervo Público de Uberlândia [1937].

Em 1940, veio a Guerra, e, com ela, as primeiras manifestações contra o carnaval. Segundo Silva (2006), alguns jornais se posicionavam contra o carnaval de rua, alegando que os jovens estavam desperdiçando na avenida uma energia que depois poderia servir para defender a pátria. No entanto, nos bailes fechados, o carnaval continuava “em paz”.

Tal fato, segundo Nery (2004), e a perseguição da polícia aos foliões de rua provocaram a decadência do carnaval de rua na cidade, que só veio a se recuperar na década de 50, a partir de modelos de escolas de samba à carioca. De acordo com as pesquisas de Nery (2004, p. 7),

Em 1953, por iniciativa dos “Tenentes Negros”, nasce no bairro Patrimônio a primeira escola de samba de Uberlândia. Com o nome de batismo de “Tabajaras”, esta escola, que desfila até hoje, reuniu 30 figurantes e, sob a liderança de Arlindo de Oliveira Filho, o Lotinho, sobrinho de Devanir dos Santos, desfilou pela avenida principal cantando uma série de músicas, numa mistura de dança de capoeira com passos de balé e sem um enredo claro. O carnaval de Uberlândia foi oficializado em 1957 e, junto ao carnaval, as Escolas de Samba. A década terminou com três escolas: a Tabajaras, a Pavão Dourado e a Princesa Isabel [...]

Ao analisarmos outra bibliografia: “Globalização e choques culturais no bairro Patrimônio em Uberlândia-MG”, observamos que, em 2014, os autores Barbosa e Souza Junior, analisando o carnaval, refletem sobre os conflitos pelo uso do território, assim como Jeremias Brasileiro traz os conflitos gerados pelo intenso processo de gentrificação, abordando o congado, com forte atuação no mesmo bairro. Segundo os autores,

Durante nossas entrevistas e tentativas de “sentir” o lugar em campo, pudemos ver que a comunidade do bairro Patrimônio não vive mais no bairro, boa parte deles hoje mora em áreas periféricas da cidade, onde não possuem enraizamentos, em casas planejadas pelo governo, com uma arquitetura utilitarista em um bairro sem história, sem cultura, sem vida. Estes sujeitos ainda têm no Patrimônio seu referencial para a reprodução dos seus costumes e é na festa que conseguem voltar para o bairro, possibilitando assim o seu reencontro com o lugar (Barbosa; Souza Junior, 2014, p. 1209).

Analisamos, com isso, a relação entre família e lugar: percebemos pelas falas de Nery (2004) e Barbosa e Souza Junior (2014) que, como nos folguedos, as iniciativas se desenvolvem no seio de uma determinada família, tendo o lugar como espaço de referência para a manifestação de suas origens e culturas.

Voltando especificamente ao carnaval, salientamos que um dos dados da pesquisa de Nery é a demonstração de influência do carnaval überlandense na formação de novas escolas de samba em Goiânia-GO, Ituiutaba-MG e Uberaba-MG, visto que, à época, essas cidades não possuíam escolas de samba organizadas. No entanto, a partir da década de 60, os carnavais vão se fortalecendo nos salões e perdendo a participação popular na rua.

Segundo a reportagem “O carnaval mais tradicional do Brasil Central”, da série “O carnaval de Uberlândia” (2006), disponível no Museu Virtual de Uberlândia, nos anos de 1970, os clubes de Uberlândia disputavam entre si para saber quem oferecia o melhor

carnaval. O Praia Clube começou a promover bailes na década de 1950 e caprichava na decoração, nos bailes à fantasia, na organização dos blocos. Na época, a imprensa indicava o Carnaval no Praia Clube como um dos melhores do Brasil Central.

Em 1972, a prefeitura (Prefeito Virgílio Galassi), segundo Rosyane Oliveira, em *Carnaval: da festa popular à regulamentação – Uberlândia 1983 a 1997* (1999), promove o retorno das escolas de samba à avenida. Essas, segundo ela, já não desfilavam desde 1970. Nesse ano, a participação massiva propiciou lucros e aumento de vendas para o comércio. Desde então, o poder público foi se aproximando cada vez mais dessa festa, apoiando sua execução e a ornamentação da Avenida Afonso Pena.

Porém, com o aumento da participação popular e da festa, ressurgiu o descontentamento de comerciantes e moradores da região, alegando que a interrupção da principal via da cidade dificulta o tráfego de trabalhadores e depreda prédios e luminosos (Oliveira, 1999, p. 31). Assim, a Prefeitura transferiu o carnaval da Av. Afonso Pena para a Av. João Naves de Ávila. Além disso, inseriu grades de separação entre população e desfile e incluiu arquibancadas.

Com a criação da Secretaria Municipal de Cultura, em 1983, os desfiles das Escolas de Samba passam a depender de recursos da Prefeitura municipal, e, assim, ficam à mercê das oscilações políticas e econômicas para a sua realização. Essa dependência e controle são mais bem ilustrados na pesquisa de Rosyane Oliveira (1999), que percorre o caminho do carnaval popular e no que ele se transformou, quando a administração municipal passa a ser a organizadora.

Recortamos o período de 1983 a 1997 por ter ocorrido a regulamentação do Carnaval em Uberlândia, com a criação da Secretaria Municipal de cultura, que passa, então, a administrar e coordenar as manifestações culturais locais. Registra-se, também, a fundação da Liga das Escolas de Samba de Uberlândia – LESU (1981), que juntamente com o poder público colabora na organização do Carnaval na cidade (Oliveira, 1999, p. 10).

Segundo Silva (2007), o desfile das Escolas de Samba foi transferido em 1984 para a Av. João Pessoa. Não tendo agradado, retornou para a João Naves. Na década de 90, o carnaval foi direcionado para a Avenida Monsenhor Eduardo, e depois para a Avenida Belo Horizonte. Em 1998, os desfiles ocorreram na Av. Anselmo Alves dos Santos, voltando, alguns anos depois, para a Av. Monsenhor Eduardo, onde permaneceu até 2013. Novamente, por pressão de comerciantes, o desfile foi remanejado para a Av. José Roberto Migliori, ao lado do Parque Sabiá.⁴⁴

44 Silva (2007), transcrito de entrevista disponível em: <https://bitlyli.com/WPIYIA>.

Organizando os locais de desfile por ano, chegamos ao quadro, cujos elementos irão compor um dos mapas da nossa cartografia, juntamente com os locais dos bailes de carnaval e do carnaval de rua, nas décadas iniciais. Em Uberlândia, o último desfile de Escolas de Samba aconteceu em 2017.

Quadro 7 – Locais de desfile das Escolas de Samba (1957 a 2017).

Ano	Avenida do Desfile
1957: Desfile oficializado pela Prefeitura	Av. Afonso Pena
1973	Av. João Naves de Ávila
1984	Av. João Pessoa
1985	Av. João Naves de Ávila
1991	Av. Monsenhor Eduardo
1997	Av. Belo Horizonte
1998	Av. Anselmo Alves dos Santos
2000 a 2012	Av. Monsenhor Eduardo
2013 a 2016	Av. José Roberto Migliori (ao lado do Parque Sabiá)
2017	Parque de Exposições CAMARU

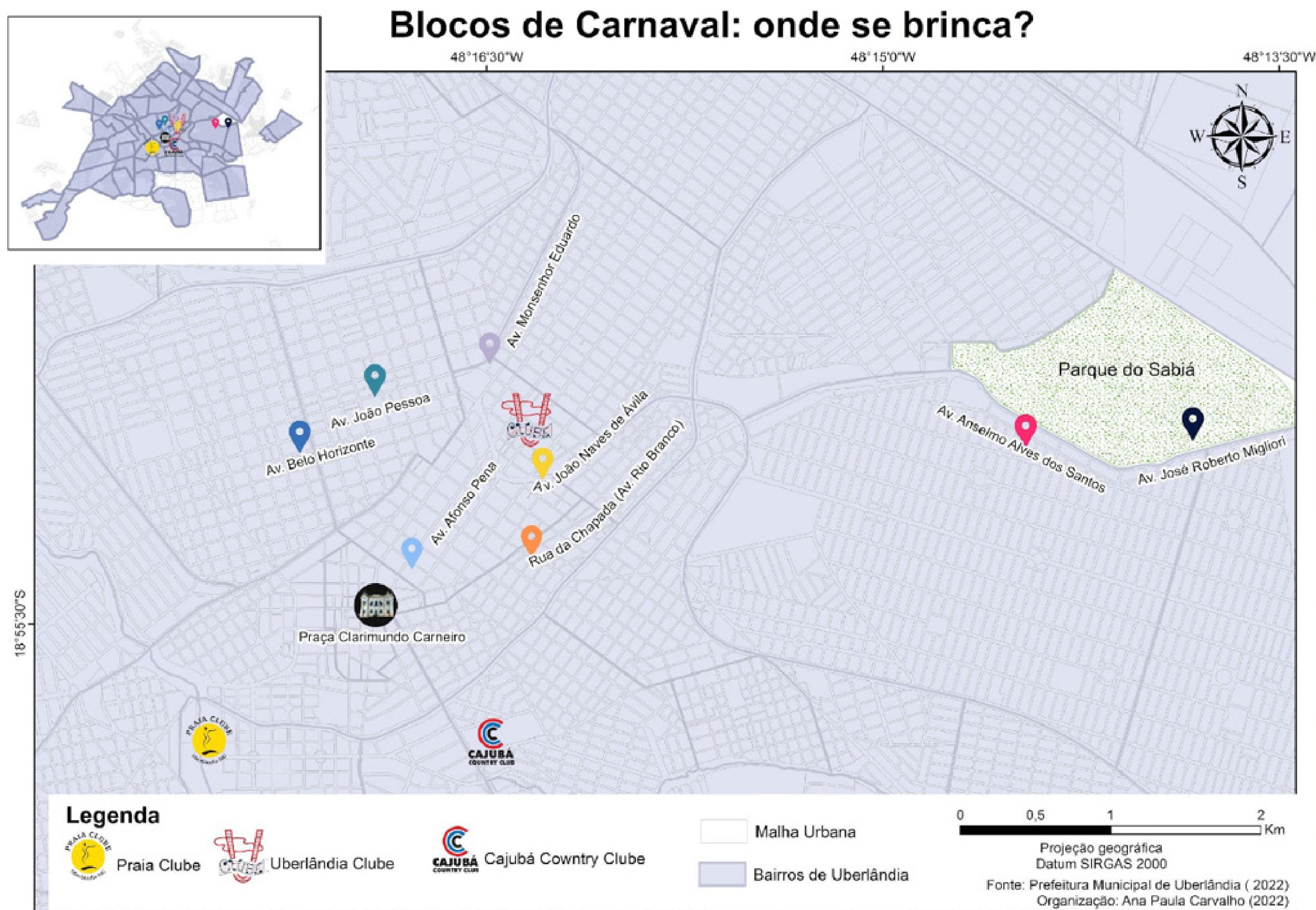
Fonte: Antônio Pereira da Silva (2007), confirmado por correspondência eletrônica (2022).

Organização: Ana Paula Carvalho, 2022.

A pesquisa menciona o encontro com uma compilação de pesquisas promovidas pelo historiador Antônio Pereira da Silva, a pedido da Secretaria Municipal de Cultura, com vistas a registrar a memória do carnaval e divulgar o movimento. Segundo Oliveira, a sua pesquisa encontrou grande dificuldade de acesso a fontes escritas sobre o carnaval, e então recorreu às evidências orais. Ao recuperar a trajetória do carnaval nesse recorte de período, Oliveira percebe que à medida que o carnaval passa a ser controlado pela Prefeitura, cabia aos Presidentes das Escolas de Samba receber a verba destinada e colocar seu desfile na rua. Tal fato trouxe grandes oscilações aos desfiles ao longo das décadas que se seguiram.

Com o acesso a esses dados, elaboramos o Mapa “Blocos de Carnaval: onde se brinca?”.

Mapa 8 – Blocos de Carnaval: onde se brinca?



Fonte: Carvalho (2022).

Após 2006, a Prefeitura enveredou esforços para retomar o antigo carnaval, tendo como foco interesses culturais, sociais e turísticos. Desde então, acontece, na Praça Clarimundo Carneiro, o “carnaval à moda antiga”, trazendo marchinhas tradicionais, sambas da Velha Guarda, bonecos, confetes e serpentinas.

Figura 13 – Carnaval à moda antiga, Praça Clarimundo Carneiro, em 2020.

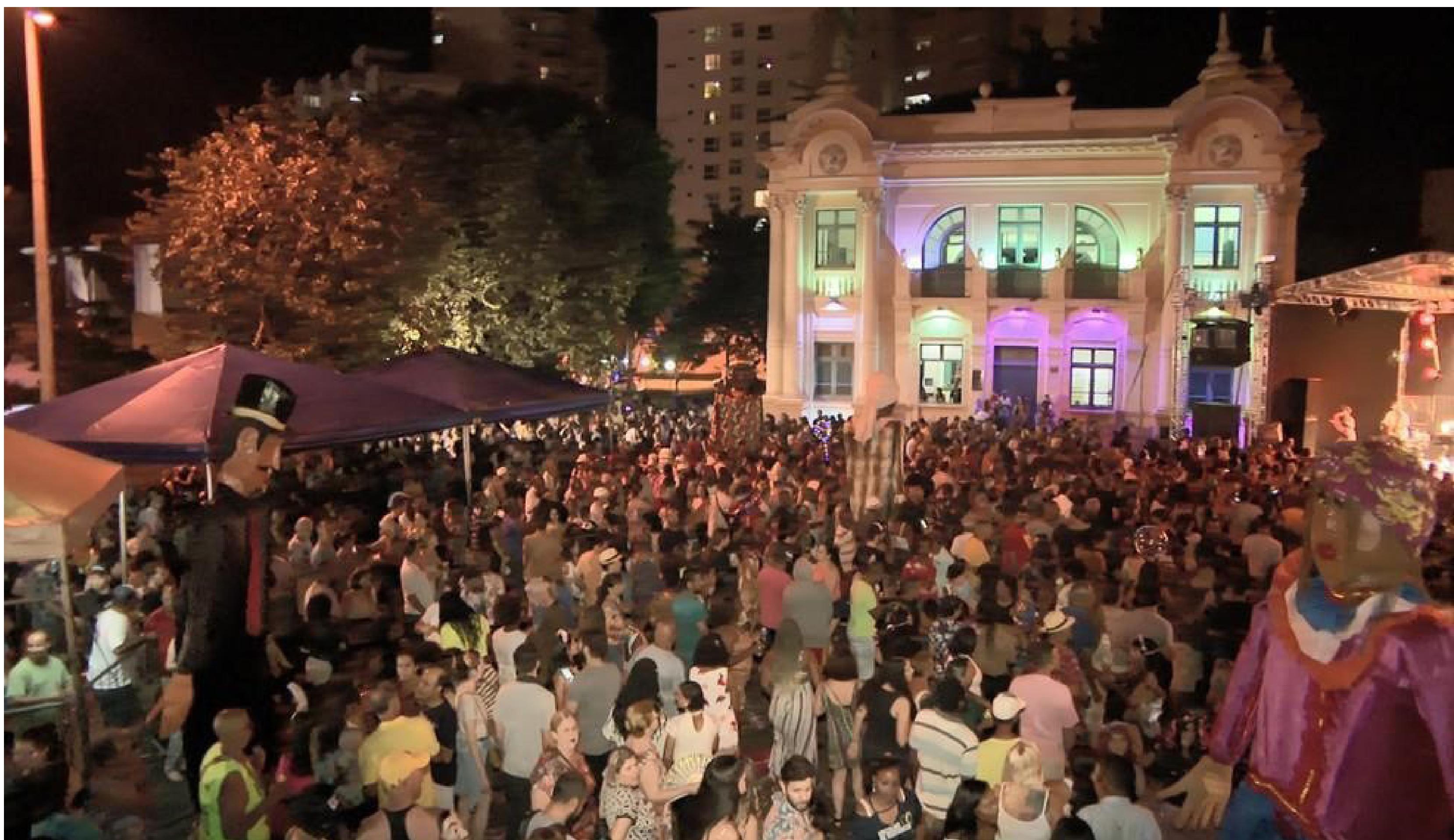


Foto: Reprodução/TV Integração, 2020.

De forma paralela, na Passarela do Samba (remanejada para a periferia), os grupos locais, segundo a Prefeitura de Uberlândia, “têm espaço para o samba e para o axé”, o que denominam como uma ação de “Diversidade para brindar a Igualdade.” Tal paralelismo nos remete à reflexão de que talvez a segregação social também tenha encontrado um jeito de se reinventar, ao passo que permite aos “foliões de rua originais” o uso do espaço do centro, à medida que afastam, desse mesmo centro, as escolas de samba e os seus representantes e participantes tradicionalmente negros.

Figura 14 – Desfile da Escola de Samba Tabajara, campeã em 2014.



Fonte: Blog “Bairro Patrimônio”. Foto: Marcos Ribeiro, 2014.

Em 2022, a realização dos desfiles das escolas de samba foi pauta de discussão em redes sociais e sessões da Câmara de Vereadores. A Prefeitura de Uberlândia decidiu repassar as verbas para as Escolas de Samba, ainda que não permitisse a realização dos tradicionais desfiles. A decisão visava fomentar a manutenção dos grupos, uma vez que a pandemia prejudicou a economia local dos grupos e pessoas cuja renda advém desse processo cultural.

Em entrevista aos jornais locais, a Secretaria de Cultura disse: “Haverá o recurso para que as escolas de samba se reestruitem, se organizem, se qualifiquem durante o ano de 2022 para vir com tudo no ano de 2023, dentro de uma nova visão de carnaval de rua”⁴⁵.

45 Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2021/11/25/carnaval-2022-secretaria-de-cultura-e-turismo-diz-que-uberlandia-nao-tera-desfile-e-que-verba-de-r-1-milhao-e-para-escolas-se-restabelecere.m.html>

O projeto para a destinação do recurso chegou a ser retirado da pauta da Câmara Municipal, mas retornou e foi aprovado. Em seu site, o jornal *Diário de Uberlândia* dá voz a comentários de reprovação social a respeito da destinação das verbas⁴⁶:

Reprovação Social

Por meio das redes sociais, leitores do Diário se posicionaram contra a aprovação da proposta. Um deles classificou o projeto como absurdo. “Que absurdo, dinheiro jogado fora. Enquanto isso as UAIs e postinhos de saúde com falta de medicamentos e uma estrutura precária. Que palhaçada isso. Usem o dinheiro pra construir estradas. Tapar buracos nas ruas, fazer melhorias que são muito mais úteis pra todos”, argumentou.

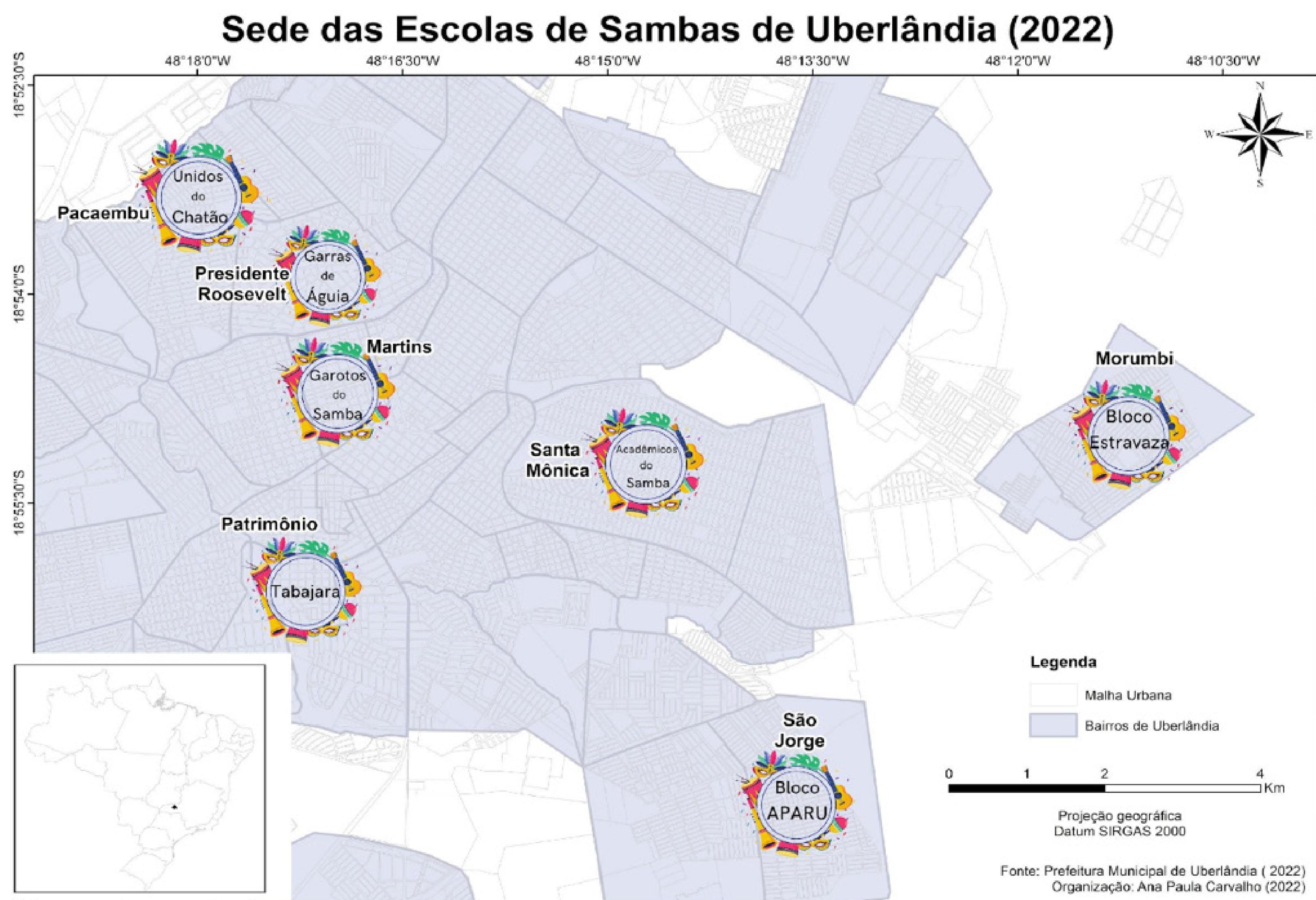
Outra leitora também fez uma declaração negativa. “Sem lógica, que absurdo, tantas outras coisas que precisam de melhorias na cidade, principalmente na saúde e na educação”, disse (*Diário de Uberlândia*, 2021).

A demonstrada reprovação social de algumas pessoas coaduna com a mentalidade de um segmento social que não só desvaloriza como denigre, por preconceitos e amarras sociais enraizadas, ao longo das décadas. Acreditamos que o atual contexto político nacional, cercado por ações da Direita política, encoraja tais pensamentos e ataques às manifestações mais populares, uma vez que fogem da tradicionalidade cristã de uma elite econômica que sempre atuou contra as expressões culturais dos grupos vinculados à ancestralidade africana.

No que concerne às Escolas de Samba e Agremiações existentes e ativas no período deste trabalho, destacamos o mapeamento que fizemos da localização de suas sedes no município, a fim de identificarmos os bairros em que se organizam, o perfil de seus participantes e o deslocamento que fazem no território para fazer a festa. Tal trabalho deu origem ao Mapa “Sede das Escolas de Samba de Uberlândia” (2022), que contribuiu para a construção do mapa “Efervescência festiva de Uberlândia”, ao passo que consideramos os espaços de residência e agrupamento dos grupos festivos.

46 Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/29807/-camara-volta-atras-e-decide-votar-e-aprovar-verba-de-r-1-milhao-para-escolas-de-samba-em-uberlandia>

Mapa 9 – Sede das Escolas de Samba de Uberlândia (2022).



Fonte: Carvalho (2022).

3.2.2 CONGADO, CONGO, CONGADAS

A Festa do Congado, Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, é um Patrimônio Imaterial Municipal, registrado sob Decreto nº 11.321, de 29 de agosto de 2008. Esse Registro aconteceu devido a esse patrimônio festivo ser forte não apenas nas ruas, mas também nas escolas, universidades e movimentos negros, que adentraram na política, inclusive, na Secretaria Municipal de Cultura, que abriga a Diretoria de Igualdade Racial.

Uma das reflexões suscitadas por esta pesquisa introduz a obra *A dança da tradição: congado em Uberlândia (século XX)*, de Larissa Oliveira Gabarra (2004)⁴⁷:

47 Obra indisponível em formato digital, gentilmente encaminhada por e-mail, pela autora.

O Congado é uma manifestação cultural popular de expressões diferenciadas e que existe em muitas cidades do Brasil. É uma dança, um cortejo, uma procissão, uma festa ou uma reza? São as cinco coisas em uma só. O Congado, em cada localidade, privilegia símbolos específicos, mas tem os cinco elementos em comum. A documentação sobre o assunto é vasta e bastante diferente; ela está inserida num contexto histórico de marginalização, tanto no que tange à escolha do tema pelos pesquisadores como no que tange à exclusão social da população praticante.

A pesquisadora, que se dedicou ao congado em seu mestrado (2004) e também em seu doutorado (2009), tratou das influências centro-africanas no congado de Minas Gerais nos séculos XIX e XX. Em sua dissertação de mestrado, a autora se debruça sobre a história da manifestação cultural do Congado em Uberlândia, afirmando que essa expressão artística foi entendida como parte de uma história de afrodescendentes com influências católicas, que se inscreve na história das relações Brasil e África, a partir da história da cidade e região (Gabarra, 2004, p. 10). Já em sua tese de doutorado, defende que as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, em Uberlândia, foram consideradas espaços de experiência da liberdade, pois a partir das heranças culturais, religiosas e políticas da África Central, foram capazes de reconstruir funções sociais que exerciam nos seus contextos originais (Gabarra, 2009, p. 8).

Durante o levantamento bibliográfico, encontramos 37 publicações abordando o Congado em Uberlândia e Triângulo Mineiro⁴⁸. Vimos que mais de um pesquisador conduziu toda a sua produção acadêmica e não acadêmica ao congado, como é o caso do congadeiro Jeremias Brasileiro⁴⁹, que, antes de entrar na universidade, já havia escrito livros e representava a comunidade de Nossa Senhora do Rosário de Uberlândia. Esse autor tem seu nome envolvido no pedido de Registro das Congadas de Minas, bem como assina os Relatórios dos Dossiês de Registro da Praça do Rosário e do Congado de Uberlândia.

As pesquisas de Jeremias Brasileiro, na graduação, mestrado e doutorado, no Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, discutiram o tema. O seu olhar está vinculado às relações de preconceito, segregação racial e gentrificação do Bairro Patrimônio, onde a história do congado em Uberlândia se desenrola e, em seguida, pela especulação imobiliária e interesses elitistas, amplia o movimento pendular das pessoas,

48 Desconsiderando apresentação de trabalhos e resumos que depois vieram a fazer parte de monografias, dissertações ou doutorados.

49 Doutor em História Social; Comandante Geral da Festa da Congada de Uberlândia; Presidente da Irmandade do Reinado do Rosário de Rio Paranaíba-MG. Pesquisador sobre cultura afro-brasileira e sua diversidade nas Congadas, associando-as com a ancestralidade africana.

obrigadas a se deslocar em movimento pendular, rumo aos seus lugares sagrados de manifestação cultural.

Importa ressaltar que em todas as suas publicações analisadas observamos pelo menos uma menção ao conceito de lugar, enquanto espaço de memória e identidade em construção. No entanto, seu trabalho se dedica, substancialmente, a contar as histórias de opressão contra o negro, do passado ao presente e a valorizar as lutas e as vitórias do seu povo e do congado, em suas relações com o lugar.

No livro *Congadas de Minas*, publicado pela Fundação Palmares, em 2001, o autor aponta uma sequência cronológica que se relaciona diretamente à festividade. Essa cronologia descrita trouxemos na íntegra, entendendo a sua importância:

Cronologia de um Ritual

- 1441 - Escravos vindos da Guiné desembarcam em Portugal.
- Século XV - O colonialismo chega à São Tomé e Príncipe (Ilha no Atlântico e próxima do Congo e Camarões). Ao encontrar o ritual de Danço Congo com os guerreiros usando tambores e reco recos, os dominadores fomentam a ideia cristã de que essas danças eram resultantes de incorporações demoníacas; assim tentavam desacreditar o Danço Congo enquanto ritual preparativo de guerreiros que iriam para as frentes de batalhas na esperança de expulsar os colonizadores.
- 1552 - Notícias de negros congadeiros em Pernambuco.
- 1763 - Os escravos no congado de São Francisco das Chagas do Campo Grande, atual Rio Paranaíba, em Minas Gerais. No mesmo ano aparece a Igrejinha do Rosário.
- 1850 - Escravos erguem uma Igreja do Rosário no Distrito de Santa Maria - atual Miraporanga - em Uberlândia, Minas Gerais.
- 1876 - Surge o congado em São Pedro do Uberabinha - atual Uberlândia. É construída uma Igreja do Rosário.
- 1997 - Em Rio Paranaíba-MG, há uma apresentação de Catupés de reco reco que remetem ao Congo de São Tomé e Príncipe. Nesse Catupé, além dos movimentos agilíssimos com os pés demonstrando ataques e defesas, os componentes utilizam somente alguns tambores e vários reco recos.⁵⁰

50 A festa religiosa, denominada por Mário de Andrade de Congos, Congadas ou Congados, que acontece uma ou duas vezes por ano em várias cidades do país, poderia ter o nome de Moçambique, Marujos, Marinheiros, Catupés ou Catopês, Vilões, Caboclinhos, Reisado, Cucumbis, Maracatus, Cheganças, Embaixadas, Ticumbis? Qualquer uma dessas denominações, de forma generalizada, são de danças dramáticas afro-brasileiras que se entrecruzam simbolicamente através de representações das tradições africanas; como coroamento de reis, teatralização de encontros entre embaixadas de reinos diferentes, coreografias, vestimentas e ritmos (Gabarra, 2004, p. 126).

- 2001 - O Congado em Uberlândia transforma-se em um encontro coletivo de resistência racial/cultural (Brasileiro, 2001, p. 125).

Segundo o autor, o Congado é um culto aos ancestrais de Hierarquia Superior⁵¹ realizado por nações diversas, possuidoras de antepassados comuns e que, através de danças, de percussões africanizadas, de cantorias (antes venerativas somente ao Rei Congo e depois cristianizadas por influências jesuíticas), mimetizou-se ou paralelizou-se dentro da fé popular brasileira (Brasileiro, 2001, p. 13). Nesse sentido, o Congado reúne, sincreticamente, dois grandes conjuntos de tradições, o Católico e o Banto (África Central e parte da Austral); católico pelo viés da devoção aos Santos; e africano pelo viés das práticas de danças e cantos de homenagem aos reis dos reinos da África Central, falantes da mesma raiz linguística, a banto⁵².

É preciso considerar que a formação do Triângulo Mineiro se dá no início do século XIX, o que é tardio, em comparação ao centro do estado e litoral. Porém, acontece ainda no período do ouro e se modifica com a chegada dos generalistas. No entanto, “a peculiaridade da povoação da região reside no fato de haver uma população negra anterior ao povoamento feito pelos brancos, à qual se agruparam aos recém-chegados escravos dos generalistas do século XIX” (Uberlândia, 2008, p. 14).

51 Hierarquia Superior – o sagrado respeito aos mortos para não decepar o cordão umbilical que os liga espiritualmente à vida por toda a eternidade. Culto aos Reis, Rainhas e Anciãos; assim os congadeiros reverenciam, com seus ritmos alegres, todos os ancestrais (Brasileiros, 2001, p. 13).

52 A língua Banto é um tronco linguístico que, em extensão territorial depois de séculos de migrações íntimas na África, ocupa toda a região central do ocidente ao oriente, desce pelo interior até a África Austral e Sul.

Figura 15 – Os primórdios do Congado de Uberlândia [ca.1876].



Fonte: Jeremias Brasileiro/Acervo pessoal site G1 notícias, 2018.

Segundo o Dossiê de Registro do Congado de Uberlândia (Uberlândia, 2008, p. 14), ao mesmo tempo que surgiam os povoados no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, surgiam os primeiros Compromissos das Irmandades do Rosário, compostas pelos escravos recém chegados e pelos antigos moradores dos quilombos da região.

Como já dissemos anteriormente, o pedido de Registro das Congadas de Minas Gerais foi renomeado para “Congo, Congado, Congadas”. Brasileiro (2018, p. 36) fala um pouco sobre esses termos. Segundo o autor, no artigo “Coexistência cultural e religiosa: congada e catolicismo popular”:

[...] identifica-se igualmente em um mesmo objeto com nomenclaturas diferenciadas, modos distintos de representações. O congo como lugares de memórias alicerçadas em um passado distante, de antepassados, de ancestralidades; a congada, como lugar de cultura popular por meio das manifestações festivas, religiosas, culturais, uma tradição em permanente transformação, e, o Congado, enquanto lugar de experiências socioculturais cotidianas (Brasileiro, 2018, p. 37).

Outro olhar que precisamos considerar é sobre as narrativas dos mitos. Essas, reinterpretadas ao longo dos tempos, apresentam-se de forma diferente, assumindo uma gama de representações, de acordo com o seu lugar de manifestação. Para Brasileiro (2018, p. 38),

Mitos podem ser usados como motivações de resistências culturais, como táticas de sobrevivências de identidades afro-raciais e religiosas, bem como de igual modo, na perspectiva de se manter um *status quo* hierarquizado de dominação e silenciamento da história de um povo.

Na obra de Gabarra (2004), encontramos uma análise aprofundada sobre os mitos de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, e que se relaciona diretamente com o nome dado ao Registro da congada em Uberlândia: Festa em Louvor à Nossa Senhora do Rosário e São Benedito:

A narração sobre N.S. do Rosário foi uma forma de expressar oralmente a cultura que se (re)criava. Assim, as situações que os africanos iam vivendo no Brasil eram registradas na memória oral por meio das histórias contadas sobre a santa. Através da narração não se deixa esquecer o milagre (no sentido figurado) da sobrevivência do povo africano escravizado nas terras brasileiras. Essa história faz parte de uma história que não foi escrita, mas foi vivida, transmitida de pai para filho, de avós para netos. Hoje, a narração está introjetada na alma dos congadeiros, de forma que explica o próprio ritual. Assim, pode ser chamada de mito fundador. Outro mito importante para o ritual é o de São Benedito (Gabarra, 2004, p. 142).

Com o que levantamos, podemos alcançar a compreensão de que o congado está, portanto, inserido entre conflitos e coexistências. Como vimos, os termos “conflito” e “resistências” acompanham tudo o que envolve o patrimônio cultural, ainda que em maior ou menor grau. Tal percepção se respalda nas pesquisas elaboradas sobre as festas, enquanto patrimônio imaterial, fruto das manifestações e memórias de diferentes povos, que coexistem, considerando os diversos territórios de disputa (tangíveis e intangíveis).

Podemos, nesse momento, afirmar que todas as 37 publicações aqui visitadas percorrem, em ao menos um trecho, termos e conflitos comuns. Nas análises, os termos mais encontrados foram: disputas; poder; rebelião; lugares; resistência; ressignificação; encruzilhada; reconstrução; segregação; luta de classes; expulsão (de determinado território). Trata-se de narrativas diretamente vinculadas à historiografia brasileira, uma vez que sua trajetória no Brasil é marcada pela escravização de negros africanos, submetidos aos interesses e subversões de uma elite dominante.

Após dez anos do Registro, como parte da política de patrimônio imaterial, em 2018, o registro da Festa em Louvor à N. S. do Rosário e São Benedito foi revalidado. No mesmo ano, ainda que a Igreja Nossa Senhora do Rosário já fosse tombada como patrimônio material, a Praça da Igreja do Rosário foi Registrada como Patrimônio Cultural Imaterial de Uberlândia, na categoria “Lugar”.

Figura 16 – Festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário.



Fonte: Uberlândia (2018).

Se fizermos uma analogia com os remanejamentos de festa que ocorreram com o carnaval em Uberlândia, podemos ter uma ideia de que, da mesma forma, diversas pressões, no campo da congada, foram experimentadas, para que a manifestação deixasse de acontecer nessa mesma região: o centro de Uberlândia. No entanto, a Igreja do Rosário é indissociável da festa, e esse ponto de acolhida não é negociável. Ali, há mais de cem anos ininterruptos⁵³, os festejos acontecem e simbolizam a perseverança da festa.

A intenção do registro da Igreja foi, portanto, resguardar o espaço e o lugar de celebração que, frente a conflitos urbanos e sociais, se via fortemente ameaçado por interesses opostos à manifestação que toma o centro da cidade, quando da sua realização. Ao procurar por trechos, nas pesquisas, que levantassem tal conflito, chegamos a Mueller

53 Fonte: Dossiê de Registro da Praça do Rosário (Uberlândia, 2018, p. 9).

(2017, p. 67), que, discutindo sobre a disputa de espaços do congado, apresenta em seu texto, uma postagem do perfil “Realidade Uberlandense”, na rede social Facebook:

Figura 17 – Reclamação social sobre a Festa do Rosário.

Realidade Uberlandense
9 de outubro de 2017 ·

RELATO DO SEGUIDOR

Desabafo...

A mais de 1 hora no trânsito pra poder subir a rua Nicomedes... e tudo isso por conta do congado...

Será que tinha ser às 18h, justamente no horário de maior pico?

Tinha que ser no centro? Bem entre as principais avenidas da cidade?

Não sou contra a cultura... mas devemos pensar em uma logística melhor, que atenda à todos os interesses...

Fonte: Mueller (2017, p. 67)

Segundo a autora, a publicação⁵⁴ recebeu rapidamente mil comentários, mais de duas mil curtidas e cento e cinquenta e nove compartilhamentos, o que demonstra, a seu ver, que é um pensamento recorrente em muitas pessoas. A discussão fica em torno de questionamentos e manifestações contrárias à realização da festa no centro, por atrapalhar o cotidiano das pessoas nesses dias de festa. Para a autora, “a grande maioria das pessoas comentou diretamente a legitimidade ou não da Congada acontecer numa região central da cidade, o que evidencia uma disputa pelo uso deste espaço” (Mueller, 2017, p. 67).

Não seria a primeira vez que tentariam retirar as festividades do núcleo central. A Igreja do Rosário foi construída justamente nesse contexto: de afastar o movimento do centro. Quando foi construído, o local encontrava-se distante do centro urbano, com o intuito de retirar essa manifestação do lugar dominado pela elite (branca). Segundo Uberlândia (2020, p. 32), a construção da Igreja do Rosário:

[...] foi iniciada em 1893 em um terreno vago que atualmente se denomina Praça do Rosário que, naquela época, **eram lotes que estavam afastados do centro urbano**. Era uma construção modesta, com estrutura autônoma de madeira e fechamento em tijolos de adobe, frontispício voltado para o antigo Ribeirão São Pedro. Nos anos seguintes, o centro urbano cresceu geograficamente e as imediações da Igreja do Rosário tornaram-se um lugar no qual as famílias tradicionais começaram a edificar suas residências. **Existia um**

54 Em 19 set. 2021, buscamos a postagem no Facebook e constatamos que ela ainda está ativa e ultrapassou dois mil comentários e duas mil curtidas, além de 143 compartilhamentos.

descontentamento da população com aquela construção que era considerada acanhada. Desta forma, por iniciativa de Cícero Macedo, formou-se uma comissão encarregada da construção de uma nova **igreja que fosse “mais condizente com a época”** (Uberlândia, 2020, p. 32, grifo nosso).

Ao nos depararmos com essas pesquisas, percebemos diversos tons de críticas e conflitos que permeiam o congado em Uberlândia. Sabemos que o olhar geográfico enxerga as contradições, os conflitos, as tensões, assim como a cartografia permite problematizar esses temas. No entanto, como todas essas abordagens acerca dos conflitos já foram amplamente discutidas, não aprofundaremos em todas elas, e nem poderíamos, uma vez que nos propusemos a fazer uma síntese para abranger todo o movimento festivo de Uberlândia. Contudo, a menção às tensões e aos conflitos que envolvem os espaços festivos do Congado é inevitável.

Souza e Bertoni (2019), na *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, refletem sobre a violência física seguida da violência simbólica com que a cultura popular é assolada na sociedade. Em sua análise, o popular torna-se belo no momento em que sua força de mudança política por meio dos seus sujeitos é dilacerada pela violência do outro. Para os autores,

A análise da história dos Ternos do Congado, em Uberlândia, traz como preocupação essa problemática de contar mais a narrativa da violência sofrida pelos negros, em Uberlândia, do que o movimento que o constitui como identidade. A memória coletiva do sujeito da cultura popular perpassa pelas violências física e simbólica. Entretanto, seria errôneo considerar, por essa concepção teórica, que o sujeito negro do Terno de Congado se resume de forma restrita ao que o outro nega (Souza; Bertoni, 2019, p. 123).

Importa ressaltar que a intenção da pesquisa analisada, concluem os autores, não se trata de recusar a violência sofrida, mas de dar voz às narrativas atuais, considerando suas novas construções, mais do que repetir a memória do passado; trata-se de uma reescrita do passado por meio da memória do presente:

Trata-se aqui de considerar que o eu, ao se reconhecer nesse processo, produz novos sentidos à história, em que as novas gerações que se lançam para outras referências do movimento negro, para produzir o sentido no cotidiano do Terno de Congado, vão tomado corpo para o significado social do próprio movimento (Souza; Bertoni, 2019, p. 123).

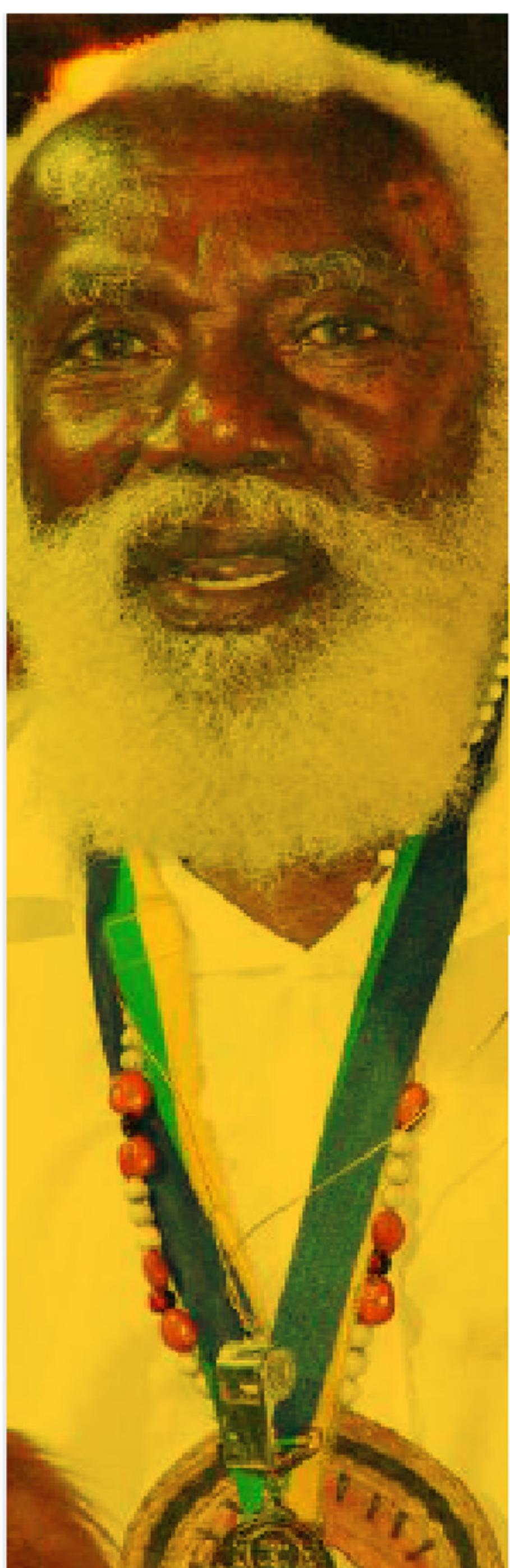
Percebemos, por parte da gestão municipal, um esforço contínuo de alcançar a continuidade das celebrações por meio de ações que visam a difusão, a proteção e a salvaguarda desse bem. Outro ponto a considerar é o crescente movimento jovem que se dedica a essa manifestação. Em 2020, a Diretoria de Igualdade Racial (DiiGUAL), da Secretaria Municipal de Cultura, publicou o catálogo “AFRO: memorial da cultura afro-brasileira de Uberlândia”.

A homenagem ao Capitão Charqueada – a ser observada na Figura 22 – é motivada por sua história. Segundo referido catálogo (Uberlândia, 2020, p. 5), o Capitão Charqueada (Geraldo Miguel), nascido em 01 de janeiro de 1901, e filho de escravos, foi o mais antigo integrante de um Congado em Uberlândia. Segundo a publicação, o capitão foi criado na senzala até conquistar a liberdade.

Vem então para Uberlândia, em 1928, tendo trabalhado para o Senhor João Naves de Ávila, em seu frigorífico. Segundo a publicação:

Aos 90 anos, Charqueada tornou-se Capitão do Terno Moçambique Pena Branca, que anteriormente pertencia ao seu tio Sebastião Apricho, e chamava-se Moçambique de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Em 1959, o terno foi renomeado pela Dupla Pena Branca e Xavantinho, recebendo sua denominação atual. Gozando de plena lucidez e força física e dono de memória invejável, em decorrência de uma parada cardíaca, morre aos 106 anos (DiiGUAL/PMU, 2020, p. 5).

Figura 18 – Página de apresentação do catálogo AFRO.



MEMORIAL DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA DE UBERLÂNDIA ESPAÇO AFRO CAPITÃO CHARQUEADA GERALDO MIGUEL

Entendendo toda fertilidade da cultura afro-brasileira em nossa região e o modo como se faz importante o constante resgate dessas histórias, a Secretaria Municipal de Cultura, por meio da Diretoria de Igualdade Racial, elabora um espaço para que eixos culturais de origem Africana e Afro-brasileira da cidade possam ser enaltecidos, evidenciando frentes que possuem histórias de resistência e luta.

INTENÇÃO

A cidade de Uberlândia possui uma profícua história que forma nossas relações sociais e raciais. A cultura Afro-brasileira é uma das vertentes demarcadoras da resistência de um povo que venceu a escravidão, produziu cultura e tradição. Em nossa cidade podemos vislumbrar essa resistência por meios dos eixos culturais com anos de existência e práticas como: a Congada, Capoeira, Folia de Reis, Religiosidade de Matriz Africana, Carnaval, dentre outros. Todas essas demandas culturais que possuem uma tradição de origem negra, serão contempladas no Memorial da Cultura Afro-brasileira. A intenção do Memorial é expor aos visitantes e a comunidade em geral as histórias que permitem a manutenção e vivacidade das expressões culturais, e reconheçam a cultura por meio da história destes agentes culturais.

Fonte: Uberlândia, Catálogo do Memorial da Cultura afro-brasileira de Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/cultura-em-casa/cultura-afro-brasileira/>

Não se trata apenas de uma publicação. Essa publicação é um catálogo do Memorial de Cultura Afro montado na cidade. Charqueada é o eixo motivador da primeira exposição do local, denominada “Relíquias da Congada – o som da fé”, durante os meses de fevereiro e maio de 2020. Se percorrermos a exposição, passearemos pelos principais elementos e características do Congado e seus Ternos.

Considerando que estamos levantando termos conceituais das festas e das pesquisas, com o intuito de nortear o trabalho para a construção de uma cartografia festiva, faremos a experiência de produzir uma síntese de palavras e de imagens que abarcam as maiores simbologias dos elementos presentes no Congado de Uberlândia, elencados por esse catálogo.

Síntese das simbologias:

ESTANDARTES: identidade; patronos; africanidade; espiritualidade; pureza.

BANDEIRAS: guia; santidade; caminhos; fé; benza; reverência; amor.

BASTÕES: hierarquia; performance; personalidade; terra; liderança; batismo.

TRANÇA FITAS: marinheiros; cântico; mar; solidariedade; coletividade; tradição; sustentação; devoção; movimento.

ORATÓRIOS: individualidade; morada; novenas; devotos; vigília; condutores; N. S. do Rosário; São Benedito; Santa Efigênia.

INSTRUMENTOS MUSICAIS: festejo; ritmo; música; cântico; capitães; madrinhas; caixa; sanfona; viola; pandeiro; chocalho; patagomes; gunga; percussão.

COROAS: capacete; farda; capitães; ancestralidade; liderança; responsabilidade; ornamento; cabeça.

CHAPÉUS: foliões; capitães; destaque; identidade; cor.

FARDAS/FAIXAS/CAPAS: traje; função; identidade; azul, rosa e branco; devoção; empatia; beleza; religiosidade; figurino; adorno; franjas; bordado.

PENEIRAS: símbolo; escravização; encenação; rapadura; café; jatobá; búzios; natureza; sorte; proteção.

Figura 19 – Síntese visual dos principais elementos do Congado.



Fonte: Uberlândia, Catálogo do Memorial da Cultura afro-brasileira de Uberlândia, 2020. Compilação da autora, 2021.

Outra experiência artística que vivencia esse patrimônio festivo de Uberlândia sobre as pessoas do lugar são as Expedições “Congadas Desenhantes”, conduzidas pelo artista plástico e professor Glayson Arcanjo (2009). Com o trabalho, o autor intentou ampliar o olhar das pessoas para a festa, sensibilizando a população por meio de desenhos feitos, por voluntários, alunos e estudantes durante as congadas. Esse projeto, conduzido por aulas de Artes no município, observa que a hibridez dessa festa evidencia sua visualidade “afro-brasileira”. Segundo ARSLAN (2009)⁵⁵,

[...] para compreendermos tal visualidade, precisamos nos afastar de uma noção de arte pura, para nos aproximar de uma organização visual que segue uma outra lógica: da devocão, da exaltação de elementos visuais que memorizam uma cultura africana (na diáspora) ou da momentânea ocupação urbana.

Figura 20 – Arte das “Expedições Congadas Desenhantes” de Glayson Arcanjo, 2009.

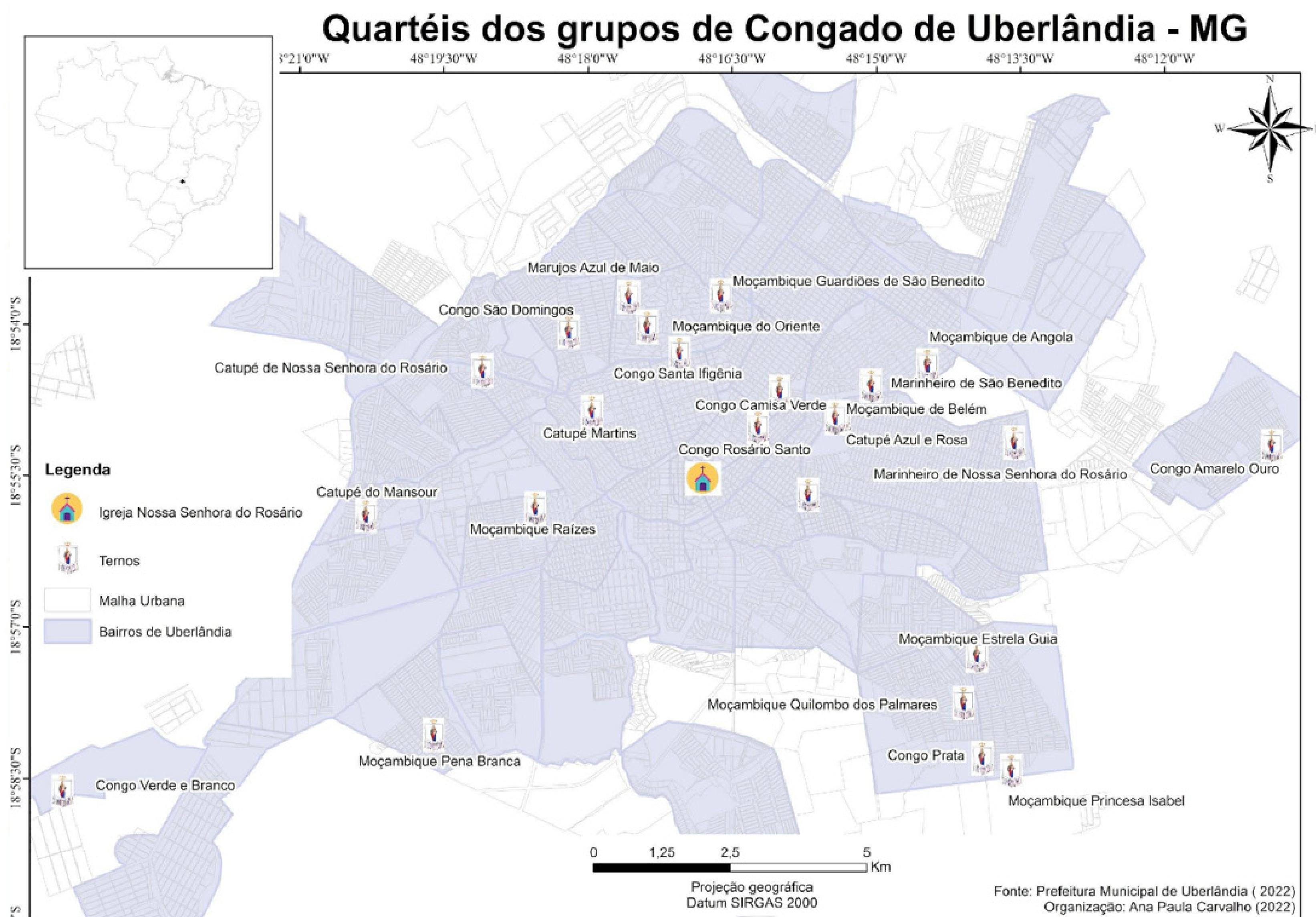


Fonte: Expedições Congadas Desenhantes, ARCANJO, 2009.

55 Luciana Mourão Arslan organiza a produção dos desenhos em um box de postais, contendo um folheto de apresentação, por meio do qual direciona atividades para serem trabalhadas em sala de aula. O organizador de *Congadas Desenhantes* cedeu, pessoalmente, seu material publicado e impresso para essa pesquisa, para que tivéssemos maior contato com as artes.

Com o acesso aos dados e endereços dos grupos de Congado inventariados pelo município e em atividade registrada junto à Associação Nossa Senhora do Rosário, acreditamos na importância de cartografar as suas origens no movimento que percorre toda a cidade até a Igreja do Rosário, no centro da cidade. O Mapa “Congado: dos quartéis à Igreja do Rosário” demonstra que, embora os manifestantes se mantenham fortes e resistentes nessa manifestação, mesmo no processo de gentrificação, percorrem distâncias cada vez maiores para a celebração de sua festa.

Mapa 10 – Congado: dos quartéis à Igreja do Rosário.



Fonte: Carvalho (2022).

4.

CARTOGRAFIA FESTIVA
DE UBERLÂNDIA-MG

Além deste livro, originado da Dissertação de mestrado, a cartografia produzida deu origem a uma segunda publicação, a *Cartografia Festiva de Uberlândia-MG*. Trata-se de um atlas das festividades urbanas e rurais do município, existentes ao longo de sua história de ocupação. A pesquisa bibliográfica e documental apontou não só para um repertório e um calendário festivo intenso, mas também para uma gama de pesquisadores e instituições motivados por este fenômeno festivo. Esta cartografia é uma proposta que reconhece essa produção bibliográfica existente e faz a síntese dos elementos determinados em uma perspectiva espacial. Buscando privilegiar as visualidades do patrimônio por meio de mapas, imagens e símbolos, delineamos o seu conteúdo de forma a mostrar as festas carregadas de significações, movimentos e relações socioterritoriais, envoltas em seus lugares de celebração, manifestação e afetividade.

Objetivando ampliar a compreensão das festas e das produções existentes, de acordo com o território e o lugar que ocupam no município, bem como sua dinâmica socioespacial, intentamos demonstrar, por meio de uma cartografia cultural, onde e como as festas ocorrem, considerando laços comuns entre os detentores e realizadores; bairros de permanência, origem e movimento; o que têm de singular; como se realizam; os movimentos, por onde circulam na cidade; a relação com lugares de memória e patrimônios edificados, entre outros aspectos.

Norteado pela elaboração de mapas que envolvem cada festa individualmente, o mapeamento temático elaborado é conduzido pelas principais observações e análises de dados levantados, para além das reflexões teóricas que promovemos aqui. Sob a perspectiva da cartografia como linguagem, mais social, mais real e mais alternativa, essa cartografia proposta enfatiza menos o mapa no sentido técnico (carto) e mais no sentido gráfico (grafia), como propõe Seemann (2003), ao observar que “o espaço não seria expresso pela fria geometria das distâncias físicas estabelecidas pela escala de um mapa, mas conforme fatores como tempo, decisões, preferências e outras visões subjetivas”. Assim, ao contrário de enxergar os mapas como instrumentos de tortura para o leitor, objetivamos concebê-los como linguagem indissociável do patrimônio cultural, das manifestações populares, vinculados às nossas práticas identitárias próprias do nosso lugar social.

Em formato digital, disponibilizado gratuitamente, o livro será publicado pela Editora überlandense Culturatrix, sob o selo didático-pedagógico Africanidades. Esta obra se apresenta por meio das cores mais encontradas na simbologia das representações das festas aqui estudadas. Durante a pesquisa, foi observado que fitas coloridas são afetas às 4 festas, bem como a diversidade de cores presentes em seus elementos,

como fitas, chapéus, vestimentas, bandeiras, bastões, alegorias, entre outros. Dentre tantas simbologias, as fitas coloridas estão norteando a arte gráfica do presente produto, ao lado de imagens, ilustrações e fotografias encontradas durante o levantamento bibliográfico e documental.

A cartografia festiva de Uberlândia foi inicialmente produzida pensando nos diversos usuários dessas informações: pesquisadores, detentores dos bens culturais, gestores de patrimônio cultural e gestores municipais. No entanto, ao apresentar o material a educadores e instituições, descobrimos o seu potencial e o seu valor didático-pedagógico, sob o olhar das Diretrizes curriculares Nacionais em conformidade com o espírito da Lei 10.639/03 e das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”. Assim, em 2023, a Culturatrix fez o convite de publicação da obra pelo Selo Africanidades, que tem por objetivo publicar obras que possam auxiliar os profissionais da educação no trato deste conteúdo em sala de aula.

Se por um lado a *Cartografia Festiva de Uberlândia* vai alcançar as salas de aula e fortalecer a identidade e o patrimônio festivo junto a crianças e jovens, o presente livro é o resultado de um mapeamento documental, territorial e cultural que procura subsidiar pesquisas, produções culturais, planos de salvaguarda dos bens registrados e inventariados, que visa o alcance do tema em discussões e engajamentos políticos e sociais, em defesa da efervescência festiva do município. Pretende ainda motivar os leitores a se envolver com a sua realização e preservação, enxergando-se parte da manifestação.

Nós – a sociedade, e em sociedade – precisamos perceber a capacidade de diálogo social do patrimônio festivo enquanto patrimônio cultural imaterial estreitamente enraizado nas práticas urbanas, como observação de que quanto mais a produção acadêmica dialoga entre si e com a comunidade, mais seremos capazes de perceber a nossa atuação, no meio em que ocorrem, na vida real. E, para isso, acreditamos que assentar a teoria em uma cartografia cultural, afetiva, temática e comprehensível é um caminho propício ao sucesso da sustentabilidade das manifestações culturais.

Academicamente, é possível perceber não só a importância do olhar geográfico e histórico sobre as festas populares enquanto patrimônio cultural, mas da necessária movimentação em prol dos usos sociais e práticos da produção acadêmica. O conhecimento adquirido e construído em pesquisas no seio acadêmico tende a dissociar-se das práticas sociais e culturais, encontrando-se, muitas vezes, fora do alcance e das vistas de quem poderia e deveria utilizar seu conteúdo para a efetiva melhoria social.

No que concerne à preservação do patrimônio cultural, tema central desta discussão, esperamos que o trabalho e a cartografia elaborada possam subsidiar novas pesquisas, motivar estudantes e pesquisadores na temática, e, sobretudo, na prática, auxiliando na preservação e na gestão desse patrimônio festivo, a partir dos dados e mapas apresentados. A Cartografia Festiva de Uberlândia apresenta-se como um inventário das espacialidades das festas, e só foi possível porque os detentores, apesar de todas as relações e contradições espaciais demonstradas neste livro, superaram tantos obstáculos e, de fato, são os grandes autores da preservação desse patrimônio.

Tais relações/contradições sociais abrangem, entre outros aspectos, o êxodo rural, que provocou uma reterritorialização das práticas rurais no urbano; os processos de segregação urbana; a relação centro-periferia e as disputas pelas centralidades urbanas; distâncias e fragmentação urbana, a exemplo da Folia, que antes girava a cavalo e fazia seus pousos nas casas da zona rural – dinâmica essa que foi alterada no contexto urbano.

Em síntese, intentamos demonstrar e reafirmar essa resistência cultural do patrimônio festivo na dinâmica espacial de Uberlândia. Além disso, ratificar as suas múltiplas importâncias e congruências na formação do território e na vida do nosso povo, tão diverso, tão festivo, e tão representativo na formação cultural das atuais e novas gerações. O resultado deste trabalho é revelado pela cartografia, que traz algo muito interessante: a centralização das festas, reforçando a fenomênica relação centro-periferia. E ainda se traduz no olhar geográfico a que nos propusemos, saindo da ideia de mapa como técnica de localização, mas como técnica, ciência e arte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, festa e patrimônio são objetos de estudos que, de uma perspectiva espacial, manifestam diversas dinâmicas socioculturais. Assim, entremeamos pelos campos da História e da Geografia para a condução da pesquisa de mestrado e percebemos, a partir do encontro com pesquisadores de diversas outras áreas, que é sim possível narrar a identidade vinculada à territorialidade e ao lugar sagrado de suas raízes, reafirmando, assim, nossa hipótese inicial.

São quatro as festas tradicionais marcantes no município de Uberlândia, abrangendo a sede e os distritos: carnaval, folias de Reis, festas juninas e congado. Desses, apresentam-se como festas rurais as festas juninas e as folias de Reis. Já na categoria festas urbanas, encontram-se o carnaval e o congado. Após estudo, observamos quais informações poderiam ser somadas à cartografia, de forma a possibilitar uma melhor compreensão das festividades locais, atreladas aos seus lugares de origem, registro, mobilização e manifestação.

No que concerne ao Carnaval, o olhar geográfico destacou os muitos lugares de ocorrência dos desfiles de escolas de samba, em função dos interesses sociais, comerciais e políticos. Já o Congado chamou nossa atenção para os processos de gentrificação e distanciamento dos manifestantes de seu polo: o bairro Patrimônio e a Igreja do Rosário, no centro.

Com relação às Folias de Reis, o movimento mais delineado pelas pesquisas é o percurso que os grupos de Folia percorrem, partindo do seu local de registro até a Capela dos Santos Reis, nos encontros de Folia, em diferentes momentos do ano. Por fim, no âmbito das festas juninas, identificamos mais de 30 festas – paroquiais, institucionais ou comunitárias. Assim, buscamos retratá-las no território, em seus lugares de ocorrência.

Para a produção dos mapas, a planta urbana do município foi utilizada em sua versão mais atualizada pela Prefeitura de Uberlândia, de forma que alguns bairros mais recentes talvez não estejam representados. Devido ao grande número de pesquisas, muitos recortes poderiam ter sido apreendidos para uma vasta produção cartográfica, em diversos sentidos da festa. No entanto, o foco cartográfico foi retratar a efervescência festiva, no espaço que direta ou indiretamente ocupam no município, seja no ato de suas realizações, seja no contexto social em que se inserem os grupos de detentores e realizadores das festas.

Esta obra conclui, pela cartografia e pelos quadros produzidos, que o município resiste às complexidades da vida moderna e globalizada, adaptando-se às novas configurações sociais e de mobilidade urbana, mantendo sua efervescência festiva. Em Cartografia

Festiva de Uberlândia, os mapas somam-se a outros elementos gráficos, textuais e visuais de grande significado para a construção de um pensamento observador e crítico que revela pontos cruciais para a compreensão da história, da festa e do movimento festivo no território da cidade.

O mapa “Efervescência festiva dessa Terra Gentil” revela um fenômeno, uma dinâmica do lugar, permitindo que o leitor tenha uma dimensão de onde se localizam as manifestações, a partir dele. Em seguida, diante dos demais mapas, o leitor pode se sentir destrinchando as manifestações e os seus lugares de celebração e permanência, para perceber o território de cada uma, visto que este mapa foi produzido com a sobreposição dos levantamentos inseridos nas demais cartas.

O trabalho demonstra o quanto a cartografia cultural propicia melhores condições de materialidade e geograficidade, à medida que mapeia os sentidos e as conexões humanas ao se conectar com o patrimônio cultural. Ao reunir tantas pesquisas, compilar, ordenar e facilitar a compreensão de dados encontrados em trabalhos de diferentes áreas e campos semânticos, pudemos perceber como estão sendo tratadas as questões desse patrimônio festivo, e se refletem nas ações institucionais e sociais de preservação do patrimônio cultural.

No entanto, grande e complexo é o desafio da preservação do patrimônio, sobretudo esse, intangível e dinâmico, por natureza. O patrimônio festivo está em constante movimento e seus passos, infelizmente, não são sempre guiados pelos cantos, danças e gingas da tradição festiva, mas pelos interesses econômicos, territoriais, comerciais e políticos, que freiam gravemente os avanços das práticas protetivas. As pesquisas encontradas, demonstradas aqui por suas elucidações, análises, indagações e reflexões acadêmicas nos parecem, muitas vezes, abafadas em repositórios, após tanto esforço para colaborar de forma efetiva com o direito de manifestar suas identidades e memórias.

Concluímos, porém, que as políticas de preservação do patrimônio cultural têm tido relativa melhora e significância a partir do momento em que detentores e manifestantes envolvidos diretamente nessas expressões passam a ocupar mais espaço social, a partir do seu envolvimento com a universidade e as políticas públicas, ao mesmo tempo que lideram e/ou compõem ativamente os seus grupos de memória e celebração. Adentrando tais espaços, os pesquisadores festeiros passam a construir uma ponte entre a gestão patrimonial e a sua efetiva realização, ao passo que ampliam a participação social nas decisões que afetam a sua permanência identitária.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

AGIER, Michel. Distúrbios Identitários em tempos de globalização. **Maná**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 7–33, out. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v7n2/a01v07n2.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2020.

ALMEIDA, Maria Geralda de; OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro; VARGAS, Maria Augusta Mundim. A dimensão territorial das festas populares natalinas e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1–16, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820813.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

AMARAL, Rita de Cássia de Mello *et al.* **Festa à brasileira – significados do festejar no país que\’Não é Sério\’**. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ANDRADE, Oswald de. **Manifesto Antropofágico**. Rio de Janeiro: Revista de Antropofagia, 1928.

ARCANJO, Glayson. (org.). **Expedições Congadas Desenhantes**. Belo Horizonte: Halt Gráfica, 2009.

BARBOSA, João Guilherme Machado; SOUZA JÚNIOR, Carlos Roberto Bernardes de. Globalização e Choques Culturais no Bairro Patrimônio em Uberlândia-MG. 2014. **I Simpósio Mineiro de Geografia**: das diversidades à articulação geográfica. Universidade Federal de Alfenas-MG, de 26 a 30 maio 2014. Disponível em: <https://bityli.com/uKHqKEv>. Acesso em: 02 nov. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. [L'Analyse de Contenu] Traduzido por Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARQUERO, Antonio Vasquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001.

BARROS, Klebston Ferreira. **Associação dos Nordestinos em Uberlândia**: uma análise das manifestações populares nordestinas inseridas no contexto progressista überlandense (1989–2001). 2001. 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20428>. Acesso em: 7 jul. 2021.

BÍBLIA SAGRADA. Edição Claretiana. São Paulo: Editora Ave Maria, 2006.

BONESSO, Márcio. **Encontro de bandeiras:** o ciclo festivo do Triângulo Mineiro. 2006. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

BRASILEIRO, Jeremias. Coexistência cultural e religiosa: um diálogo entre as congadas e o catolicismo popular. **RELICÁRIO – Revista do MAS Uberlândia**, v. 5, p. 35-51, 2018.

BRASILEIRO, Jeremias. **Congadas de Minas Gerais.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2001.

BRASILEIRO, Jeremias. **O Congado (a) e a permanência do racismo na cidade de Uberlândia-MG:** resistência negra, identidades, memórias, vivências (1978-2018). 2019. 268 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.609>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BRASILEIRO, Jeremias. **Relatório de registro de bem imaterial:** Praça do Rosário. Lugar. Prefeitura de Uberlândia. Secretaria de Cultura e Turismo: Uberlândia, Minas Gerais, 2018.

CABEÇA, Sónia Moreira. 2018. Mapeamento vultural: uma metodologia sustentada para o patrimônio cultural imaterial. **Memoriamedia**. Review 3, Art. 5. CIEO – Centro de Investigação sobre Espaço e as Organizações (10 p.).

CALÁBRIA, Juliana. **Distintas possibilidades de negritude e tradição:** um estudo sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Uberlândia-MG. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

CARVALHO, Ana Paula. **Uberlândia e a espacialidade festiva:** por uma cartografia das festas populares rurais e urbanas. 2022. 138 f. Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, GO, 2022.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: CHUVA, Márcia. História e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, p. 149-166, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

CORDAZZO, Scheila Tatiana Duarte; VIEIRA, Mauro Luiz. I. Perspectivas no estudo do brincar: um levantamento bibliográfico. **Aletheia**, n. 26, p. 122-136, 2007.

CORSI, Elaine. **Patrimônio cultural arquitetônico e plano diretor em Uberlândia**: uma proposta de revitalização para os distritos de Miraporanga, Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16174>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CÔRTES, Aline Soares. **Sustentabilidade do patrimônio cultural e as capelas rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**: a Capela da Saudade de Uberlândia (MG). 2019. 397 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2276>. Acesso em: 27 jul. 2021.

CÔRTES, Aline Soares; VALE, Marília M. B. T. Inventário das Capelas Rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. **3º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil**. Belo Horizonte/MG – de 08 a 10/05/2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/334491252>. Acesso em: 1 set. 2021.

CRUZ, Mércia Socorro Ribeiro; MENEZES, Juliana Santos; PINTO, Odilon. Festas culturais: tradição, comidas e celebrações. **Encontro Baiano de Cultura**, v. 1, 2008.

DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano**: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha-MG (1888-1929). 2009. 203 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103114>. Acesso em: 1 nov. 2020.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **O patrimônio natural no Brasil**. Rio de Janeiro, 2004.

FARIA, Arley Haley; SANTOS, Rosselvelt José. Territórios de direitos culturais e étnicos das religiões de matriz africana em Uberlândia, MG (Territories of cultural rights and ethnic of the religions of african matrix in Uberlândia, MG). **Mercator**, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 19-27, nov. 2008. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/173>. Acesso em: 3 ago. 2021.

FERREIRA, André Luís Monteiro. **Foliões reelaborando vivências regionais**: Folia e Festa de Reis na região do córrego Água Limpa. Uberlândia-MG. 2006. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19173>. Acesso em: 4 ago. 2021.

FRANÇA, Maria de Fátima Nunes de; SOUZA, Rosanne Maria Nascimento de. Capítulo 4: Festa Junina, tradição representativa da cultura popular no Brasil. **Cultura, arte y sociedad**. Argentina: Edulp, 2021. p. 64.

FREITAS, Sheille Soares de. **Por falar em culturas...**: histórias que marcam a cidade – Uberlândia-MG. 2009. 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16279>. Acesso em: 13 jul. 2021.

GABARRA, Larissa Oliveira. **Dança da tradição**: congado em Uberlândia-MG (Século XX). 2004. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

GABARRA, Larissa Oliveira. **O Reinado do Congo no Império do Brasil**: Congado de Minas Gerais no século XIX e as memórias da África Central. Rio de Janeiro, 2009. 296 p. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GOLOVATY, Ricardo Vidal. **Cultura popular**: saberes e práticas de intelectuais, imprensa e devotos de Santos Reis, 1945–2002. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. Disponível em: <http://www.nephispo.inhis.ufu.br/node/83>. Acesso em: 13 jul. 2021.

GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GOMES, Rafael Barros. **Minha fé não é cultura**: a eficácia da magia e as amarras do estado. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

INÁCIO, Juliana Lemes. **A gente tem que ficar onde tem serviço** : memórias e experiências de trabalhadores no Distrito de Tapuirama, Uberlândia / MG. 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16545>. Acesso em: 7 ago. 2021.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Saberes, fazeres, gingas e celebrações**: ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002–2018. Brasília-DF, 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sfgec.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.

LIMA, Luana Nunes Martins de. **Lugar e memória**: o patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência. 2017. 394 f. il. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24935>. Acesso em: 4 set. 2021.

MACHADO JUNIOR, Juscelino Humberto Cunha. **A poética do vernáculo**: os painéis de Geraldo Queiroz no Triângulo Mineiro. 2010. 328 f. Dissertação (Mestrado em Linguística, Letras e Artes) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/12289>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MARQUES, Luana Moreira. **A festa em nós**: fluxos, coexistências e fé em Santos Reis no Distrito de Martinésia Uberlândia/MG. 2011. 238 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16140>. Acesso em: 5 set. 2021.

MARQUES, Luana Moreira. O catolicismo rústico e a festa popular: dimensões urbanas e rurais da festa de Santos Reis no Distrito de Martinésia, Uberlândia/MG. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. **Territórios em disputa**: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia. 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_engae_2012/eixos/1382_1.pdf. Acesso em: 5 ago. 2021.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MUELLER, Izis Guimarães. A Congada resiste. Reflexões sobre a Festa da Congada na cidade de Uberlândia-MG. **Anais do V Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**: XX anos do Curso de Ciências Sociais-UFU. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2017, p. 59.

NASCIMENTO, Mara Regina do; PAULA, Durval Saturnino Cardoso. de. Festa e devoção em Cruzeiro dos Peixotos, Uberlândia, MG (Party and devotion in Cruzeiro dos Peixotos, Uberlândia, MG). **HORIZONTE – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 9, n. 20, p. 41–63, 26 abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2011v9n20p41>. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2011v9n20p41>. Acesso em: 19 jul. 2021.

NERY, Vanda Cunha Albieri. Folias e Festas de Reis: o mundo ritualístico dos cantadores da fé. XXVII Intercom Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: comunicação, acontecimento, memória, 2004, Porto Alegre RS. **Anais da XXVII Intercom Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Porto Alegre RS: PUC RS, 2004. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/14777518471807701341913572431048975_5722.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

NERY, Vanda Cunha Albieri. Samba no pé... alegria na avenida. Um estudo do carnaval de rua à luz da folkcomunicação. **Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Porto Alegre, RS. 30 de agosto a 3 de setembro de 2004.

NÓR, S. O lugar como imaterialidade da paisagem cultural. **Paisagem e Ambiente**, [S. l.], n. 32, p. 119-127, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/88090>. Acesso em: 19 set. 2021.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 8 jun. 2020.

OLIVEIRA, Hélio Carlos de et al. **Entre Cruzeiro dos Peixotos e Uberlândia (MG)**: discussões acerca da relação campo-cidade. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Laboratório de Geografia Agrária, II Encontro de Grupos de Pesquisa, 2006. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t23.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2021.

OLIVEIRA, Rosyane. **Carnaval**: da festa popular à regulamentação: Uberlândia, 1983 a 1997. 1999. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20521>. Acesso em 2 ago. 2021.

PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Cultural: conhecendo um pouco mais. In: PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009. p. 19-41.

PREZIA, Benedito. As raízes indígenas das festas juninas. **Comunidade Eclesial**, 2021.

SANTOS, Fernanda. **Negros em movimento**: sentidos entrecruzados de práticas políticas e culturais (Uberlândia / 1984-2000). 2011. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16399>. Acesso em: 3 ago. 2021.

SANTOS, Milton. **Metamorfozes do espaço habitado**, fundamentos teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo, 1988. Disponível em: <https://bitly.li.com/lkEZVr>. Acesso em: 13 set. 2021.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico e informacional. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Rosselvelt José; DE SOUZA JÚNIOR, Carlos Roberto Bernardes. ‘Já dancei congadas, folias e carnavais’: a festa na condição de resíduo e ato territorial no bairro patrimônio em Uberlândia-MG. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 38, n. 1, p. 73-84, 2016.

SEEMANN, Jörn. Mapas, mapeamentos e a cartografia da realidade. **Geografares**, [S. l.], n. 4, 2003. DOI: <https://doi.org/10.7147/GEO4.1080>. Disponível em: <https://bitly.li.com/zSiolJ>. Acesso em: 9 jul. 2022.

SEEMANN, Jörn. Cartografia e cultura: abordagens para a geografia cultural. In: ROSENDALH, Zeny; CORREA, Roberto Lobato. (org.). **Temas e caminhos da geografia cultural**. Rio de Janeiro: Editora de UERJ, 2010. v. 1, p. 115-156.

SILVA, Antônio Pereira da. **As histórias de Uberlândia**. Prefeitura de Uberlândia: Uberlândia, 2002.

SILVA, Antônio Pereira da. **A história do carnaval de Uberlândia – de 1901 a 2000**: 100 anos de folia. Uberlândia: Editora Leiditathi, 2007.

SILVA, Renata Rastrelo. Martinésia e as Festas de São João Batista. **Caminhos da Geografia**, v. 6, n. 14, p. 11-26, 2005.

SILVA, Renata Rastrelo. **Memórias, imagens e experiências**: o município de Uberlândia a partir de seus Distritos-MG (1980-2012). 2014. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ufu.te.2014.94>. Acesso em 7 ago. 2021.

SOARES, Inês Virgínia Prado Soares. **Direito ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SOUTO REZENDE, André; MASSEY, Doreen B. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 215-219, 2009.

SOUZA, Gerson de; BERTONI, Clarice. A produção de sentido na dialética da reconstrução histórica do Congado em Uberlândia. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 6, n. 2, p. 109–125, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21814/rlec.2112>.

TELLES, Mário F. P. Direitos culturais e a proteção jurídica do patrimônio arqueológico brasileiro: notas sobre a Lei nº 3.924/61. **Revista Direitos Culturais**, [S.l.], v. 4, n. 6, p. 199–212, dez. 2009. Disponível em: <https://bityli.com/vYVsbJ>. Acesso em: 19 ago. 2020.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmidiáticos. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 1, n. 5, p. 1–9, 2005.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. Festas populares. In: GADINI, Sérgio Luiz; WOITOWICZ, Karina Janz. **Noções básicas de folkcomunicação**: uma introdução aos principais termos, conceitos e expressões. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Desvelando heranças, tradições e práticas de jovens de Japaratuba/SE. **Revista Cerrados**, Montes Claros/MG, v. 15, n. 1, p. 03–29, jan./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22238/rc24482692v15n12017p03a29>.

VARGAS, Maria Augusta Mundim; ALMEIDA, Maria Geralda de. Festas populares dos ciclos junino e natalino em Goiás e Sergipe/Brasil. **La Fiesta: Estudios sobre fiesta, nación y cultura en América y Europa. Simposio Fiesta, Migración y Etnicidad**: Colombia, 2018. p. 331–348.

DOCUMENTOS

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituciao34.htm. Acesso em: 7 nov. 2021.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituciao37.htm. Acesso em: 8 maio 2020.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituciao46.htm. Acesso em: 5 ago. 2022.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 9 maio 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 maio 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei n° 25**, de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 10 maio 2020.

BRASIL. **Decreto n° 44.851**, de 11 de novembro de 1958 – Promulga a Convenção e Protocolo para a Proteção de Bens Culturais em caso de conflito armado, Haia, 1954. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D44851.htm. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. **Lei n° 3.924** de 26 de junho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jul. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm. Acesso em: 1 jul. 2021.

BRASIL. IPHAN. **Portaria n° 200**, de 18 de maio de 2016. Brasília, 20 de maio de 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_n_200_de_15_de_maio_de_2016.pdf. Acesso em: 5 set. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa n° 17**, de 28 de dezembro de 2009. 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/portarianormativa-17mp-pdf>. Acesso em: 4 set. 2021.

CARTA DE VENEZA. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>. Acesso em: 4 ago. 2020.

COMPAC. **Parecer sobre o Registro das Folias de Reis**. Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia, 2016. Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/Dossiê-de-Registro-daFolia-de-Reis-Uberlândia.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2021.

IEPHA, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Cadastro das Folias de Minas Gerais**. Inventário das Folias de Minas. Belo Horizonte: IEPHA/DPM/GPI, 2016. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/component/phocadownload/category/21-as-folias-de-minas>. Acesso em: 24 ago. 2021.

IEPHA, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Dossiê Folias de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Cadernos do Patrimônio, 2018. 68 p. Disponível em: http://www.iepha.mg.gov.br/images/com_arismartbook/download/20/As%20Folias%20de%20Minas.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

IEPHA, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Lista de Folias cadastradas**. Belo Horizonte: Minas Gerais, 2020.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial**: o registro do patrimônio imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: 4. ed., 2006. 140 páginas. Disponível em: <https://bitlyli.com/cyEhZq>. Acesso em: 4 set. 2021.

IPHAN. Processo nº 01450.016348/2008049 – **Instrução para Registro das Congadas de Minas** – Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, 2008.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 10.662**. Estabelece normas de proteção do patrimônio cultural do município de Uberlândia. Diário Oficial de Uberlândia: Uberlândia, 13 dez. 2010.

UBERLÂNDIA, Diretoria de Igualdade Racial/SMC. **Catálogo AFRO memorial da cultura afro-brasileira de Uberlândia**. Uberlândia: Secretaria Municipal de Cultura 2020b. 18 p. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/cultura-em-casa/cultura-afro-brasileira/>. Acesso em: 14 set. 2021.

UBERLÂNDIA, Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico. **Patrimônio cultural**: que bicho é esse? 4 ed. Uberlândia: Secretaria Municipal de Cultura, 2020a. 76 p. (Cartilha de Educação Patrimonial). Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Cartilha-2020.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

UBERLÂNDIA, Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico. **Dossiê de Registro do Congado**. Uberlândia: Secretaria Municipal de Cultura, 2008.

UBERLÂNDIA, Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico. **Dossiê de Registro da Praça Nossa Senhora do Rosário**. Uberlândia: Secretaria Municipal de Cultura, 2018.

UBERLÂNDIA. Secretaria de Cultura e Turismo. **Guia Turístico de Uberlândia**. Uberlândia, 2019.

DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS

Figura 1

UBERLÂNDIA. Cartilha Nossas Histórias: lugares e memórias. **Escola Estadual Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa**. 1930. 1 fotografia. Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/cartilha-nossas-historias.pdf>

Figura 2

IPHAN. Saberes, fazeres, gingas e celebrações. **Política Nacional do Patrimônio Imaterial**. 2018, p. 16. 1 elemento gráfico. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sfgec.pdf>

Figura 3

UBERLÂNDIA. **Guia Turístico da cidade de Uberlândia-MG**. 2019. 1 cartaz. Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wpcontent/uploads/2020/12/Modelo-guia-Tur%C3%ADstico-atualizado-25-11-2019.pdf>

Figura 4

IEPHA. **Dados espaciais dos bens registrados em Minas Gerais**. 2021. 1 snapshot de dados espaciais no Google Earth. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegi-do/dados-geoespaciais/category/32-dados-espaciais-registro>

Figura 5

QUEIROZ, Geraldo. **Painel Ciranda de Crianças**. 1956. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/patrimoniohistorico/bens-tombados-e-registrados/geraldo-queiroz-mosaico/>

Figura 6

CARVALHO, Ana Paula. **Festa junina do Mercado Municipal em 2022**. 1 fotografia.

Figura 7

DIÁRIO DE UBERLÂNDIA. **9º edição do concurso de quadrilhas de Uberlândia. 2019.** 1 fotografia. Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/21243/aberta-a-temporada-de-festas-junina-s-em-uberlandia> Encenação de quadrilha no Circuito junino

Figura 8

IEPHA. Cadastro das Folias de Minas. **Grupos de Folia de Reis cadastrados pelo IEPHA, em 2016.** 2016. 1 snapshot de gráfico. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/component/phocadownload/category/21-as-folias-de-minas>

Figura 9

UBERLÂNDIA. **Foliões durante Encontro de Folias, em Uberlândia.** 2016. 1 fotografia. Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/Dossi%C3%AA-de-Re gistro-da-Folia-de-Reis-Uberl%C3%A2ndia.pdf>

Figura 10

UBERLÂNDIA. **Folia de Reis da Companhia de Reis Rosário de Maria.** 2018. 1 fotografia. Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/Dossi%C3%AA-de-Re gistro-da-Folia-de-Reis-Uberl%C3%A2ndia.pdf>

Figura 11

UBERLÂNDIA DE ONTEM E SEMPRE. **Frame do vídeo “O carnaval chega a Uberlândia”.** 2013. 1 snapshot de vídeo. Disponível em: <http://www.museuvirtualdeuberlandia.com.br/site/o-carnaval-chega-a-uberlandia/>

Figura 12

UBERLÂNDIA/Acervo Público de Uberlândia. **Baile de Carnaval no Uberlândia Clube.** [1937]. 1 fotografia. Disponível em: <https://historia-de-uberlandia.webnode.page/>

Figura 13

RIBEIRO, Marcos. **Desfile da Escola de Samba Tabajara.** 2014. 1 fotografia. Disponível em: <http://grupbairropatrimonio.blogspot.com/2014/>

Figura 14

TV INTEGRAÇÃO. **Carnaval à moda antiga, Praça Clarimundo Carneiro.** (s/d). 1 fotografia. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2022/02/07/carnaval-2022-mesmo-sem-folia-ponto-facultativo-e-mantido-em-alguns-municípios-do-triangulo-noroeste-de-mg-e-alto-paranaiba.ghtml>

Figura 15

ACERVO PARTICULAR. Jeremias Brasileiro. **Os primórdios do Congado de Uberlândia.** [ca.1876]. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2018/08/31/festa-do-congado-antecedente-historia-de-uberlandia-e-fortalece-identidade-cultural-da-cidade.ghtml>

Figura 16

UBERLÂNDIA. **Festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário.** 2018. 1 fotografia. Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/Parte-1.pdf>

Figura 17

MUELLER, Izis Guimarães. **Reclamação social sobre a Festa do Rosário.** 2017. 1 snapshot de postagem em rede social. Disponível em: <https://www.facebook.com/realidadeuberlandense/posts/1560924500640278%3E>

Figura 18

UBERLÂNDIA. **Página de apresentação do catálogo AFRO.** 2020. 1 capa de catálogo. Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/cat%C3%A1logo-Memorial-Afro.pdf>

Figura 19

CARVALHO, Ana Paula. **Síntese visual dos principais elementos do Congado.** 2021. 1 compilação da autora. Montagem a partir das imagens disponíveis em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/cat%C3%A1logo-Memorial-Afro.pdf>

Figura 20

ARCANJO, Glayson. **Arte das “Expedições Congadas Desenhantes” de Glayson Arcanjo.** 2009. 1 ilustração. Disponível em: <http://congadasdesenhantes.blogspot.com/>

2ITE2

Bens Imateriais Registrados. **IPHAN:** 2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/606>

Bens inventariados. **Prefeitura Municipal de Uberlândia:** s/d. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/patrimoniohistorico/bens-inventariados/>

Câmara volta atrás e decide votar a aprovar verba de 1 milhão para escolas de samba se restabelecerem. **Diário de Uberlândia**: 2021. Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/29807/-camara-volta-atras-e-decide-votar-eaprovar-verba-de-r-1-milhao-para-escolas-de-samba-em-uberlandia>

Capela centenário na zona rural de Uberlândia. **Museu Virtual de Uberlândia**: 2015. Documentário. Disponível em: <https://www.museuvirtualdeuberlandia.com.br/site/capela-centenario-na-zona-rural-de-uberlandia/>

Carnaval 2022: secretaria de Cultura e Turismo diz que Uberlândia não terá desfile e que verba de R\$1 milhão é para escolas se restabelecerem. **G1 notícias**: 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2021/11/25/carnaval-2022-secretaria-de-cultura-e-turismo-diz-que-uberlandia-nao-tera-desfile-e-que-verba-de-r-1-milhao-e-para-escolas-se-restabelecerem.ghtml>

Carnaval. **Prefeitura Municipal de Uberlândia**: s/d. Disponível em: <https://bityli.com/RhHxae>

Cartilha Nossas Histórias: lugares e memórias. **Prefeitura municipal de Uberlândia**: 2017. Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/cartilha-nossas-historias.pdf>

Círculo Junino em Uberlândia: confira a programação. **G1 notícias**: 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/06/07/circuito-junino-em-uberlania-confira-a-programacao.ghtml>

Corso (carnaval). **Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular** (CNFCP). Dicionário. s/d. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/tesauro/00000074.htm>

Cruzeiro dos Peixotos: vida na roça perto da cidade. **Uberlândia de Ontem & Sempre**: 2015. Documentário. Disponível em: <https://www.museuvirtualdeuberlandia.com.br/site/cruzeiro-dos-peixotos-vida-na-rocaperto-da-cidade/>

Distrito de Martinésia: em primeiro lugar a escola. **Museu Virtual de Uberlândia**: 2015. Disponível em: <https://www.museuvirtualdeuberlandia.com.br/site/distrito-de-martinesia-teve-origem-em-homenagem-a-sao-joao-batista/>

Linha do Tempo IPHAN. **IPHAN**: 2018. Disponível em: <http://www.juniornsv.com.br/80anos/>

Livro de Receitas Delícias Juninas com Cultura. 2º edição. **Prefeitura municipal de Uberlândia**: 2022. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/cultura-em-casa/literatura/>

SILVA, Antônio Pereira da. O carnaval chega a Uberlândia. In: **Uberlândia de Ontem & Sempre**: 2006. Entrevista em vídeo. Disponível em: <http://www.museuvirtualdeuberlandia.com.br/site/o-carnaval-chega-a-uberlandia/>. Acesso em: 1 ago. 2021.

SIMAS, Daniele. O desmonte do Morro do Castelo. **Biblioteca Nacional**: 2020. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/desmonte-morro-castelo>. Acesso em: 08 ago. 2021.

Sobre a autora

Sou uma orgulhosa Uberlandense, transeunte de muitos bairros, em especial o Martins e o Santa Mônica, os quais acredito estar vinculados diretamente à pessoa que me tornei. Instigada a conhecer minhas raízes de descendência sírio-libanesa e a me encantar de heranças culturais, cheguei à dança, caminho que trilhei até chegar à Universidade, onde cursei Geografia. Ali continuei a investigar cultura, herança e território e então me dei asas e cheguei ao Rio de Janeiro, onde me infiltrei e conheci outros territórios e formas de vida comunitária, me engajando em projetos sociais na Cidade de Deus. Em comunidades, uni projetos sociais à cultura e ao entendimento de que crianças e jovens precisam se inserir e pertencer aos espaços de ver, estar e fazer cultura.



Um dia voltei à terra natal e encontrei um caminho nos projetos de educação ambiental do DMAE. Por quatro anos criei e implementei projetos de sustentabilidade a partir do teatro, do cinema, de atividades lúdicas e da criação do Museu da Água. Mas dei outro salto, cheguei ao IPHAN, passando a desenvolver projetos de educação patrimonial e atuar na Política Pública Federal de Patrimônio Cultural Imaterial. Para melhorar minha própria atuação nesta Política, ingressei no Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, percurso que me trouxe até esta obra. Hoje estou em Portugal, fazendo Doutorado em Museologia Social, pois o espaço museológico, ao sensibilizar para o patrimônio, não deve – jamais – ignorar que está inserido em um território, em uma comunidade, e esta precisa se inserirativamente neste espaço de memória e narrativas escolhidas, para poder contar a sua própria história.

Publique com a gente e
compartilhe o conhecimento



www.letraria.net

II PATRIMÔNIO FESTIVO DE UBERLÂNDIA

 Letraria®